



**XI SEMINÁRIO POVOS
INDÍGENAS E
SUSTENTABILIDADE:
uma outra educação é
possível?**

15 a 17 de setembro de 2025

**CADERNO DE
RESUMOS**

ISSN: 978 85 7598 146 7

**Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
Campo Grande MS, Brasil**

XI SEMINÁRIO POVOS INDÍGENAS E SUSTENTABILIDADE: Uma outra educação é possível?

Coordenador Geral: Dr^a Adir Casaro Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Católica Dom Bosco

Bibliotecária Mourãmise de Moura Viana - CRB-1 3360

S471c Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade (n.11, 15-17 set.
Caderno de resumo [do] 11. Seminário Povos Indígenas
e Sustentabilidade: uma outra educação é possível?/
XI Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade. [recurso
eletrônico] : . -- Campo Grande, MS : 2025.
113 p.

ISBN 978-85-7598-146-7

1. Povos indígenas - Sustentabilidade. 2. Educação
- indígenas I. Nascimento, Adir Casaro. II. Medeiros,
Heitor Queiroz de. III. Backes, José Licínio. IV. Universidade
Católica Dom Bosco (UCDB). V. Título.

CDD: 371.829089

REALIZAÇÃO

Universidade Católica Dom Bosco – UCDB

Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado – PPGE/UCDB

Programa Rede de Saberes (UFMS/UCDB/UEMS/UFMG)



COORDENAÇÃO GERAL

Dra Adir Casaro Nascimento (UCDB)
Dr. Heitor Queiroz de Medeiros (UCDB)
Dr. José Licínio Backes (UCDB)

PARCEIROS

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Centro Estadual de Formação de Professores Indígenas de Mato Grosso do Sul (CEFPI)
Rede Interuniversitária de Educação Superior e Povos Indígenas da América Latina -
Rede ESIAL

COMISSÃO TÉCNICA

Luciana de Azevedo
Dra. Marines Soratto (UCDB)
Me. Gustavo dos Santos Souza (UCDB)

COMITÊ CIENTÍFICO

Dra. Adir Casaro Nascimento (UCDB)
Dr. Antônio Carlos Seizer da Silva (CEFPI-MS)
Dr. Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS)
Dra. Beatriz dos Santos Landa (UEMS)
Dr. Carlos Magno Naglis Vieira (UCDB)
Dra. Celeida Maria C. de Souza e Silva (UCDB)
Dra. Flavinês Rebollo (UCDB)
Dr. Heitor Queiroz de Medeiros (UCDB)
Dr. José Licínio Backes (UCDB)
Dra. Maria Aparecida Bergamaschi (UFRGS)
Dra. Maria Cristina Lima Paniago (UCDB)
Dra. Marinês Soratto (UCDB)
Dra. Marta Regina Brostolin (UCDB)
Dra. Nádia Bigarella (UCDB)
Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira (UCDB)
Dra. Ruth Pavan (UCDB)

APRESENTAÇÃO

O XI Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade busca dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos nos nove primeiros que aconteceram em 2005, com o tema: Políticas de sustentabilidade nas terras indígenas de MS; em 2007, com o tema: Saberes e práticas interculturais na Universidade; em 2009, com o tema: Saberes locais, educação e autonomia, em 2011, com o tema: saberes locais e formação acadêmica, em 2013, com o tema: Do campo ao campus e do campus ao campo: trajetória de saberes, em 2015, com o tema: Os saberes indígenas e a contemporaneidade, em 2017, com o tema: Formação Superior e os Saberes/Conhecimentos Tradicionais e, em 2019, com o tema: Produção do conhecimento e interculturalidade, em 2021, o IX Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade com o tema: Etnocídio e as estratégias de resistência, em 2023, o X Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: Visibilidade e Protagonismo: Resistências e lutas dos povos indígenas na construção da autonomia e em 2025, XI Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade com o tema: Uma outra educação é possível?, a exemplo dos demais, pretende constituir-se em uma oportunidade para a discussão e socialização de posturas teóricas e metodológicas utilizadas em pesquisas sobre saberes locais, educação, formação superior, gênero, gestão territorial, tecnologias/mídias e autonomia dos povos indígenas, e continuar constituindo-se em um espaço privilegiado de interlocução entre povos indígenas, pesquisadores indígenas e não- indígenas e formadores de diferentes instituições, regiões e países.

Coordenação Geral

SUMÁRIO

GT1 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

- 1. A CONTRIBUIÇÃO DOS ANCIÕES DA ETNIA TORÁ, NA TERRA INDÍGENA TORÁ NO ESTADO DO AMAZONAS, PARA O FORTALECIMENTO DA CULTURA TRADICIONAL DE SEU POVO NA ALDEIA SÃO JOSÉ, ALDEIA BAIXO-GRANDE, NO RIO MARMELOS – AM19**
Lidiany Pereira Viana
- 2. A ESCUTA COMO PROCESSO DECOLONIAL EM PESQUISA19**
Maninês Monzalina Crixí Morimã; Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira
- 3. A INFÂNCIA INDÍGENA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NA FAINDI-UNEMAT.....20**
- 4. DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE CRIANÇAS GUARANI E KAIOWÁ FORA DO TEKOKHA JATAYVARARY - LIMA CAMPO21**
Fabiana de Oliveira da Silva; Daniele Gonçalves Colman
- 5. DIVERSIDADE INDÍGENA EM ESCOLAS DE NOVA ANDRADINA/MS: A INTERCULTURALIDADE E O RESPEITO À DIFERENÇA21**
Daiane Nascimento Roberto Dias; Marta Coelho Castro Troquez
- 6. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - ALFABETIZAÇÃO DO POVO KURÂ-BAKAIRI.....22**
Valéria Lopes Redon; Beleni Saléte Grando
- 7. EGITSÜ: RITUAL KUARUP.....23**
Tugupé kuikuro; Tarquinho kuikuro; Makugitsa kuikuro
- 8. ENCONTRO INTERCULTURAL DOS ALUNOS(AS) INDÍGENAS E DE ALUNOS(AS) NÃO INDÍGENAS NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA GUILHERMINA DA SILVA, NA COMUNIDADE TERENA URBANA ALDEIA ALDEINHA NO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO, MATO GROSSO DO SUL23**
Edemilson Dias
- 9. ENSINAGENS E APRENDÊNCIAS NO JOGO-RITUAL DA ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRISTAS LUTAS DOS ANJOS- UMA ABORDAGEM AUTO-HETERO- BIOGRÁFICA.....24**
Jackson dos Reis Novais

10. ENTRE SABERES E RESISTÊNCIAS- DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	25
Elzéber Paiz Flôres; Zanone Cristóvão Rodrigues	
11. EVASÃO DOS ESTUDANTES INDÍGENAS COTISTAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, UEMS/DOURADOS - 2014 a 2023	25
Genivaldo Flores da Silva	
12. EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA COM POVOS INDÍGENAS- REFLEXÕES E DESCONSTRUÇÕES EM CURSO.....	26
Gustavo dos Santos Souza; Ronaldo Carvalho	
13. HISTÓRIA DE CRIAÇÃO DA ESCOLA MARCOLINO LILI: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL	27
Aparecida de Sousa dos Santos	
14. HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E RESISTÊNCIA DO POVO KINIKINAU - UM DIÁLOGO INTERGERACIONAL.....	27
Genilson Roberto Flôres; Adir Casaro Nascimento	
15. KANHGÁG AG KAJRÓ PÊ HAN GE VÊNHKANHRÂN FÃ KI - MOVIMENTO CORPORAL ANCESTRAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NOS COMPONENTES CURRICULARES DAS ESCOLAS KAINGANG.....	28
Beatriz Kaingang Ferreira	
16. O BRINCAR E O JOGAR NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: A INFLUÊNCIA DA CULTURA BOLIVIANA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	29
Eliane Silva da Costa Amarilio; Daniele Gonçalves Colman	
17. O PAPEL DAS IMAGENS DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO ENSINO DE HISTÓRIA- UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO NO COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA DE CORUMBAUZINHO	29
Manoel Robson Paraguassú da Silva	
18. O PRIMEIRO ALFEBETIZAÇÃO NO TEKHA (LUGAR ONDE VIVE) PANAMBIZINHO-DOURADOS-MS.....	30
Abrisio Silva Pedro	
19. O USO DE LIVROS DIFERENCIADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS INDÍGENAS DE DOURADOS (MS)	30
Cássia Gonçalves Alencar; Marta Coelho Castro Troquez	
20. OS ESTUDOS INDÍGENAS: CONTRIBUIÇÕES PARA UM CURRÍCULO DECOLONIAL.....	31
Hilary Martins Vargas; José Licinio Backes	

21. PROFESSORES INDÍGENAS TERENA DA MARCOLINO LILI E PAULINO MORAES FONSECA: SUAS VIVÊNCIAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS..	32
Sônia Regina Soares Marques Delfino	

22. PROJETO CONTRATURNO: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR A PARTIR ENSINO BILÍNGUE.....	32
Marlene Gomes Leite; Adilson Benites; Vanoiria Martins Fernandes	

23. VALORIZAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS TERENA NA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA FELICIANO PIO, ALDEIA IPEGUE	33
Rosângela Gomes Botelho	

GT2 - EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

24. A HIBRIDIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO COMO RESISTÊNCIA INDÍGENA NA UNIVERSIDADE.....	34
Felipe Tsuzuki; Moisés Alves de Oliveira	

25. A LUTA PELA UNIVERSIDADE INDÍGENA NO BRASIL: DESAFIOS, SENTIDOS E PERSPECTIVAS.....	34
Suzete da Silva Galdino	

26. EDUCADORES JURÍDICOS DOS POVOS INDÍGENAS E AS SUAS TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO	35
Mádson Ribeiro da Silva; Carlos Magno Naglis Vieira	

27. IMPORTÂNCIA DOS INDÍGENAS NO INGRESSO EM CURSOS SUPERIORES: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL	36
Thiago Feliciano Alves; Enio Lorrain Reis Santos	

28. LICENCIATURAS INTERCULTURAIS INDÍGENAS: PERCURSOS, PROGRAMAS E PRÁTICAS NO ENSINO SUPERIOR.....	37
Cinara dos Santos Costa; Iara Tatiana Bonin	

29. O CURRÍCULO E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS: ALGUNS APONTAMENTOS.....	37
Ozana dos Anjos Santana	

30. PROTAGONISMO INDÍGENA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA- UM MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS INDÍGENAS NA PÓS-GRADUAÇÃO	38
Beatriz da Silva Mello; Carlos Magno Naglis Vieira	

31. PSICOLOGIA E EPISTEMOLOGIAS OUTRAS: REFLEXÕES PARA UMA PRÁTICA DECOLONIAL.....39

Alline Cavalheiro Sales Sorio; Adir Casaro Nascimento

32. REINTERPRETANDO A CERÂMICA INDÍGENA EM CONTEXTOS ACADÊMICOS39

Ana Elisa de Castro Freitas; Thalia Carolina Cretã

33. TRAJETÓRIAS DE PESQUISADORES KAIOWÁ NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: DA LICENCIATURA AO MESTRADO.40

Kátia Karine Duarte da Silva

34. UMA NARRATIVA DE RESISTÊNCIA E CONQUISTA: A PRIMEIRA MULHER INDÍGENA A OBTER TÍTULO DE MESTRA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT.....41

Poliana da Cruz Silva

35. VIVÊNCIAS ACADÊMICAS INDÍGENAS: DA PESQUISA À CONCEITUAÇÃO 41

Joelma Boaventura da Silva

GT3 - CRIANÇA/INFÂNCIA INDÍGENA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

36. A CERIMÔNIA DE *IAMUDO ITABYENLY* COMO PRÁTICA DE CUIDADO INFANTIL E PRESERVAÇÃO CULTURAL ENTRE OS KURÁ-BAKAIRI.....42

Isabel Teresa Cristina Taukane

37. A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA GUARANI E KAIOWA NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS43

Micheli Alves Machado

38. EDUCAÇÃO INFANTIL EM TERRITÓRIOS DE BUEN-VIVIR: INTERLOCUÇÕES ENTRE A CIDADE E A ALDEIA43

Juliana S. Lessa

39. ENTRE A ALDEIA E A ESCOLA: A CRIANÇA INDÍGENA E SUAS BRINCADEIRAS44

Adélio de Almeida; Juscelino Correa Lipu; Janaina Nogueira Maia Carvalho

40. NARRATIVAS INFANTIS TERENA- REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA EM COMUNIDADES INDÍGENAS E SEUS TERRITÓRIOS45

Anaís Salvador Rodrigues; Mayume Barros Tibério; Janaina Nogueira Maia Carvalho

GT4 - LINGUAS INDÍGENA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

- 41. VITALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS: UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA NO TERRITÓRIO INDÍGENA BURITI (MS)**45
Bruno Roberto Nantes. Araujo; Alessandra de Souza da Cruz. Daniel; Loslene Barbosa. de Oliveira Reginaldo

GT5- GÊNERO, IDENTIDADE, DIFERENÇA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

- 42. A DISCRIMINAÇÃO QUANTO À ESTUDANDES DA CULTURA BOLIVIANA**.....46
- 43. A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NAS DISCIPLINAS ECONOMIA DOMÉSTICA E TRABALHOS MANUAIS NOS COLÉGIOS FEMININOS SALESIANOS NO SUL DO ANTIGO MATO GROSSO**47
Roselaine Alves Olmo
- 44. AS NARRATIVAS DAS MINHAS VIVÊNCIAS PESSOAIS**47
Ródnei Eloí da Silva
- 45. CARNAVAL EM CORUMBÁ E A DIVERSIDADE DA COMUNIDADE LGBTQUIAPN+: REFLEXÕES INICIAIS**48
Esthermira Rodrigues Pedroso
- 46. DA “MÃE DO POVO BRASILEIRO” À “MULHER POLÍTICA”- O PROTAGONISMO FEMININO NA KUÑANGUE ATY GUASU E AS SUAS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**.....48
Willyan da Silva Caetano; Beatriz dos Santos Landa
- 47. EDUCAÇÃO SEXUAL E PREVENÇÃO DE IST ENTRE INDÍGENAS LGBT+ GUARANI-KAIOWÁ- EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA EM SIDROLÂNDIA"**49
Marianna Agnes de Almeida Soares; Guilherme Rodrigues Passamani
- 48. EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS AÇÕES AFIRMATIVAS: O PERCURSO DAS CONQUISTAS**.....49
Laura Ramires Rosembergue
- 49. ENTRE BONECOS, PANELINHAS E FERRAMENTAS- GÊNERO, IDENTIDADES E DIFERENÇAS CULTURAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**...50
Graciela Mendes Nogueira Targino

50. ESCOLA: ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E DIFERENÇAS	51
Jhonny Ralphort Bial Mejia	
51. O MAPEADOR DE AUSÊNCIAS: IMAGINANDO PRESENÇAS DESESTABILIZADORAS NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR.....	51
Tainah Mota do Nascimento; Carla Beatriz Meinerz	
52. O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: LUTAS E CONQUISTAS.....	52
Luana Melsa Cavalcante	
53. OS ESTUDOS DE GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES PARA UM CURRÍCULO DECOLONIAL	52
Samira Spindola Cavalheiro; Ruth Pavan	
54. OS ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS- CONTRIBUIÇÕES PARA O CURRÍCULO DECOLONIAL	53
Helaine Rafaela Gonçalves Espíndola; José Licínio Backes	
55. POVOS INDÍGENAS NA CIDADE DE BOA VISTA- A FORMAÇÃO SOCIAL E FAMILIAR DE CRIANÇAS E JOVENS INDÍGENAS MACUXI EM CONTEXTO URBANO	54
Eugenio Bento Cristovão; Maxim Paolo Repetto Carreno	
56. QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA DOCENTE NAS CRECHES MUNICIPAIS DE TEIXEIRA DE FREITAS- BA.....	54
Viviane Rodrigues Novais; Paulo de Tássio Borges da Silva	
57. RELAÇÕES INTERCULTURAIS EM UMA ESCOLA EM PONTA PORÃ, MATO GROSSO DO SUL (MS) ONDE ESTUDAM CRIANÇAS BRASILEIRAS E CRIANÇAS PARAGUAÍAS QUE TAMBÉM TEM A NACIONALIDADE BRASILEIRA E QUE TEM O PORTUGUÊS COMO SEGUNDA OU ATÉ TERCEIRA LÍNGUA	55
Maria Mical Ferreira Vidal	
58. RESISTÊNCIA DA MULHER GUATÓ NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA SUL-MATO-GROSSENSE.....	56
Bruna Mariane Gomes de Camargo; Edgar da Silva Queiros; Juarez Moreno de Camargo e Silva	

- 59. ANTROPOCENO E EMANCIPAÇÃO: TERRITORIALIDADES
INDÍGENAS COMO FRENTE DE RESISTÊNCIA.....57**
Patrícia B. A. Braga; Antonio Hilário Aguilera Urquiza
- 60. ANTROPOLOGIA DO CORPO E AS PRÁTICAS ASSURINI:
TERRITÓRIO, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA.....57**
Igor Silva de Barros
- 61. DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA CLIMÁTICA: O CASO DOS
PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS DO PANTANAL DE MATO
GROSSO DO SUL E MATO GROSSO58**
Cely Regina França dos Santos Queiroz Medeiros
- 62. JUSTIÇA CLIMÁTICA: COMO AS MUDANÇAS DO CLIMA VEM
AFETANDO A VIDA DA ETNIA TERENA DO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA
-MS59**
Elisângela Castedo Maria do Nascimento; Heitor Queiroz de Medeiros
- 63. QUANDO O AMBIENTE SE VESTE DE SAGRADO: AS RELAÇÕES COM
O AMBIENTE, A SUSTENTABILIDADE E OS PROCESSOS PRÓPRIOS DE
APRENDIZAGEM DO POVO TERENA DA ALDEIA BANANAL DA TERRA
INDÍGENA TAUNAY-IPEGUE / MS59**
Rodrigo da Silva Bezerra Pinheiro de Almeida Reis
- 64. TERRITÓRIOS E VOZES ORIGINÁRIAS: EMERGÊNCIA CLIMÁTICA
EM ABYA YALA60**
Carine Josiéle Wendland

GT7- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

- 65. A ESCOLA NÃO É AMIGA DAS CRIANÇAS61**
Rosalina de Carvalho Pantoja Nascimento
- 66. A JUVENTUDE COMO CATEGORIA SOCIAL: CONSTRUÇÕES
HISTÓRICAS E CULTURAIS DESDE O SÉCULO XVIII ATÉ A ERA DAS
TECNOLOGIAS DIGITAIS61**
Valdênia Rodrigues Fernandes Eleotério; Maria Cristina Lima Paniago
- 67. A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE
ATUAM NAS EMEIS DE CAMPO GRANDE – MS EM RELAÇÃO AO INÍCIO
DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL62**
Elisângela Rodrigues Furtado
- 68. A RELAÇÃO ENTRE A ALFABETIZAÇÃO HUMANIZADORA E O
PROTAGONISMO INFANTIL NO CONTEXTO EDUCACIONAL62**
Vanessa Janaína Viana de Oliveira; Marta Regina Brostolin

69. AÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO CONTINUADA NO ESPAÇO ESCOLAR.....	63
Gislaine Andrade Silva	
70. APENAS O BRANCO PRODUZ FILOSOFIA- UMA ANÁLISE DO (NÃO) CUMPRIMENTO DA LEI 11.645-08 NO ENSINO DE FILOSOFIA DA REDE ESTADUAL DE TEIXEIRA DE FREITAS.....	63
João Pedro Conceição Oliveira	
71. APRENDIZAGENS LEITORAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	64
Elika Oliveira de Lana ; Elaine de Oliveira de Lana	
72. AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E A FORMAÇÃO DOCENTE- ALGUMAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	65
Fabiana Rodrigues Marques	
73. AS TEORIAS CRÍTICAS DA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES INICIAS	65
Franciele Caroline Pavão Garcia	
74. CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA LIBERTADORA CONTRA OS DISCURSOS DE ÓDIO: VAMOS INSURGIR!	66
Fernando Campos Peixoto	
75. CONHECIMENTO TRADICIONAL DE POVOS E COMUNIDADES RIBEIRINHAS COMO FERRAMENTA DE ENSINO-APRENDIZAGEM ÉTNICO RACIAL- DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	66
Paloma Serafim Pereira	
76. CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS XIKRIN PARA CRIANÇAS NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA BEP KAROTI.....	67
Bep Kô Xikrin; Pangra Xikrin; Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar	
77. CURRÍCULO ESCOLAR: A PRESENÇA/AUSÊNCIA DA DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL	68
Luciane Toledo Monteiro	
78. CURRÍCULO, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA: A FEIRA INDÍGENA CULTURAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERCULTURAL	68
Silvana Alves de Sá; Léia Teixeira Lacerda	
79. DOM BOSCO, E O SISTEMA PREVENTIVO: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE EDUCAR.....	69
Francisco de Assis Cipriano	
80. DO TERRITÓRIO COMUTÁRIO À ESCOLA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE RESISTÊNCIA COM BASE NO MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL	70
Maxim Repetto; Marielys Briceño; José Valdo de Sousa	

- 81. EDUCAÇÃO(ÕES) E(M) MOVIMENTO(S) E A ARTICULAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA70**
Benicio Backes
- 82. ESTADO DO CONHECIMENTO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO TRABALHO DOCENTE NO ATENDIMENTO A ALUNOS COM TEA71**
Raquel Pyrâmides Barbosa; Flavinês Rebolo
- 83. ESTADO DO CONHECIMENTO DO GRUPO DE TRABALHO - GT - 19 - EDUCAÇÃO MATEMÁTICA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED.....72**
Irineu Ricardo Filho
- 84. ESTADO DO CONHECIMENTO EM BEM-ESTAR E DESENVOLVIMENTO DCENTE NO CONTEXTO DAS ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO.....72**
Maria Eugênia Bordignon Nachif; Flavinês Rebolo
- 85. ESTADO DO CONHECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE POSSIBILIDADES PARA OS (DES) CAMINHOS DA FORMAÇÃO DOCENTE73**
Marcela dos Santos Ortiz
- 86. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS POSSIBILIDADES DECOLONIAIS73**
Henrique Rezende Untem
- 87. FORMAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ATUANTES EM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UM ESTADO DO CONHECIMENTO.....74**
Andreia Silva dos Santos
- 88. GESTÃO ESCOLAR HUMANIZADA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA CRÍTICA SOBRE OS CAMINHOS PARA A SATISFAÇÃO DOCENTE.....75**
Noêmia Franco Ajala Alves
- 89. IDEIAS PARA ADIAR O FIM DA NARRATIVA- KRENAK, SONTAG E A CRISE DE ESCUTA OCIDENTAL.....75**
Juarez Moreno de Camargo e Silva; Bruna Mariane Gomes de Camargo
- 90. INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-1976**
Marcia Pires dos Santos; Heitor Queiroz de Medeiros
- 91. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E EDUCAÇÃO SOB O PENSAMENTO COMPLEXO: DIÁLOGOS, RETORNOS E DANÇA HOLOGRAMÁTICA.....77**
Rosenilda Marques da Silva Felipe; Maria Cristina Lima Paniago.

92. INTERAÇÕES NA CRECHE E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA	77
Claudia Aparecida do Nascimento e Silva; José Licínio Backes	
93. INTERCULTURALIDADE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE CORUMBÁ (MS) NA REGIÃO DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA.....	78
Evelin Rodrigues dos Santos Maccarini	
94. INTERCUTURALIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	79
Kelly Cristina Baracho Sousa; Beleni Saléte Grando	
95. LITERATURA INDÍGENA UMA ABORDAGEM A PARTIR DA LEI 11.645/2008	79
Marinês Soratto; Eliane Gonçalves de Lima	
96. MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GESTÃO ESCOLAR HUMANIZADA E SATISFAÇÃO DOCENTE	80
Noêmia Franco Ajala Alves	
97. O CURRÍCULO EM DISPUTA: ALFABETIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA DOCENTE EM FACE DA AVALIAÇÃO EXTERNA.....	81
98. O SIGNIFICADO ATRIBUÍDO PELOS ESTUDANTES AO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).....	81
Sintia Fabiana Alves de Mello Câmara	
99. O TRABALHO PEDAGÓGICO E O BEM-ESTAR DOCENTE.....	82
Andréa Neves Azevedo	
100. OS ANIMAIS DO TERRITÓRIO MUNDURUKU: SABERES ANCESTRAIS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERCULTURAIS, SUSTENTABILIDADE E FORTALECIMENTO CULTURAL.....	82
Rosiane Kaba Munduruku; ma Cristina Parente Monteiro Alencar	
101. PARA ALÉM DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA PENSARMOS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	83
Ricardo Henrique de Souza	
102. PERSPECTIVAS DECOLONIAIS E DE RESISTÊNCIA NA CONCEPÇÃO DA LÍNGUA INGLESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	84
Camilla Ortega Flores Gomes	
103. PERTENÇAS EM DIÁLOGO - CONFRONTANDO A INTOLERÂNCIA	84
Alenice Souza França	

104. PRÁTICA DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA E SEUS ENTREMEIOS COM A PERSPECTIVA INCLUSIVA.....85
Luis Henrique D. Verão das Neves; Josiane Luana da Silva; Marina Brasilano Salerno

105. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NA EJA: UMA NARRATIVA DE TERRITÓRIO-SABER.....86
Joselaine Oliveira dos Santos; Iara Tatiana Bonin

106. PRESENÇA INDÍGENA NOS CONTEXTOS URBANOS NO BRASIL E O CUMPRIMENTO DA LEI 11.645/2008.....86
Kleber Gomes; Beatriz dos Santos Landa

107. PRODUÇÕES AUTORAIS INDÍGENAS- GUIA COMPLEMENTAR PEDAGÓGICO.....87
Erica Andrade Ferreira

108. PROJETO DE EXTENSÃO: TRILHAS FORMATIVAS PARA APRENDIZAGEM INCLUSIVA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS INTELLECTUAIS POR MEIO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....88
Laura Camila Furtado Cordeiro

109. QUANDO A FLORESTA É A ESCOLA: PRÁTICAS PARA RESISTIR E SENTIR A FLORESTA.....88
Janelene Freire Diniz; Carlos Augusto Silva e Silva

110. QUANDO O TRABALHO NÃO É MAIS SATISFATÓRIO: O ADOECIMENTO DOCENTE89
Karolina da Silva Riquelme

111. SABERES INDÍGENAS XAVANTE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A EDUCAÇÃO DO CORPO NAS ESCOLAS DE BARRA DO GARÇAS/MT.....89
Lais Cristina Barbosa Silva

112. TEORIAS DO CONHECIMENTO: UMA BREVE TRAJETÓRIA SOBRE OS ESTUDOS DA CRIANÇA90
Tuany Inoue Pontalti Ramos; Marta Regina Brostolin

GT 8 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

113. A ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: NOTAS PARA AS PESQUISAS EM POLÍTICA EDUCACIONAL91
Edgar da Silva Queiros; Wallace José de Lima

- 114. A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E DA INCLUSÃO ESCOLAR NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL E DO CHILE: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA.....91**
Paola Gianotto Braga
- 115. A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL SÃO JULIÃO – CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E EDUCACIONAL92**
Andrew Vinícius Cristaldo da Silva; Nadia Bigarella
- 116. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA- UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL- ALCANCE E DESAFIOS93**
Tânia Mara dos Santos Bassi
- 117. A ELEIÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE-MS93**
Adão Luiz de Jesus Almiron
- 118. A INCLUSÃO LINGÜÍSTICA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS DE MIGRANTES E REFUGIADOS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO.....94**
Sophia de Azevedo Nogueira; César Augusto Silva da Silva
- 119. A PROTEÇÃO JURÍDICA DO DIREITO À EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS IMIGRANTES ESTRANGEIRAS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO.....95**
Thaís Xavier Ferreira da Costa
- 120. AS CONTRADIÇÕES DO ENSINO DOMICILIAR NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RE 888815/RS)95**
Ariadne Celinne de Souza e Silva; Regina Tereza Cestari de Oliveira
- 121. AUTONOMIA DA GESTÃO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS96**
Gilvano Kunzler Bronzoni
- 122. CONTEXTO DE INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL97**
Arão Davi Oliveira
- 123. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SONORA, MATO GROSSO DO SUL (MS)97**
Clotilde de Sousa Silva Castro
- 124. EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO – UMA ANÁLISE DOS TRABALHOS PUBLICADOS NAS EDIÇÕES 39, 40 E 41, GT16, DA ANPED – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO98**
Cezar Luiz Vendas Galhardo

125. EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS (2015-2024).....98
Karla Franciellen Ortiz Espindola

126. ESCOLA FRANCISCANA IMACULADA CONCEIÇÃO E SUA ATUAÇÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE EM DOURADOS-MT (1955-1975).....99
Adriana Renata Santos

127. ESPAÇO FÍSICO ESCOLAR E O DIREITO À EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DAS NORMATIVAS NACIONAIS E ESTADUAIS EM MATO GROSSO DO SUL100
Tânia Cristina Barreto de Souza; Nádia Bigarella

128. EVOLUÇÃO DO PERFIL DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE PRELIMINAR E COMPARATIVA (2010-2022)100
Davi Luís Bartz Benatti; Michele Serafim dos Santos; Taís Bortoletto

129. HISTÓRIA E CULTURA ESCOLAR DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL (2003-2020)101
Heloisa Silva Seraphim; Celeida Maria Costa de Souza e Silva

130. HISTÓRIA E CURRÍCULO DO ENSINO DE FITOTERAPIA NOS CURSOS SUPERIORES EM SAÚDE NO BRASIL102
Andre Luiz Dinis Bordim; Erlinda Martins Batista; Arão Davi Oliveira

131. MATRÍCULAS EM ALTA, INCLUSÃO EM DISPUTA: TENSÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL103
Karolinne Santos de Aguiar Paz

132. O DIREITO À EDUCAÇÃO DE MIGRANTES INTERNACIONAIS NO BRASIL: ENTRE A LEGISLAÇÃO E AS DIFICULDADES103
Walace José de Lima

133. O FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL EM UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA.....104
Jair Marques de Araújo

134. O PIBID E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO NA UFGD105
Lúcia da Silva Silveira; Márcia Bueno Gomes; Maria Alice de Miranda Aranda

135. O PROGRAMA “MS ALFABETIZA” E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES105
Roberto Silva Pereira; Regina Tereza Cestari de Oliveira

136. O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD): O PAPEL DO PROFESSOR NA ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO	106
Francisco Eduardo da Silva do Carmo	
137. POLÍTICA ANTIRRACISTA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO- ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	107
Rosilane Silva dos Santos	
138. POLÍTICA EDUCACIONAL: PLANEJAMENTO E A INSTITUIÇÃO DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL.....	107
Carmen Lígia Caldas Haiduck	
139. POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ESTUDANTES MIGRANTES INTERNACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE-MS (2017-2024).....	108
Mariley Braga da Rocha Bezerra; Celeida Maria Costa de Souza e Silva	
140. PRESSUPOSTOS EPISTEMOLOGICOS NA PERSPECTIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO PARA UMA ANÁLISE EM GESTÃO EDUCACIONAL E AS CONSEQUÊNCIAS DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA	109
Marcelo Brito dos Santos	
141. RELATO DE EXPERIÊNCIA: SATISFAÇÃO E INSATISFAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO NA PERSPECTIVA DO ASSESSORIA TÉCNICA	109
Luciane de Jesus Velasquez	
142. SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E O USO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA: MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E INCLUSÃO	110
Cidnei Amaral de Mello; Maira Cristiane Benites	
143. TRAJETÓRIAS INVISÍVEIS: ALTAS HABILIDADES E SUBJETIVIDADE EM UMA CARTA DE EX-ALUNA DE UNIVERSIDADE PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL.....	110
Célia Mirian da Silva da Silva Nogueira; Priscilla Basmage Lemos Drulis	
144. VAAR: ANÁLISE DA CONDICIONALIDADE I EM REDES MUNICIPAIS DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL (2021-2024).....	111
Leila Aparecida Rocha	

GT 1
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

A CONTRIBUIÇÃO DOS ANCIÕES DA ETNIA TORÁ, NA TERRA INDÍGENA TORÁ NO ESTADO DO AMAZONAS, PARA O FORTALECIMENTO DA CULTURA TRADICIONAL DE SEU POVO NA ALDEIA SÃO JOSÉ, ALDEIA BAIXO-GRANDE, NO RIO MARMELOS – AM

Lidiany Pereira Viana – Mestranda no PPGE/UCDB
lidy_fma@yahoo.com.br

GT 1 – Educação Escolar Indígena e as estratégias de resistência

Resumo: Essa pesquisa busca entender se a cultura tradicional da etnia indígena Torá, mediada pelo olhar dos anciãos Torá, tem servido como fator de fortalecimento cultural e tradicional dessa etnia. O objetivo geral da pesquisa visa entender como os anciãos da etnia indígena Torá, na Terra Indígena Torá, na região do rio Marmelos no estado do Amazonas tem contribuído através de sua cultura tradicional para o fortalecimento cultural e tradicional dessa etnia. Já os objetivos específicos são: 1) Caracterizar o Povo indígena Torá e os aspectos sócio-históricos-geográficos das Aldeias São José e Baixo-Grande; 2) Entender se os anciãos Torá, na Terra Indígena Torá, consideram que sua cultura tradicional tem contribuído para o fortalecimento cultural e tradicional dessa etnia nas Aldeias São José e Baixo-Grande; e 3) Verificar junto as lideranças e anciãos da etnia indígena Torá se os mesmos têm contribuído para o fortalecimento dessa etnia junto a Escola Estadual Indígena São José. A metodologia será de natureza qualitativa tendo como sujeito de pesquisa as lideranças indígenas (os anciãos da comunidade) e os professores indígenas de uma escola da aldeia. Para a produção e análise dos dados será utilizado também a entrevista semiestruturada.

Palavras-chave: Etnia Torá; Anciãos Torá; Fortalecimento Cultural.

A ESCUTA COMO PROCESSO DECOLONIAL EM PESQUISA

Maninês Monzalina Crixí Morimã- UNEMAT
morima.marines@unemat.br

Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira –UNEMAT
waldineiaferreira@unemat.br

GT 1 - Educação Escolar indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: Este trabalho é parte de um olhar sobre o processo metodológico inicial do desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado. É construído a partir das narrativas colaborativas e analíticas acerca da elaboração de dois livros do Projeto Ação Saberes

Indígenas na Escola junto ao meu povo Apiaká. Assim, o objetivo da fase de escuta teve a finalidade de identificar como anciãos e lideranças percebem o material produzido pelo ASIE, bem como, verificar quais temas poderiam ser trabalhados dentro do projeto. Metodologicamente utilizamos pesquisa qualitativa com o uso da escuta sensível, com o diálogo Freireano junto aos anciãos e lideranças da aldeia, por compreender que a educação escolar indígena se faz sob a escuta dos conhecimentos dos mais velhos, da oralidade, das memórias que auxiliam e direcionam o caminho a ser seguido mesmo dentro da escola. Como resultado, fica evidente que há um reconhecimento positivo em relação as publicações do ASIE porque estas foram feitas em coletividade dentro da aldeia, compreende-se ainda que é preciso aprofundar na língua materna e em temas que são importantes ao nosso povo Apiaká. Que os registros das narrativas, dos artesanatos, da forma de viver e de produzir dentro do território possibilitam um suporte pedagógico decolonial e de resistência.

Palavras-chave: Escuta sensível, Apiaká, conhecimento decolonial e intercultural

A INFÂNCIA INDÍGENA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NA FAINDI-UNEMAT

Fernando Ruruwe – UNEMAT/FAINDI
fernando.ruruwe@unemat.br

Natividade Tsinhotse'ere'o – UNEMAT/ FAINDI
Rodolfo Tsere'omo- UNEMAT/FAINDI

GT 1 - Educação Escolar indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: Os saberes das crianças indígenas são passados, a princípio, pelos pais e mães. Isso acontece para que as crianças possam aprender e compreender a dinâmica da cultura indígena. Os pais orientam seus filhos para respeitar seus colegas durante as brincadeiras no pátio, no cotidiano da aldeia, ao entardecer. Nesse processo, os avôs e avós também orientam as crianças para seguir as normas dos indígenas, como também as normas do não indígenas, as quais vêm ocorrendo com muita frequência nas aldeias, na atualidade. Torna-se importante essa educação, pois é necessário que as crianças conheçam os rituais tradicionais do seu povo, que fiquem próximas aos pais e avós, sempre que possível. Uma situação interessante é quando as mães ingressam no ensino superior, a exemplo da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT - que desde 2001 oferta cursos específicos para a formação inicial de professores indígenas, o 3º Grau Indígena, hoje Faculdade Indígena Intercultural – FAINDI. Durante as aulas presenciais no Câmpus Universitário de Barra do Bugres, as crianças menores podem acompanhar as mães, desde que uma pessoa fique responsável pela criança enquanto a mãe estuda, para que esse processo de educação não seja interrompido. No Câmpus, há instalações apropriadas para acolher tanto as mães quanto as crianças indígenas. Esse acolhimento se alinha ao que nós, indígenas, buscamos, ou seja: que haja uma formação superior visando o desenvolvimento dos alunos e alunas indígenas, na luta pelos direitos da natureza, em estratégias de resistência dos povos, interligados pela busca da descolonização e da afirmação cultural e educacional. Os acadêmicos que se encontram na FAINDI, especificamente nós, ingressantes no curso de Licenciatura em Pedagogia

Intercultural Indígena, temos consciência de que a FAINDI proporciona condições ideais para a formação superior, principalmente para as mulheres indígenas, que são mães, porque estão tranquilas enquanto estiverem se qualificando.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Ensino Superior-UNEMAT; Educação Escolar Indígena

DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE CRIANÇAS GUARANI E KAIOWÁ FORA DO TEKOKHA JATAYVARARY - LIMA CAMPO

Fabiana de Oliveira da Silva/UFGD
danielecolmann@hotmail.com

Daniele Gonçalves Colman/UEMS
danielecolmann@hotmail.com

GT 1 - Educação Escolar indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: Este artigo foi construído como Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-graduação *lato sensu* UFGD/FAIND; Especialização Escola da Terra. Esta pesquisa tem por objetivo geral: Compreender os desafios enfrentados pelos professores regentes alfabetizadores não indígenas e não falantes da língua guarani e kaiowá. Os objetivos Específicos: a) Escutar, transcrever e interpretar depoimentos, dados do cotidiano escolar, enfrentados pelas crianças guarani e kaiowá no decorrer do processo de alfabetização e letramento. b) Evidenciar a importância do professor apoio na língua materna como mediador fundamental no processo de alfabetização e letramento das crianças indígenas em fase de alfabetização. c) Demonstrar que é possível fortalecer o respeito e a valorização das tradições do campo e riqueza cultural dos povos indígenas guarani e kaiowá. d) Observar os desafios enfrentados pelos professores das séries iniciais em escola do Campo, Escola Municipal Rural Graça de Deus do município de Ponta Porã-MS, e quais os impactos pedagógicos dos mesmos a partir da alfabetização/letramento na língua portuguesa e não na sua língua materna, o guarani. Ficou evidente que as diferenças culturais e linguísticas impactam diretamente o ensino e a aprendizagem, exigindo dos educadores um olhar atento, flexível e criativo, bem como uma formação continuada que contemple essas especificidades.

Palavras-chave: Criança guarani e kaiowá; Alfabetização e letramento. Escola do campo; Professor apoio.

DIVERSIDADE INDÍGENA EM ESCOLAS DE NOVA ANDRADINA/MS: A INTERCULTURALIDADE E O RESPEITO À DIFERENÇA

Daiane Nascimento Roberto Dias (UFGD) Bolsista Capes
daianenroberto@gmail.com

Marta Coelho Castro Troquez (UFGD)
martatroquez@gmail.com

GT 1 - Educação Escolar indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: O trabalho teve como objetivo analisar as práticas educativas propostas em escolas urbanas não indígenas que recebem estudantes indígenas no ensino fundamental da rede pública de Nova Andradina/MS. Entre os objetivos específicos, procurou identificar a presença desses estudantes nas escolas do município. A pesquisa adotou como metodologia o estudo de campo, com entrevistas junto à comunidade escolar, além da análise documental e da revisão de bibliografias disponíveis nas escolas. O referencial teórico fundamentou-se em estudos decoloniais e em produções de autores indígenas, a partir dos conceitos de colonialidade, interculturalidade crítica, educação decolonial e educação intercultural. Os resultados evidenciam que a ausência de práticas voltadas à educação intercultural nas escolas pesquisadas; o Plano Municipal de Educação, não contempla de forma efetiva a diversidade indígena. Tal ausência repetiu-se nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e também nos processos formativos ofertados. Quanto aos materiais pedagógicos disponíveis nas instituições escolares, não há consideração ou respeito no tratamento das questões relacionadas aos estudantes indígenas.

Palavras-chave: Educação intercultural; Educação escolar indígena; Estudantes indígenas.

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - ALFABETIZAÇÃO DO POVO
KURÂ-BAKAIRI**

Valéria Lopes Redon – UFMT
vallopresredon@gmail.com

Beleni Saléte Grando – UFMT
beleni.grando@gmail.com

GT 1 - Educação Escolar Indígena e as estratégias de resistência

Resumo: Este estudo concentra-se na Educação Escolar Indígena, vinculada ao Programa Ação Saberes Indígenas na Escola. Para compreender quais percepções se tem sobre alfabetização neste contexto, a pesquisa se articula em dois campos: a metodologia formação-ação-intercultural do Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura coordenada por Grando (2019), em interlocução com a didática da alfabetização pós-construtivista do Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação, coordenada por Grossi (2005). Além destas referências, entre outros autores, contribuem para o estudo Walsh (2009) e Vergnaud (2017). Para o encaminhamento metodológico, utilizamos a abordagem qualitativa, tendo como método a formação-ação-intercultural. Os participantes são os/as professores/as das duas Terras Indígenas Bakairi e os dados coletados em encontros formativos mensais, de maio a dezembro de 2024, além de dois espaços formativos em 2025. A relevância deste estudo reside em promover a educação escolar indígena com base na autonomia e no respeito à cultura e à realidade sociolinguística, contribuindo para o avanço do conhecimento didático na área da alfabetização.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Formação-ação-intercultural; Didática Pós-construtivista; Alfabetização.

EGITSÜ: RITUAL KUARUP

Tugupé kuikuro - UNEMAT
tugupe.kuikuro.k@unemat.br

Tarquinho kuikuro - UNEMAT
tarquinho.k@unemat.br

Makugitsa kuikuro – UNEMAT
makugitsa.k@unemat.br

GT 1 - Educação Escolar indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: O ritual Egitsü (Kuarup) é realizado pelos povos indígenas do Alto Xingu, no Brasil, marcando a despedida dos mortos e o encerramento do luto das famílias. Esse ritual sempre acontece todos os anos em várias aldeias, e também na aldeia Kuikuro Ipatse, no Território Indígena do Xingu, estado de Mato Grosso. Durante o ritual Egitsü (Kuarup), os flautistas tocam suas flautas e dançam durante todo o dia para alegrar a aldeia e homenagear os mortos. O Kuarup é realizado para homenagear pessoas importantes da comunidade que faleceram, como caciques, lideranças, homens e mulheres de destaque. Nesse período, homens, mulheres, jovens e crianças participam do ritual realizando danças culturais no centro da aldeia. A realização do Egitsü (Kuarup) é muito importante para o nosso povo, pois nesse momento os jovens e as crianças também aprendem a fazer as pinturas corporais e a praticar o ritual junto com suas comunidades. No momento final do ritual, o tronco (que representa o morto) é levado ao centro da aldeia, enfeitado, simbolizando a alma do falecido. Durante a festa do Kuarup, outras aldeias dos povos do Alto Xingu são convidadas para participar do encerramento do ritual. A parte final do ritual acontece pela manhã, com a luta Huka-Huka. Cada povo leva seus melhores lutadores, que são escolhidos por suas comunidades. A regra da luta é simples: vence quem derrubar o oponente. Se os dois se soltarem sem que nenhum caia, o resultado é empate. O vencedor da luta se torna mais conhecido entre os povos do Alto Xingu. O ritual Egitsü (Kuarup) é muito importante para ensinar às crianças e aos jovens os costumes tradicionais, mantendo viva a cultura dos povos do Alto Xingu.

Palavras-chave: Egitsü Kuarup; Alto Xingu; Luta Huka-Huka; Indígenas, Cultura; Pinturas.

**ENCONTRO INTERCULTURAL DOS ALUNOS(AS) INDÍGENAS E DE
ALUNOS(AS) NÃO INDÍGENAS NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA
GUILHERMINA DA SILVA, NA COMUNIDADE TERENA URBANA ALDEIA
ALDEINHA NO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO, MATO GROSSO DO SUL**

Edemilson Dias – PPGE UCDB
edemilsoncorreadias44@gmail.com

GT 1–Educação escolar indígena e as estratégias de resistência

Resumo: O presente artigo apresenta o projeto de pesquisa ligado ao doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) vinculado a linha de pesquisa 'Diversidade Cultural e Educação Indígena' e financiado com bolsa de estudo pelo PROSUC/CAPES. O objetivo geral da pesquisa é analisar como tem acontecido o encontro intercultural em um contexto escolar urbano dos alunos(as) indígenas Terena e de alunos(as) não indígenas na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, na comunidade Terena Aldeia Aldeinha no município de Anastácio, Mato Grosso do Sul. Os procedimentos metodológicos utilizados para produção e análise dos dados da pesquisa serão baseados na pesquisa qualitativa com foco na autoetnografia. A opção pelo método autoetnográfico se deve ao fato do pesquisador ser indígena da etnia Terena, morador na aldeia foco da pesquisa, inclusive tendo sido professor na escola da aldeia. Também será realizado levantamento bibliográfico bem como observação na escola, além de diálogo informal com professores(as) e gestores(as) da escola. Da mesma forma serão realizadas entrevistas com alunos(as) indígenas e não indígenas, bem como um registro fotográfico com a finalidade de contribuir com o entendimento da pesquisa.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Interculturalidade; Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva; Anastácio, Mato Grosso do Sul

ENSINAGENS E APRENDÊNCIAS NO JOGO-RITUAL DA ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRISTAS LUTAS DOS ANJOS- UMA ABORDAGEM AUTO-HETERO-BIOGRÁFICA

Jackson dos Reis Novais – UFSB
jax-novais@hotmail.com

GT 1 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este trabalho tem como objetivo geral analisar as ensinagens e aprendizagens no jogo-ritual de capoeira da Associação de Capoeiristas Lutas dos Anjos. Neste jogo-pesquisa, o pensamento é, sobretudo, corporificado em posturas pós-estruturalistas e pós-coloniais. O presente trabalho considera que o jogo-ritual é uma combinação de processos teóricos, práticos, espirituais, físicos e ancestrais. Em suma, o termo foi adotado pensando em sua amplitude e na possibilidade de contemplar vários elementos da ginga à roda. Os termos ensinagens e aprendizagens aparecem no texto, fazendo referência aos processos de ensino e aprendizagem específicos da capoeira que transbordam e se movem, considerando as fronteiras e interstícios entre o escolar e a educação em capoeiragem. Seus objetivos específicos são: a) narrar através da auto-hetero-biografia processos de ensinagens e aprendizagens específicos do jogo-ritual de capoeira, considerando conversas, vivências, malandragens, vadiagens e memórias; b) descrever processos de ensino e metodologias aplicadas no cotidiano da associação; c) falar dos fluxos e diálogos da associação no contexto de educação em capoeiragem. Haja vista a falta de informações e estudos nesse campo, que cruze elementos da educação em capoeiragem, relações étnico-raciais, políticas públicas, diferença e diversidade, proponho analisar as experiências específicas do jogo-ritual de capoeira em contextos intersticiais de produção de conhecimento, considerando o potencial educativo da Pedagogia da Capoeira. Desta forma, espero que o trabalho contribua para novas reflexões sobre políticas curriculares em contextos escolares e contextos de educação em capoeiragem.

Palavras-chave: Capoeira; Auto-hetero-biografia; Relações étnico-raciais.

ENTRE SABERES E RESISTÊNCIAS- DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Elzéber Paiz Flôres – (CEFPI/MS)
elzeberpaizflorescefpi@gmail.com

Zanone Cristóvão Rodrigues - (CEFPI/MS)
zanoneterena@gmail.com

GT 1 - Educação Escolar Indígena e as estratégias de resistência

Resumo: A educação escolar indígena no Brasil constitui um campo de disputas marcado pela resistência e pela busca de autonomia cultural. Historicamente utilizada como instrumento de assimilação e apagamento identitário, a escola foi ressignificada pelos povos indígenas, transformando-se em espaço de reafirmação de línguas, tradições e modos de vida. O artigo discute os principais desafios e perspectivas dessa modalidade de ensino, destacando a importância da construção de currículos diferenciados, bilíngues e interculturais, que integrem saberes tradicionais, oralidade, espiritualidade e práticas comunitárias. Autores como Baniwa (2006), Munduruku (2012), Krenak (2019), Xakriabá (2018), entre outros evidenciam que a escola indígena deve ser entendida como um espaço territorializado, onde o conhecimento ancestral dialoga com o acadêmico, rompendo com a colonialidade do saber. A resistência cultural e política também se expressa na luta pela demarcação de terras, na organização de coletivos e movimentos sociais, e na formação de professores indígenas, que atuam como mediadores entre mundos distintos. Contudo, persistem desafios estruturais, como a precariedade das escolas em aldeias, a falta de valorização docente e a dificuldade de efetivação da Lei nº 11.645/2008. Nesse cenário, a interculturalidade crítica, inspirada em Paulo Freire (1987), emerge como caminho para desconstruir hierarquias de poder e promover o diálogo entre saberes. Conclui-se que a educação escolar indígena é mais que um direito: é estratégia de resistência, sustentabilidade e esperança, capaz de formar novas gerações conscientes, críticas e comprometidas com a preservação cultural e ambiental.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Resistência Cultural; Interculturalidade; Território; Saberes Tradicionais.

EVASÃO DOS ESTUDANTES INDÍGENAS COTISTAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, UEMS/DOURADOS - 2014 a 2023

Genivaldo Flores da Silva– UCDB/Bolsista CAPES
genyvaldo941@gmail.com

GT 1 - Educação escolar indígena e as estratégias de resistência

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo investigar os motivos que levaram os estudantes indígenas, ingresso via cotas, a desistir dos cursos de graduação na educação superior, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS-Dourados-MS no período de 2014 à 2023. Como procedimento metodológico a perspectiva é realizar

entrevistas com os estudantes indígenas e a coordenação do Projeto Rede de Saberes vinculado à UEMS, setor que faz o atendimento aos acadêmicos indígenas nessa universidade. Para o embasamento teórico, serão utilizados autores indígenas e não indígenas que já desenvolveram suas pesquisas sobre a política de ações afirmativas e o ingresso de estudantes indígenas na universidade, pesquisa em educação escolar indígena, direitos indígenas, a interculturalidade bem como referências de autores pós-coloniais que discutem as questões culturais, raciais e epistemológicas nas relações entre a cultura eurocentradas e colonial e os povos originários, como é o caso de Athayde (2010), Backes (2013), Brand (2001), Candau (2008b), Freire (2000), Landa (2009), Nascimento (2006), (Quijano, 2005), Seizer (2009), Silva (2012), Urquiza (2004), Hall (1997), Candau (2008). Ainda é uma pesquisa em construção, que visa compreender as políticas de ações afirmativas relacionada aos acadêmicos indígenas que estão e já passaram pelas universidades.

Palavras chave: Estudantes indígenas; cultura; ações afirmativas; cotas; educação superior.

EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA COM POVOS INDÍGENAS- REFLEXÕES E DESCONSTRUÇÕES EM CURSO.

Gustavo dos Santos Souza
Gustaucdb@gmail.com

Ronaldo Carvalho
ronaldo-prc@hotmail.com

GT 1 - Educação escolar indígena e as estratégias de resistência

Resumo: O presente texto é fruto das reflexões construídas no decorrer do desenvolvimento de pesquisas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE/UCDB), somado às discussões produzidas durante os encontros do Grupo de Pesquisa Educação e Interculturalidade (GPEIN/CNPq). O trabalho em questão, tem por objetivo a apresentação das ressignificações teóricas e epistemológicas sofridas pelos autores no decorrer de suas relações com os povos indígenas durante o desenrolar de suas respectivas investigações de mestrado e doutorado. Enquanto metodologia, adotamos uma abordagem qualitativa e descritiva, respaldando-nos teoricamente em intelectuais indígenas e em autores do campo dos Estudos Culturais e Pós-Coloniais. As reflexões aqui tecidas evidenciam a necessidade de abertura à alteridade na pesquisa, como meio de ressignificar nossas identidades e, sobretudo, nossas concepções teórico-epistemológicas.

Palavras chave: Pesquisa com povos indígenas; Desconstruções; Ressignificações.

HISTÓRIA DE CRIAÇÃO DA ESCOLA MARCOLINO LILI: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

Aparecida de Sousa dos Santos - Doutoranda no PPGE/UCDB
aparecidapolini46@gmail.com
Bolsista PROSUC/CAPES

GT 1- Educação escolar indígena e as estratégias de resistência

Resumo: Esta pesquisa se insere no âmbito do Doutorado que realizo no Programa de Pós-Graduação em Educação, (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na Linha de Pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena, a partir do Grupo de Pesquisas Diversidade Cultural, Educação Ambiental e Arte. Os indígenas possuem em sua relação com a terra um significado que transformam essa em território com significados voltados para a resistência cultural, onde apresentam um sentimento de pertencimento à natureza, assim como sua organização social é baseada na coletividade e solidariedade. O objetivo desse artigo foi registrar a história de criação da Escola Marcolino Lili, compreender o contexto histórico em que foi criada e contribuir para a historiografia da educação no estado de Mato Grosso do Sul e Educação Brasileira, dentro de um recorte temporal de 1970 a 1989. Para atingir esse objetivo, recorreremos à história oral, visto que existe um pequeno relato escrito e incompleto sobre a criação da escola, assim buscamos relatos da primeira professora e de pessoas que vivenciaram aquele momento na tentativa de completar o relato já existente.

Palavras-chave: Escola Indígena; Escola Marcolino Lili; Aldeia Lagoinha; Mato Grosso do Sul

HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E RESISTÊNCIA DO POVO KINIKINAU - UM DIÁLOGO INTERGERACIONAL

Genilson Roberto Flôres – UCDB
profgenilsonkini@gmail.com

Adir Casaro Nascimento – UCDB
adir@ucdb.br

GT 1 - Educação Escolar indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: O presente artigo busca examinar a história, o desenvolvimento e a resistência do povo Kinikinau, que reside em Mato Grosso do Sul. Foco da pesquisa é destacar a história desse grupo, avaliando suas origens, as maneiras pelas quais enfrentam os desafios culturais e territoriais, e a importância da educação intergeracional para a manutenção de sua identidade e autonomia também fortalecer seu papel na educação. A pesquisa é dividida em três seções principais: uma apresentação do povo Kinikinau, uma análise da resistência e a reflexão sobre a educação intergeracional como um instrumento a fortalecer sua cultura e prática política. A metodologia empregada na pesquisa se fundamenta em uma estratégia que procura ressaltar a relevância e os ensinamentos da trajetória da Kinikinau. Este trabalho realça a batalha da população pela definição de suas

terras, a manutenção da língua e cultura, além da colaboração com outros povos indígenas. Dados preliminares indicam que a educação entre gerações, através da passagem de saberes tradicionais, pode ser um pilar essencial para a preservação da cultura e a luta Kinikinau. O artigo finaliza sugerindo que a história da comunidade Kinikinau é um potencial exemplo da resistência dos povos indígenas no Brasil e da relevância da autodeterminação para a sustentabilidade cultural.

Palavras chave: Kinikinau, educação intergeracional, resistências.

KANHGÁG AG KAJRÓ PÊ HAN GE VÊNHKANHRÃN FÃ KI MOVIMENTO CORPORAL ANCESTRAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NOS COMPONENTES CURRICULARES DAS ESCOLAS KAINGANG

Beatriz Kaingang Ferreira
UFRGS e Instituto de Educação Indígena
beatrizkaingang@gmail.com

GT 1 - Educação Escolar indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: O presente trabalho faz parte da pesquisa de mestrado em Educação em curso e tem como objetivo refletir acerca do movimento corporal kaingang como prática pedagógica nos componentes curriculares das escolas indígenas. Como pesquisadora kaingang, almejo contribuir para potencializar os processos próprios de aprendizagem e os valores ancestrais, evidenciando as especificidades da nossa escola, numa compreensão intercultural. A metodologia está pautada por uma abordagem qualitativa e respeitosa às vivências do grupo, fundamentada na Roda de Conversa, que vai ajudar a construir e a compreender os conhecimentos pertencentes a nós indígenas, por meio de uma escuta sensível. A pesquisa também é colaborativa, visto que dialoga com os kujá (sábios e sábias), os kófa (pessoas mais velhas) e com os estagiários do Curso Normal Kaingang do Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhã Miguel, na Terra Indígena Inhacorá, RS e irá ajudar na busca e na construção de algumas respostas, no sentido de desenvolver um trabalho de qualidade nas escolas indígenas. O estudo que realizo caminha a partir do pressuposto que o movimentar de um corpo indígena está ligado à espiritualidade, ao coletivo e à história do povo, a uma ancestralidade. Podemos dizer, então, que movimentos corporais próprios no ambiente escolar podem e devem contribuir para afirmar nossos saberes ancestrais. Estar ligado a tudo o que é a natureza tem uma importância fundamental para a organização do tempo-espço, do nosso modo de viver e, em consequência, a educação escolar própria.

Palavras chaves: pratica pedagógica kaingang; processos próprios de aprendizagem; kujá; kófa; docentes-estagiários.

O BRINCAR E O JOGAR NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: A INFLUÊNCIA DA CULTURA BOLIVIANA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Eliane Silva da Costa Amarílio/UFGD
eli.seguranca@hotmail.com

Daniele Gonçalves Colman/UEMS
danielecolmann@hotmail.com

GT 1 - Educação Escolar indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: Este artigo foi construído como Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-graduação *lato sensu* UFGD/FAIND; Especialização Escola da Terra. Esta pesquisa tem por objetivo geral: analisar a influência de jogos e brincadeiras da cultura boliviana nas aulas de educação física e no processo de escolarização no desenvolvimento da criança. Objetivos específicos: a) observar se há, durante os jogos e brincadeiras relações (interações) dos alunos entre si e com professores, a representação e ressignificação de novas possibilidades de jogos e brincadeiras nas aulas; b) compreender os principais resultados dessas brincadeiras e jogos dentro do espaço escolar; c) identificar se as brincadeiras e jogos de outra cultura possuem os mesmos significados para os demais alunos. Evidenciou-se que o brincar/jogar devem estar incluídos nas escolas como fonte de aprendizagem e construção de significados e ressignificados para o desenvolvimento das crianças, além de estar comunicando-se com o mundo, a criança estará se expressando e conhecendo novas amizades por meio destas práticas, as quais devem dialogar com uma proposta de educação intercultural.

Palavras-chave: Brincar; jogar; educação; cultura boliviana.

O PAPEL DAS IMAGENS DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO ENSINO DE HISTÓRIA- UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO NO COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA DE CORUMBAUZINHO

Manoel Robson Paraguassú da Silva
Universidade Federal do Sul da Bahia – Campus Paulo Freire – Teixeira de Freitas
email:paraguassu52@outlook.com

GT 1 - Educação Escolar indígena e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo investiga o papel das imagens de territórios indígenas no ensino de História no Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho, com foco na construção da identidade e resistência cultural dos alunos. A justificativa é a relevância da educação indígena, que enfrenta desafios como a falta de materiais didáticos adequados. A metodologia adotada é qualitativa, com análise de conteúdo e abordagem ação-colaborativa-participativa, envolvendo professores e alunos no processo de pesquisa. Os objetivos são investigar como as imagens são utilizadas nas aulas de História e discutir seus impactos no entendimento sobre questões territoriais e culturais. O referencial

teórico se baseia na interculturalidade crítica e na pedagogia decolonial, destacando a importância das imagens como ferramentas pedagógicas que valorizam os saberes indígenas e promovem uma educação mais inclusiva. A conclusão aponta que as imagens contribuem para o fortalecimento da identidade indígena, oferecendo uma visão crítica sobre a luta pela demarcação de terras e resistência cultural. Contudo, o estudo também identifica desafios, como a formação dos professores, e propõe estratégias pedagógicas para potencializar o uso dessas imagens no ensino.

Palavras-chave: Imagens indígenas; Ensino de História; Identidade cultural; Resistência; Pedagogia decolonial.

O PRIMEIRO ALFABETIZAÇÃO NO TEKOKA (LUGAR ONDE VIVE) PANAMBIZINHO-DOURADOS-MS

Abrisio Silva Pedro (Mestrado-PPGH-UFGD)
tembolosilva@gmail.com

GT 1- Educação escolar indígena e as estratégias de resistência

Resumo: Este trabalho é fruto da minha pesquisa que pesquisei a primeira alfabetização no Tekoka Panambizinho. A primeira alfabetização foi pela missionária Laurine que é originada da Estados Unidos, ela ensinou a escrever indígenas no ano de 1948, ela ensinou para os indígenas Kaiowá futuramente a ler a Bíblia, mas sempre foi embaixo de árvores e na casa de reza, segundo a informação do meu pai. Mas na entrevista que a Louraine deu para a Lourenço na dissertação dela, disse que não se lembrava mais, o motivo foi a idade muito avançada, com essa alfabetização informal muitos indígenas começaram a escrever o nome na época. Mas a escola formal entrou no território kaiowá da aldeia Panambizinho na época do SPI(Sistema Proteção de Índio).

Palavras chave: Indígenas Kaiowá da aldeia Panambizinho; SPI e Missionária

O USO DE LIVROS DIFERENCIADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS INDÍGENAS DE DOURADOS (MS)

Cássia Gonçalves Alencar – UFGD
cassiaalencar@gmail.com

Marta Coelho Castro Troquez – UFGD
martatroquez@ufgd.edu.br

GT 1 – Educação Escolar Indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: Este estudo apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado em Educação realizada na Reserva Indígena de Dourados. Tivemos por objetivo analisar como os livros produzidos no âmbito do programa Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE) contribuem para promoção da interculturalidade crítica nas práticas escolares. A abordagem de pesquisa foi qualitativa, fundamentada nos Estudos Decoloniais, com recurso à pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com gestores/as das

escolas municipais indígenas. Inventariamos e caracterizamos os livros diferenciados presentes nas bibliotecas, com destaque as obras nas línguas Guaraní, Kaiowá e Terena produzidas no núcleo ASIE/UFGD. Realizamos entrevistas com os/as gestores/as quanto a suas percepções a respeito do uso dos materiais no contexto escolar. A partir dos resultados compreendemos que a ASIE representa um avanço significativo na luta por uma Educação Escolar Indígena (EEI) diferenciada, fortalecendo os saberes e as línguas indígenas. Identificamos algumas dificuldades na efetivação de práticas bilíngues e no uso regular desses materiais em sala de aula, podendo atribuir isto a predominância da língua portuguesa, aos desafios para ações contínuas e coletivas no ambiente escolar. Concluímos que, para melhor contribuição dos materiais com a interculturalidade crítica, é necessário articular formação docente, produção comunitária bilíngue e políticas públicas contínuas e permanentes.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Ação Saberes Indígenas na Escola; Materiais Didáticos.

OS ESTUDOS INDÍGENAS: CONTRIBUIÇÕES PARA UM CURRÍCULO DECOLONIAL

Hilary Martins Vargas – UCDB
hilarymartinsvargas@gmail.com

José Licínio Backes – UCDB
backes@ucdb.br

GT 1- Educação escolar indígena e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), cujo plano de trabalho é intitulado “Os estudos indígenas: contribuições para um currículo decolonial”, com apoio do CNPq. Neste artigo, objetiva-se analisar os artigos publicados no periódico Série-Estudos (UCDB) no período 2014-2025 que versam sobre a temática indígena, identificando as contribuições para um currículo decolonial. A abordagem metodológica da pesquisa foi bibliográfica, pautando-se, portanto, exclusivamente nos artigos selecionados na revista mencionada. No primeiro momento foram identificados os artigos do periódico que versavam sobre a educação indígena. No segundo momento os artigos foram analisados em conformidade com o objetivo. Os resultados indicam que: a) Os currículos das escolas indígenas por muito tempo visavam a assimilação, isto é, eram coloniais; b) Os indígenas constroem currículos decoloniais com base nos conhecimentos de sua cultura; c) O currículo indígena decolonial dialoga com os conhecimentos ocidentais; d) Os professores indígenas são centrais para a construção de currículos decoloniais; e) Para a criação de currículos decoloniais os professores indígenas buscam a formação universitária. Pela análise efetuada conclui-se que os currículos indígenas apesaram de terem sido inicialmente impostos na perspectiva da assimilação, foram ressignificados pela luta e protagonismo indígena, resultando em currículos decoloniais. Conclui-se ainda que essa luta, bem como as experiências curriculares decoloniais, podem servir de subsídio para a criação de currículos decoloniais em escolas não indígenas.

Palavras-chave: Currículo decolonial, educação indígena, conhecimentos.

PROFESSORES INDÍGENAS TERENA DA MARCOLINO LILI E PAULINO MORAES FONSECA: SUAS VIVÊNCIAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Sônia Regina Soares Marques Delfino -UCDB

mysoniaregina@gmail.com

Bolsista UCDB

GT 1. Educação Escolar indígena e as estratégias de resistência.

Resumo. Esta pesquisa está vinculada à Linha III Diversidade Cultural e Educação Indígena, do Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. O objetivo é promover uma reflexão sobre ser professor indígena e a importância do planejamento específico na educação escolar indígena no ensino fundamental anos iniciais e anos finais. Trata-se de pesquisa qualitativa e escuta sensível registrando o cotidiano ouvindo-os e acompanhando as suas práticas. Diariamente reservo quinze a trinta minutos para fazermos uma conversa daquele dia de trabalho, resumindo quais pontos positivos ou negativos. A metodologia para ouvir os professores foi iniciada em conversas informais nas rotinas durante o atendimento nos horários atividade e eu, enquanto coordenadora pedagógica nas referidas escolas, acompanho todo o processo de ensino organizado pelo professor ou professora. Partindo desses momentos que minha pesquisa está sendo realizada, que temos escutado nossas histórias de vida, ancestralidades, anseios e esperanças nas práticas pedagógicas e que tem resultado em experiências outras que, possibilitam abrir espaços para a presença dos saberes e pedagogias vivenciadas no contexto da cultura terena. É possível ter a percepção de que uma outra educação escolar pode acontecer.

Palavras-chave: Professor Terena; escola indígena; práticas pedagógicas.

PROJETO CONTRATURNO: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR A PARTIR ENSINO BILÍNGUE

Marlene Gomes Leite - GEMED/Naviraí

marlenegomesjuti@gmail.com

Adilson Benites - GEMED/Naviraí

adilsonbenites15@gmail.com

Vanoiria Martins Fernandes - GEMED/Naviraí

vanoiriafernandes@gmail.com

GT 1 - Educação Escolar indígena e as estratégias de resistência

Resumo: O Projeto Contraturno Bilíngue é uma proposta política de Educação Escolar Indígena desenvolvida pela REME – Rede Municipal de Ensino do município de Naviraí, MS. O tema central é a Educação Escolar Indígena específica, diferenciada e bilíngue, para atender, no contraturno, os estudantes indígenas Guarani e Kaiowá matriculados do 1º ao 5º ano na rede municipal. Atendemos estudantes que só falam a Língua Guarani e

têm dificuldades de entender a Língua Portuguesa, bem como estudantes que não falam a Língua Materna. Por isso, foi necessária uma metodologia que contemple todos os estudantes do projeto. A proposta contribui para a construção de uma educação escolar indígena de qualidade, que valorize as culturas, as línguas e os saberes tradicionais. O município não possui escolas indígenas; nesse sentido, atendemos os estudantes em um espaço chamado Seleta. Temos duas salas de aula, onde, no período matutino, trabalhamos com dois professores, e, no período vespertino, com uma professora, totalizando três professores bilíngues nas línguas Guarani e Portuguesa. A participação da família na construção da educação escolar é muito importante e ajuda a combater preconceitos, promovendo o respeito e a valorização das culturas indígenas dentro e fora das comunidades.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Projeto Contraturno; Ensino Bilíngue.

VALORIZAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS TERENA NA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA FELICIANO PIO, ALDEIA IPEGUE

Rosângela Gomes Botelho – PPGE/UCDB
rosabotelho250@gmail.com
Bolsista PROSUC/CAPES

GT 1 - Educação Escolar indígena e as estratégias de resistência

Resumo: Esse trabalho está ligado ao projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) na linha de pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena no âmbito do Grupo de Pesquisa Diversidade Cultural, Educação Ambiental e Arte. O objetivo geral da pesquisa é compreender como vem sendo trabalhado a valorização dos saberes tradicionais Terena, na Escola Municipal Indígena Feliciano Pio na Aldeia Ipegue. Para esta pesquisa a metodologia adotada será qualitativa, fundamentada na abordagem de pesquisa participativa, com ênfase no diálogo com os saberes e vivências da comunidade Terena. Assim utilizaremos a autoetnografia que é um método de pesquisa qualitativa que usa a experiência pessoal do pesquisador como foco central para analisar e interpretar fenômenos sociais e culturais. É uma forma de pesquisa que busca conectar o "eu" com o "outro", explorando como as experiências individuais refletem e são moldadas por contextos sociais mais amplos. Nessa pesquisa buscaremos dialogar principalmente com os intelectuais indígenas de diversas etnias que já realizaram mestrado e doutorado e mas principalmente com aqueles da etnia Terena pois já existe uma produção acadêmica significativa de intelectuais indígenas já publicadas em periódicos científicos e também em livros publicados.

Palavras-chave: Saberes Tradicionais Terena; Escola Municipal Indígena Feliciano Pio; Aldeia Ipegue; Mato Grosso do Sul

GT 2
EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

**A HIBRIDIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO COMO
RESISTÊNCIA INDÍGENA NA UNIVERSIDADE**

Felipe Tsuzuki - UEL
felipe.tsuzuki@outlook.com

Moisés Alves de Oliveira - UEL
moises@uel.br

GT 2 - Educação superior indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: Com o objetivo de investigar a interação entre o conhecimento científico e os conhecimentos indígenas no contexto do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para estudantes indígenas na Universidade Estadual de Londrina (UEL), essa pesquisa analisou como as identidades culturais de estudantes indígenas são formadas e negociadas durante uma aula de Ciências da Natureza, com base nas teorizações de Stuart Hall. A pesquisa, que utilizou uma abordagem etnográfica, observou que a produção de identificações ocorreu através do contato entre discursos científicos e saberes tradicionais, resultando em um processo de hibridização. Foi possível identificar duas abordagens distintas de hibridização entre os estudantes: a "tradição", que busca um retorno nostálgico a uma identidade "pura" do passado indígena, e a "tradução", que se hibridiza com a cultura acadêmica e científica, criando novas identificações. Conclui-se que a identificação "traduzida" é a que mais se alinha com a proposta de Iniciação Acadêmica, pois permite que os estudantes negociem com a universidade e a ciência sem abandonar seus traços culturais, aumentando a possibilidade de permanência desses estudantes.

Palavras-chave: Ensino de Ciências; Educação Indígena; Permanência Estudantil.

**A LUTA PELA UNIVERSIDADE INDÍGENA NO BRASIL: DESAFIOS,
SENTIDOS E PERSPECTIVAS**

Suzete da Silva Galdino –COEDUC/SEDUC
suzygaldino80@hotmail.com

GT 2. Educação superior indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: A criação de uma universidade indígena constitui uma reivindicação histórica dos movimentos sociais, especialmente daqueles articulados no Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena. Desde 2022, essa pauta vem sendo retomada e apresentada ao Governo Lula, que, em 2024, promoveu seminários regionais e estaduais com a participação de lideranças indígenas. Em 2025, com o lançamento da Política Nacional de Educação Indígena, o tema foi reafirmado como um dos principais desafios. Esta

pesquisa, vinculada ao Grupo de Pesquisa Coeduc/UFMT, que desenvolve projetos voltados à formação de professores indígenas, analisa os desafios e perspectivas para a criação dessa universidade. Considera o protagonismo de atores sociais que assumem a liderança acadêmica e política indígena, articulando-se com o Ministério da Educação e universidades públicas, em uma luta histórica pela consolidação de espaços próprios no ensino superior. O objetivo é compreender como docentes indígenas fortalecem a luta pela construção de uma universidade específica e diferenciada e quais sentidos atribuem a essa instituição, a partir de referenciais interculturais e epistêmicos decoloniais. O aporte teórico inclui autores como Freire (1996), Grando (2004), Krenak (2020), Luciano (2011), Marin (2014), Quijano (2005), Geertz (1978) e Walsh (2019). Metodologicamente, adota-se uma abordagem etnográfica, decolonial e intercultural, articulando análise documental, observação participante, rodas de conversa e entrevistas. Os documentos analisados incluem materiais do FNEEI, registros de seminários e políticas voltadas à formação de professores indígenas, que asseguram o acesso ao ensino superior. Busca-se contribuir para a construção de uma universidade multicultural e bilíngue, que valorize identidades e os saberes originários.

Palavras-chave: Povos Indígenas; universidade indígena, Educação decolonial e intercultural.

EDUCADORES JURÍDICOS DOS POVOS INDÍGENAS E AS SUAS TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO

Mádson Ribeiro da Silva
Universidade Federal de Rondônia
madsonribeiro16@gmail.com

Carlos Magno Naglis Vieira
Universidade Federal de Rondônia
carlos.vieira@unir.br

GT 2 - Educação superior indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: O presente artigo contempla escritos de uma dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) intitulada “Identidade e protagonismo indígena na pós-graduação: trajetórias de formação e produções acadêmicas de juristas indígenas com doutorado”. O objetivo do texto é apresentar como esses juristas se tornam educadores jurídicos do povo ao qual pertence e dos povos indígenas com os quais se relacionam. Partindo das experiências e reflexões mobilizadas no Grupo de Pesquisa Educação Intercultural e Povos Tradicionais-CNPq, a metodologia foi construída por meio de uma revisão sistemática de literatura e tecida em colaboração com intelectuais e lideranças indígenas. Os dados foram construídos a partir do diálogo com as teses de doutores indígenas com formação inicial em Direito, organizados por intermédio da análise textual discursiva, analisados e discutidos mediante inspirações e contribuições teóricas dos escritos indígenas, dos estudos culturais e decoloniais e das autoras e autores do campo da Educação que estudam e pesquisam as trajetórias de formação e produções intelectuais de acadêmicos indígenas. Os resultados que transbordam das teses sinalizam: o forte compromisso dos juristas indígenas no sentido

de contribuir com a formação jurídica do seu povo e dos povos indígenas em geral; as metodologias-pedagogias coletivamente construídas para atender as necessidades e os interesses das comunidades onde acontecem tais formações; a produção de novas compreensões e interpretações do direito estatal a partir tanto da realidade sócio-histórica quanto da luta de cada povo e comunidade.

Palavras-chave: Juristas indígenas; Educadores jurídicos; Ensino superior; Povos indígenas.

IMPORTÂNCIA DOS INDÍGENAS NO INGRESSO EM CURSOS SUPERIORES: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Thiago Feliciano Alves

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FAENG /UFMS)

thiago.feliciano@ufms.br

Enio Lorrnan Reis Santos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

(FAENG/UFMS)

enio.lorran@ufms.br

GT2. Educação superior indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: Este trabalho discute a importância da inserção de estudantes indígenas nos cursos de Engenharia Civil e no ensino superior público brasileiro, refletindo sobre os avanços e desafios relacionados ao ingresso, à permanência e ao êxito acadêmico. A partir de uma revisão bibliográfica, destaca-se que a Constituição de 1988 e legislações posteriores, como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) e o Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná, foram marcos decisivos na democratização do acesso à universidade. Entretanto, o ingresso não garante, por si só, a permanência, visto que estudantes indígenas enfrentam dificuldades emocionais, culturais, socioeconômicas e acadêmicas que impactam sua adaptação. Pesquisas baseadas no Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA-r) indicam que a dimensão pessoal, ligada ao bem-estar físico e psicológico, costuma ser a mais fragilizada, especialmente entre grupos vulnerabilizados. Nesse contexto, políticas institucionais de acolhimento, bolsas permanência, programas de tutoria e espaços interculturais tornam-se essenciais para a redução da evasão e para o fortalecimento da identidade acadêmica. A presença indígena nos cursos de Engenharia Civil contribui para ampliar a diversidade, integrar saberes tradicionais e científicos e formar profissionais comprometidos com um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo, reafirmando o papel social da universidade pública.

Palavras-chave: Ensino superior; Inclusão; Estudante indígena; Engenharia civil; Permanência acadêmica.

LICENCIATURAS INTERCULTURAIS INDÍGENAS: PERCURSOS, PROGRAMAS E PRÁTICAS NO ENSINO SUPERIOR

Cinara dos Santos Costa – IFRS/PUCRS
santos.cinara@edu.pucrs.br

Iara Tatiana Bonin - PUCRS
iara.bonin@pucrs.br

GT 2 - Educação superior indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: A pesquisa em andamento investiga a formação de docentes indígenas na região do Alto Solimões (AM), especialmente o povo Ticuna, e analisa como a interculturalidade se materializa na interface entre políticas públicas voltadas ao Ensino Superior (ES) e práticas pedagógicas construídas no curso de Pedagogia Intercultural Indígena na Universidade Estadual do Amazonas, em Tabatinga (AM). O estudo parte do reconhecimento de que a criação de licenciaturas interculturais indígenas, impulsionadas por programas como o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND) e o Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Docentes da Educação Básica (PARFOR), tem ampliado a presença indígena no ensino superior (PALADINO; ALMEIDA, 2012). Essas iniciativas respondem às demandas históricas dos movimentos indígenas pela constituição de escolas próprias, bilíngues e pluriculturais, em que a presença de professores indígenas é condição central para o fortalecimento de processos educativos diferenciados (SANTOS; SILVA, 2011; OLIVEIRA, 2016). O viés metodológico é de caráter qualitativo, de inspiração etnográfica e utilizando a conversa como metodologia de pesquisa, compreendendo o diálogo como espaço de produção compartilhada de saberes. As experiências de professores indígenas em sua trajetória formativa, mostra tanto os desafios enfrentados — precariedade estrutural, tensões curriculares e limitações das políticas públicas — quanto os avanços obtidos, como a valorização das línguas maternas e a afirmação identitária. Nesse sentido, a interculturalidade não se apresenta apenas como conceito, mas como prática vivida que tensiona o ensino superior brasileiro, contribuindo para a consolidação de uma educação mais plural e dialógica.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Formação Docente; Interculturalidade; Prolind; Licenciaturas Interculturais.

O CURRÍCULO E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS: ALGUNS APONTAMENTOS

Ozana dos Anjos Santana – UCDB
ozanasantana@outlook.com
Bolsista UCDB

GT2. Educação superior indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: O presente artigo apresenta um estudo sobre as teorias do currículo, o currículo é espaço, poder, identidade e discurso, configurando-se como documento de identidade e

trajetória de vida. Ao longo da história, diferentes teorias buscaram explicar sua função, revelando disputas sociais, políticas e culturais. Ressaltando-se as teorias tradicionais, influenciadas por Bobbitt (1918), que defendia um currículo voltado à eficiência, inspirado no modelo fabril: objetivos claros, padronização, mensuração de resultados e o aluno eram visto como “produto”, e a escola como extensão das empresas. Nas teorias críticas: desenvolveram-se entre os anos 1960 e 1970, em contexto de movimentos sociais, crises políticas e lutas por direitos. Enfatizam que o currículo não é neutro, refletindo relações de poder e a luta de classes. Paulo Freire destacou-se ao criticar a “educação bancária” e propor a educação problematizadora, na qual educador e educando constroem saberes de forma dialógica, visando a transformação social. Teorias pós-críticas ganharam força a partir da década de 1990, no Brasil, representam uma crítica às limitações das teorias críticas, deslocam o foco da luta de classes para questões de cultura, identidade, diferença, subjetividade e linguagem. Debatem multiculturalismo, apontando os riscos de reduzi-lo a uma adição folclórica de elementos culturais, sem enfrentar estruturas de exclusão. O currículo intercultural, proposto por Candau (2024) e aprofundado por Walsh (2021), critica os currículos monoculturais e eurocêntricos, defende a valorização de saberes indígenas, afrodescendentes, feministas, populares em diálogo horizontal com o conhecimento científico. E busca construir uma escola democrática, inclusiva e solidária, baseada na interculturalidade crítica.

Palavras-chave: Currículo; Teorias; Educação.

PROTAGONISMO INDÍGENA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA- UM MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS INDÍGENAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Beatriz da Silva Mello – Universidade Federal de Rondônia/UNIR
trizsmello@gmail.com

Carlos Magno Naglis Vieira - Universidade Federal de Rondônia/UNIR
carlos.vieira@unir.br

GT2. Educação superior indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: O artigo apresenta os resultados das ações realizadas junto ao plano de trabalho intitulado “PROTAGONISMO INDÍGENA NA UNIVERSIDADE: um mapeamento das produções dos acadêmicos indígenas desenvolvidas nos cursos de pós-graduação da Universidade Federal de Rondônia”. Vinculado ao grupo de pesquisa Educação Intercultural e Povos Tradicionais/CNPq da Universidade Federal de Rondônia/UNIR, a pesquisa voltada para o mapeamento e o acesso de acadêmicos indígenas na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), com foco na pós-graduação, analisou os sites dos programas de pós-graduação em busca de compreender o protagonismo indígena e suas contribuições para uma pedagogia intercultural. Adotou-se abordagem qualitativa e documental, articulando dados empíricos e referenciais teóricos sobre educação superior dos povos indígenas e interculturalidade. Os resultados revelam diversidade étnica, atuação em áreas estratégicas e valorização de saberes tradicionais no espaço acadêmico, reafirmando a universidade como território de transformação e diálogo entre saberes.

Palavras-chave: Pós-Graduação; Acadêmicos Indígenas; Universidade Federal de Rondônia; Protagonismo Indígena; Produções Acadêmicas.

PSICOLOGIA E EPISTEMOLOGIAS OUTRAS: REFLEXÕES PARA UMA PRÁTICA DECOLONIAL

Alline Cavalheiro Sales Sorio - UCDB

allinesorio@gmail.com

Adir Casaro Nascimento – UCDB

adir@ucdb.br

GT 2 - Educação Superior Indígena e as estratégias de resistência.

Resumo: Este artigo é fruto das reflexões iniciais da dissertação de mestrado, em andamento, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem como objetivo discutir a invisibilização dos saberes tradicionais no currículo e na prática profissional da Psicologia, problematizando de que maneira a formação acadêmica, ancorada na colonialidade do saber, tende a silenciar epistemologias outras. Busca-se refletir acerca das tensões entre a Psicologia enquanto disciplina historicamente marcada pela perspectiva eurocêntrica e os saberes tradicionais indígenas, que articulam dimensões coletivas, espirituais, ambientais e sociais na constituição do cuidado e da subjetividade. O artigo destaca a importância de reconhecer e dialogar com esses saberes para promover práticas psicológicas mais inclusivas, contextualizadas e sensíveis às múltiplas formas de conhecimento. Ao problematizar a centralidade do conhecimento ocidental, propõe-se uma reflexão sobre como a formação em Psicologia pode ser repensada para valorizar a diversidade epistemológica, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos para uma prática profissional decolonial e comprometida com o respeito às culturas e cosmologias indígenas.

Palavras-chave: Epistemologias Decoloniais; Psicologia Indígena; Saberes Tradicionais; Educação Superior; Diversidade Epistemológica; Interculturalidade

REINTERPRETANDO A CERÂMICA INDÍGENA EM CONTEXTOS ACADÊMICOS

Ana Elisa de Castro Freitas – UFPR

anaelisa@ufpr.br

Thalia Carolina Cretã – UFPR

creta.thalia@ufpr.br

GT 2 - Educação Superior Indígena e as estratégias de resistência

Resumo: O território do Paraná é ocupado por sucessivos povos indígenas, há milhares de anos. Nesse contexto, as práticas de arte cerâmica são uma expressão cultural diversa e vibrante, manifestando identidades, cosmologias e histórias desses povos. A

colonização impactou significativamente essas práticas, mas a resistência cultural persiste. Artefatos arqueológicos cerâmicos revelam mitologias, relações com a natureza e práticas sociais. Entre os povos Guarani e Kaingang, os usos de recipientes cerâmicos incluem a fermentação, a comensalidade e a celebração de alimentos, em contextos cotidianos e rituais. Com o objetivo de conhecer, produzir e difundir a arte cerâmica, o Grupo PET Litoral Indígena possui um espaço de práticas em terra moldada que acolhe atividades de ensino, pesquisa e extensão colaborativas com os territórios de pertencimento dos acadêmicos indígenas que participam do projeto. A metodologia inclui grupos de estudos, oficinas experimentais de coleta, preparo, modelagem de argilas selvagens e queima tradicional, pesquisa em reservas técnicas, ensaios de reinterpretação de acervos arqueológicos, participação em mostras e exposições. Os resultados indicam que as práticas com a terra, centrais na arte cerâmica, possibilitam reconstituir, ressignificar e reinterpretar o passado criativamente, envolvendo os acadêmicos indígenas em processos significativos para a formação em diversas áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Arqueologia Experimental; Educação Superior Indígena; Arte Cerâmica; Interculturalidade; Programa de Educação Tutorial.

TRAJETÓRIAS DE PESQUISADORES KAIOWÁ NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: DA LICENCIATURA AO MESTRADO.

Kátia Karine Duarte da Silva (CAPES/UCDB)
katiakarine@gmail.com

GT 2- Educação superior indígena e as estratégias de resistência

Resumo: O presente trabalho apresenta trajetórias e produções de pesquisadores das etnias Kaiowá na pesquisa em Ciências Sociais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem como referência os Estudos Culturais e decoloniais. A metodologia de pesquisa consiste na análise bibliográfica de dissertações de mestrados, produzidas no mestrado em Antropologia da UFGD. Os resultados apontam que as trajetórias acadêmicas dos pesquisadores viabilizam outras possibilidades de conhecimentos em Ciências Sociais. As trajetórias de pesquisadores indígenas nas pesquisas em Ciências Sociais consistem em uma importante contribuição para (re) pensar, (re) significar e reconhecer outras epistemologias que possam contribuir para os cânones das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). Com a entrada dos povos indígenas na universidade e nos cursos de pós-graduação, tem sido possível pensar em outras possibilidades para a referida área do conhecimento e questionar o pensamento único e universal.

Palavras-chave: pesquisadores indígenas; ciências sociais; interculturalidade crítica.

UMA NARRATIVA DE RESISTÊNCIA E CONQUISTA: A PRIMEIRA MULHER INDÍGENA A OBTER TÍTULO DE MESTRA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT

Poliana da Cruz Silva - PPGE/UFMT

polianacruznb@gmail.com.

Agência de fomento: CNPq

GT 2 - Educação superior indígena e as estratégias de resistência

Resumo: A pesquisa tematiza a presença da mulher indígena no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, está inserida na linha de pesquisa Movimentos Sociais, Povos Originários, Comunidades Tradicionais, Relações Étnico-Raciais e Educação, estando articulada aos referenciais do grupo de pesquisa Corpo, Educação e Cultura - COEDUC. O objetivo geral da pesquisa é compreender a trajetória de acesso à formação universitária da mulher indígena no âmbito do PPGE/UFMT, através da narrativa educacional formativa da primeira professora indígena a obter o título de mestra nesta instituição, esta pesquisa justifica-se devido à ausência de mulheres indígenas no PPGE/UFMT, e também na universidade. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem narrativa dos autores Clandinin e Connelly (2015), tem como principal foco a experiência vivida durante o percurso formativo, evidencia-se também como essa experiência pode ser vislumbrar na atualidade, visto que, como resultados parciais da pesquisa em andamento, identificamos a formação de três mulheres indígenas no período de 1994 a 2024. Ressaltamos assim, a necessidade de implementação de políticas públicas específicas e eficazes que garantam acesso e permanência das mulheres indígenas na universidade.

Palavras chave: Educação; Pós-Graduação; Mulher Indígena; Universidade; Formação

VIVÊNCIAS ACADÊMICAS INDÍGENAS: DA PESQUISA À CONCEITUAÇÃO

Joelma Boaventura da Silva – Universidade do Estado da Bahia/UNEB

jbomfim.adv@gmail.com

GT 2 - Educação superior indígena e as estratégias de resistência

Resumo: O presente artigo tem a vivência acadêmica indígena como tema. O objetivo é apresentar a discussão realizada sobre o conceito de vivências, a partir da filosofia, e do termo vivência acadêmica indígena, realizada em sede de doutoramento junto a Universidade Federal da Bahia - UFBA entre 2020 e 2024, no qual, se desenvolveu a tese intitulada “Povos originários em universidade *multicampi*: vivências acadêmicas e processos de reterritorialização”. Para tanto, os pilares epistêmicos baseados nos teóricos alemães Dilthey (1944) e Husserl (1975; 2013) foram utilizados. A metodologia empregada para este artigo é de natureza qualitativa, revisitando a tese mencionada para

apresentar a elaboração de um conceito transversal que contemple etnicidade indígena e espaço universitário. Trata-se de uma produção interdisciplinar que contemple aspectos filosóficos, semânticos, antropológicos e educacionais, se inserindo nas searas das Ciências Humanas e Sociais. Entende-se que a vivência indígena na educação superior tem características específicas, além de ser impactada por uma série de condicionantes institucionais, curriculares, étnicos e sociais.

Palavras chave: Vivências; povos originários; educação superior; filosofia; interdisciplinaridade.

GT 3 - CRIANÇA/INFÂNCIA INDÍGENA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

A CERIMÔNIA DE *IAMUDO ITABYENLY* COMO PRÁTICA DE CUIDADO INFANTIL E PRESERVAÇÃO CULTURAL ENTRE OS KURÂ-BAKAIRI.

Isabel Teresa Cristina Taukane – UnB /UFMS
isabeltaukanepesquisadora@gmail.com

GT 3 - Criança/infância indígena e as estratégias de resistência

Resumo: O povo Kurâ-Bakairi, de Mato Grosso, habita atualmente as Terras Indígenas Bakairi, situadas entre os municípios de Nobres e Planalto da Serra, e a Terra Indígena Santana, no município de Nobres. Este trabalho tem como objetivo analisar a cerimônia de *Iamudo Itabyenly*, compreendida como prática essencial para a manutenção do cuidado na primeira infância e para a preservação da identidade cultural desse povo, mesmo diante das interferências coloniais e de seus efeitos que persistem até os dias atuais. A metodologia adotada fundamentou-se na observação participante, realizada em uma roda de conversa com mulheres, mães e avós, protagonistas na transmissão e vivência desse ritual. A cerimônia consiste em apresentar a criança à comunidade e ao Sol (*Takô Xixi, o avô espiritual*), após um período de reclusão em que apenas a família próxima tem acesso aos cuidados com o bebê, à mãe e ao pai. Esse rito articula três dimensões fundamentais: espiritualidade, coletividade e educação tradicional, assegurando que cada novo membro seja acolhido como sujeito cultural e espiritual enraizado em uma rede de relações familiares e sociais. Entretanto, observa-se que os impactos da modernidade, como a introdução de tecnologias e mudanças nos modos de socialização, impõem desafios à continuidade dessa prática. Diante disso, os Kurâ-Bakairi tem buscado estratégias de resignificação que reafirmam sua resistência e a importância do ritual como expressão identitária e de fortalecimento cultural.

Palavras-chave: Kurâ-Bakairi; infância indígena; ritual; identidade cultural.

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA GUARANI E KAIOWA NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS

Micheli Alves Machado- FAED/UFMGD
mihkaiowa@gmail.com

GT 3 - Criança/infância indígena e as estratégias de resistência

Resumo: A língua materna constitui um dos elementos centrais da identidade, da resistência cultural e do desenvolvimento cognitivo das crianças indígenas. Este artigo, inspirado na dissertação de Micheli Alves Machado (2016), analisa a relevância da valorização das línguas Guarani e Kaiowá no processo de alfabetização das crianças da Reserva Indígena de Dourados (RID), em Mato Grosso do Sul. A pesquisa mostra que a escolarização, historicamente estruturada a partir de modelos ocidentais, tem desconsiderado as especificidades linguísticas e culturais desses povos, o que gera dificuldades no aprendizado e fragiliza a construção da identidade indígena. Por meio de entrevistas e observações etnográficas, a autora evidencia que a predominância do português nas escolas indígenas contribui para o enfraquecimento e até para o apagamento das línguas originárias, impactando diretamente a transmissão dos saberes tradicionais. Diante disso, ressalta-se a urgência de políticas públicas que garantam a valorização e a presença efetiva das línguas indígenas nos espaços escolares, assegurando o ensino bilíngue e intercultural como forma de fortalecer tanto a aprendizagem quanto a identidade cultural das crianças. A defesa da língua materna, nesse contexto, não é apenas uma estratégia pedagógica, mas também um ato de resistência e afirmação da existência dos povos Guarani e Kaiowá.

Palavras-chave: Alfabetização; Educação escolar indígena; Língua Guarani e Kaiowa.

EDUCAÇÃO INFANTIL EM TERRITÓRIOS DE BUEN-VIVIR: INTERLOCUÇÕES ENTRE A CIDADE E A ALDEIA

Juliana S. Lessa - PPGEdu/UNIRIO
julianallessa@gmail.com

GT 3 - Criança/infância indígena e as estratégias de resistência

Resumo: O trabalho apresenta uma pesquisa de pós-doutorado realizada no contexto do grupo Gitaka/Unirio, que explora outra educação possível nas escolas da cidade, inspirada nas culturas originárias brasileiras. O objetivo é sistematizar orientações pedagógicas alternativas às lógicas colonialistas e eurocêntricas predominantes nas estruturas de funcionamento, rotinas e práticas de creches e pré-escolas urbanas. A metodologia envolve pesquisa-intervenção em uma unidade de educação infantil municipal do Rio de Janeiro, em diálogo com a análise de dados secundários abrangendo as práticas na creche indígena Oka Katuana, localizada no território Tupinambá de Olivença (Ilhéus/BA). As intervenções consistiram na criação de territórios de experimentação de dispositivos anticoloniais teórico-brincantes que valorizam a *coletividade*, o *pertencimento* e a

reciprocidade entre vivos, além da liberdade e autonomia nos processos de aprender. Os resultados indicam que a incorporação de práticas pedagógicas inspiradas em cosmovisões originárias potencializa a construção de uma Educação Infantil como territórios de *buen-vivir*, como um modo de habitar o planeta em coexistência. Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise das implicações e decorrências dessas práticas em diferentes contextos urbanos de educação das crianças.

Palavras-chave: Infâncias indígenas; Educação Infantil; Dispositivos contracoloniais.

ENTRE A ALDEIA E A ESCOLA: A CRIANÇA INDÍGENA E SUAS BRINCADEIRAS

Adélio de Almeida - UFMSQ/CPAQ
adelio.almeida@ufms.br

Juscelino Correa Lipu - UFMS/CPAQ
jcorrealipu@gmail.com

Janaina Nogueira Maia Carvalho - UFMS/CPAQ
janaina.maia@ufms.br

GT 3. Criança/infância indígena e as estratégias de resistência

Resumo: O presente estudo tem como objetivo contribuir para a valorização e preservação da cultura indígena Terena, com ênfase no resgate de saberes e práticas tradicionais frequentemente esquecidos no contexto escolar. A pesquisa analisa a relevância do brincar no ambiente coletivo da escola, compreendido como prática essencial para o fortalecimento de vínculos, a preservação da identidade cultural e a redução do uso excessivo de dispositivos digitais, cujo impacto negativo se manifesta em quadros de ansiedade, irritabilidade, distúrbios de sono e de alimentação, refletindo diretamente no desempenho e na aprendizagem das crianças. O estudo fundamentou-se em levantamento bibliográfico, especialmente na perspectiva da sociologia da infância, que reconhece a criança como ator social e a infância como categoria geracional. Além disso, foi realizado trabalho de campo na comunidade da Aldeia Limão Verde, junto à Escola Municipal Indígena Pólo Lutuma Dias, localizada em Aquidauana/MS. A análise dos dados obtidos com uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental evidenciou a urgência de resgatar e valorizar as brincadeiras tradicionais Terena, dada sua relevância para a formação cultural e educacional das novas gerações. Observou-se que o contato intensificado com a sociedade envolvente tem contribuído para o enfraquecimento de práticas culturais ancestrais, reforçando a necessidade de registro, documentação e transmissão desses saberes. Conclui-se que a valorização das brincadeiras tradicionais constitui uma estratégia fundamental para fortalecer o diálogo entre tradição e educação escolar indígena, promovendo maior integração entre crianças, professores e comunidade.

Palavras-chave: Brincadeiras Terena; Cultura; Educação Escolar Indígena.

NARRATIVAS INFANTIS TERENA- REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA EM COMUNIDADES INDÍGENAS E SEUS TERRITÓRIOS

Anaís Salvador Rodrigues - UFMS/CPAQ
anaeis.rodrigues@ufms.br

Mayume Barros Tibério - UFMS/CPAQ
mayume.barros@ufms.br

Janaina Nogueira Maia Carvalho - UFMS/CPAQ
janaina.maia@ufms.br

GT 3. Criança/infância indígena e as estratégias de resistência

Resumo: Este trabalho tem como objetivo investigar de que forma as crianças indígenas Terena, das aldeias Limão Verde e Mãe Terra, situadas nos municípios de Aquidauana e Miranda (MS), constroem e experienciam a infância em seus contextos socioculturais. Fundamentada na perspectiva da Sociologia da Infância, que entende a infância como uma construção social e histórica e reconhece as crianças como sujeitos ativos. A pesquisa busca compreender como essas vivências são influenciadas por elementos culturais, ambientais e comunitários próprios do povo Terena. Por meio da escuta das narrativas infantis e da observação das práticas cotidianas, pretende-se dar visibilidade às infâncias indígenas, frequentemente silenciadas nos discursos acadêmicos e sociais. Os resultados esperados indicam a valorização dos saberes ancestrais, das relações com a natureza e do papel da coletividade na formação das identidades infantis Terena.

Palavras-chave: infância indígena; povo Terena; Sociologia da Infância; Território; saberes tradicionais.

GT4 – LINGUAS INDÍGENAS E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

VITALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS: UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA NO TERRITÓRIO INDÍGENA BURITI (MS)

Bruno Roberto Nantes Araujo – UFMS
bruno.nantes@ufms.br

Alessandra de Souza da Cruz Daniel – UFGD
alelibras6@gmail.com

Loslene Barbosa de Oliveira Reginaldo
Escola Pólo Municipal Indígena Cacique Ndeti Reginaldo
oliveiraloslene5@gmail.com

GT 4 - Línguas indígenas e as estratégias de resistência.

Resumo: Este artigo configura-se como uma ação prática decorrente das discussões e diálogos oriundos das pesquisas de Araujo (2028, 2023), as quais abordam questões relacionadas à formação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais, bem como ao processo de colonização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) sobre as Línguas Indígenas de Sinais (LIS). Além disso, o trabalho dialoga com as ações promovidas pelo GT das Línguas Indígenas de Sinais, no contexto da Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI – 2022-2032), especialmente no que tange aos objetivos de vitalização, revitalização e retomada das línguas indígenas. A pesquisa está ancorada nos Estudos Surdos e nas investigações voltadas às LIS, tendo como objetivo principal o registro de sinais utilizados no Território Indígena Buriti, de natureza etnográfica e bibliográfica, realizada a partir da participação em um evento colocalizado no município de Dois Irmãos do Buriti. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada na Aldeia Água Azul. A metodologia adotada envolveu observação participante, conversas informais com os membros da comunidade e o registro de sinais por meio de fotografias e vídeos. O mapeamento de alguns sinais durante a visita contribuiu para a valorização e a vitalização das Línguas Indígenas de Sinais no estado.

Palavras-chave: Língua indígena de sinais; Território Indígena Buriti; indígenas surdos.

GT 5 - GÊNERO, IDENTIDADE, DIFERENÇA E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

A DISCRIMINAÇÃO QUANTO À ESTUDANDES DA CULTURA BOLIVIANA

Luis Manoel Bezerra
lumab.25@bol.com.br

5. Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência

Resumo: Em virtude das transformações culturais, sociais e étnico-raciais que vêm ocorrendo com mais intensidade nos últimos anos, há estudos sobre a interculturalidade dentro do contexto escolar, incluindo contextos com alunos estrangeiros, como é o caso deste estudo, referente a uma escola localizada na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Considerando, essa realidade, o resumo, refere-se à percepção do preconceito e da discriminação percebida por parte de professores que atuam numa escola brasileira localizada na fronteira do Brasil. Foram entrevistados onze professores. Os resultados indicaram que se somarmos os professores que afirmaram que os alunos bolivianos não são discriminados (quatro) com os que disseram não saber (dois) àquele único que disse “talvez”, temos a maioria de professores dizendo que não há esse tipo de discriminação e preconceito. Não perceber a discriminação é um dos maiores problemas no contexto brasileiro. Ainda que seja mais comum no contexto racial, por causa do mito da democracia racial que nega a existência do racismo, percebemos que isso se aplica a outras formas de discriminação, no caso à da nacionalidade diferente. Os resultados indicam que, de fato, faz falta um processo de formação voltado para a diferença e a desconstrução da discriminação e do racismo.

Palavras-chave: Alunos bolivianos; Discriminação; Diferença.

A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NAS DISCIPLINAS ECONOMIA DOMÉSTICA E TRABALHOS MANUAIS NOS COLÉGIOS FEMININOS SALESIANOS NO SUL DO ANTIGO MATO GROSSO

Roselaine Alves Olmo - UCDB
roselaineolmo@outlook.com

GT 5 – Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo responder de que forma o ensino das disciplinas Economia doméstica e Trabalhos manuais contribuíram para a formação do *habitus de gênero* feminino nas instituições escolares femininas salesianas no sul do antigo Mato Grosso, a partir dos aportes teóricos de Bourdieu (2007, 2018, 2020), Carvalho (2004), Scott (1995) e Louro (1997). Considera-se que gênero é produzido nas relações sociais e não biologicamente, e o *habitus* se constitui nas práticas cotidianas. Sendo assim, as disciplinas Economia doméstica e Trabalhos manuais estruturaram um *habitus de gênero* feminino nas mulheres que estudaram nos colégios das Filhas de Maria Auxiliadora no sul do antigo Mato Grosso, por meio das suas práticas educacionais que aconteciam no cotidiano das disciplinas. As disciplinas Economia doméstica e Trabalhos manuais não apenas reproduziram os discursos dominantes sobre o papel da mulher, mas também organizaram práticas pedagógicas e curriculares que contribuíram para a formação de um *habitus de gênero* feminino estruturado pela moral cristã, pela domesticidade e pela submissão às estruturas patriarcais.

Palavras-chave: Educação feminina; *Habitus de gênero*; Economia doméstica; Trabalhos manuais.

AS NARRATIVAS DAS MINHAS VIVÊNCIAS PESSOAIS

Ródnei Eloi da Silva/UCDB-
rodinei10@gmail.com

GT 5 - Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo fazer a reflexão sobre as narrativas das minhas vivências pessoais, desde a minha infância até os dias de hoje. Tudo começou quando fui para a pré-escola onde houve um choque cultural entre o terena e o português. Foi nesse momento que aprender a falar em língua portuguesa era essencial para se interagir com a sociedade “civilizada”, sendo então anteriormente a minha língua de domínio a língua terena. O sistema colonizador nos obriga a entrar nessa fôrma, fiquei entre as fronteiras das duas línguas, isso não significa que seja o fim, mas o novo começo da valorização da cultura, identidade e da língua como maior patrimônio de um povo. Hoje carregamos as consequências e as cicatrizes da pós-colonização, mas isso não nos impede de sermos o que somos, pois somos um povo, uma cultura, que em si carrega as memórias ancestrais e fortalecem a nossa identidade como povo terena.

Palavra-chave: Narrativas; Identidades; Resistência do povo terena.

CARNAVAL EM CORUMBÁ E A DIVERSIDADE DA COMUNIDADE LGBTQUIAPN+: REFLEXÕES INICIAIS

Esthermira Rodrigues Pedroso – UCDB
pypynela@gmail.com

GT 5 – Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência

Resumo: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre as influências do movimento LGBTQUIAPN+ no desenvolvimento da cultura carnavalesca do município de Corumbá-MS e suas transformações desde os primórdios até os dias atuais, buscando uma ligação entre a educação e a diversidade. Trata-se de uma pedagogia cultural e em uma das maiores manifestações culturais do Brasil. No artigo, contextualiza-se o carnaval de Corumbá, mostrando como ele foi passando por transformações, até se tornar uma festa que ganha destaque regional e nacional. Nesse processo de transformação, chama a atenção como o movimento LGBTQUIAPN+ foi conquistando espaço até se tornar protagonista, nos diferentes espaços e momentos do Carnaval de Corumbá. Ainda que isso dá uma visibilidade a esses sujeitos nesse momento de festa e celebração, com um alto potencial de ser uma pedagogia cultural transgressora das relações de gênero, pretende-se problematizar essa visibilidade, na perspectiva dos estudos de gênero e dos estudos culturais, colocando em suspeição a autodenominação de Corumbá como a capital da diversidade.

Palavras-chave: Carnaval de rua; Diversidade; Movimento LGBTQUIAPN+; Corumbá-MS.

DA “MÃE DO POVO BRASILEIRO” À “MULHER POLÍTICA”- O PROTAGONISMO FEMININO NA KUÑANGUE ATY GUASU E AS SUAS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Willyan da Silva Caetano – ProfHistória/UEMS
willyan.52552@edutec.sed.ms.gov.br

Beatriz dos Santos Landa - UEMS
bialanda@uems.br

GT-5: Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência

Resumo: O artigo discute o papel das mulheres indígenas no Mato Grosso do Sul e suas contribuições para o ensino de História em consonância com a Lei 11.645/2008. Destaca-se o movimento Kuñangue Aty Guasu, a grande assembleia das mulheres Guarani e Kaiowá, como um espaço de resistência e protagonismo indígena nas lutas por território, cultura e direitos de gênero. A partir das contribuições de autoras como Lauretis, Pedro, Stolke, Scott e Butler, reflete-se sobre a utilidade do conceito de gênero para analisar estereótipos históricos e contemporâneos atribuídos às mulheres indígenas, como a imagem de como “mãe do povo brasileiro” ou a expressão “pega no laço”. Propõe ainda o uso de recursos audiovisuais, como o documentário *Ava Kuña, Aty Kuña* (2021), como

ferramenta pedagógica crítica, capaz de ampliar o repertório dos estudantes e valorizar as vozes indígenas na construção do conhecimento histórico. Assim, argumenta-se pela urgência de práticas educativas mais inclusivas e descolonizadoras, que desafiem as narrativas eurocêntricas ainda predominantes no currículo escolar e nos livros didáticos de História.

Palavras-chave: Kuñangue Aty Guasu; Mulheres Indígenas; Ensino de História.

EDUCAÇÃO SEXUAL E PREVENÇÃO DE IST ENTRE INDÍGENAS LGBT+ GUARANI-KAIOWÁ- EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA EM SIDROLÂNDIA"

Marianna Agnes de Almeida Soares - UFMS

hallymarco@gmail.com

Prof. Dr. Guilherme Rodrigues Passamani- UFMS

GT5 - Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência

Resumo: Populações indígenas brasileiras, em especial os Guarani-Kaiowá, enfrentam vulnerabilidades agravadas no acesso à saúde sexual, com lacunas críticas para indivíduos LGBT+ devido à interseccionalidade de opressões. Relatar a dinâmica do segundo encontro sobre educação sexual e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) para indígenas LGBT+ Guarani-Kaiowá, realizado em Sidrolândia (MS). Pesquisa qualitativa, baseada em pesquisa-ação, com 53 participantes. Utilizaram-se círculos de diálogo, oficinas culturais e construção coletiva de materiais educativos. Análise temática de registros audiovisuais e diários de campo. Identificou-se a necessidade de abordagens que integrem saberes tradicionais e identidades LGBT+, resultando na criação de um guia ilustrado bilíngue (Guarani-Português) sobre prevenção de IST. Barreiras como estigma intragrupo e medicalização descontextualizada foram discutidas. Estratégias participativas e decoloniais fortalecem a autonomia indígena, demandando políticas públicas interseccionais.

Palavras-chave: Saúde Indígena; Diversidade Sexual; Educação em Saúde; IST; Guarani-Kaiowá..

EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS AÇÕES AFIRMATIVAS: O PERCURSO DAS CONQUISTAS

Laura Ramires Rosembergue – UCDB

lrosembergue@hotmail.com

Bolsista CAPES

GT 5 - Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo é fruto da dissertação, em andamento, intitulada “A importância da pós-graduação *stricto sensu* para sujeitos autodeclarados negros e indígenas”, vinculada a Linha de Pesquisa Práticas Pedagógicas e suas Relações com a Formação Docente, do

Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE-UCDB). Neste artigo, trazemos um recorte da pesquisa bibliográfica que compõe o referencial teórico da pesquisa de mestrado. Assim, trazemos neste artigo, o percurso da lei de cotas, com destaque para as contribuições da Conferência de Durban na ampliação das discussões sobre as ações afirmativas nas universidades. Em seguida abordamos a lei de Cotas para as populações historicamente subalternizadas, destacando as universidades pioneiras na implementação de cotas na Educação Superior. Por fim, apresentamos uma breve conclusão sobre a importância das ações afirmativas como uma reparação histórica e para romper com a reprodução de inúmeras formas de discriminação, preconceito e desigualdades sociais.

Palavras-chaves: Ações Afirmativas, Educação Superior, Cotas.

ENTRE BONECOS, PANELINHAS E FERRAMENTAS- GÊNERO, IDENTIDADES E DIFERENÇAS CULTURAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Graciela Mendes Nogueira Targino – UCDB

gracielatargino@gmail.com

Financiamento: PROSUC/CAPES

GT - 5. Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo analisa como as relações de gênero são vividas e construídas pelas crianças na Educação Infantil, tendo o brincar como foco de observação e reflexão. O texto constitui um recorte da pesquisa de doutorado “Brincadeiras infantis e o processo de construção das identidades e diferenças culturais”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). A investigação, de caráter qualitativo, utilizou registros de caderno de campo produzidos junto a um grupo de crianças de 3 e 4 anos em uma instituição de Educação Infantil localizada na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. As análises mostram que, nas diversas brincadeiras emergem diferentes formas de vivenciar as relações de gênero: em alguns momentos, as crianças reproduzem estereótipos, em outros, subvertem tais normas, criando novas possibilidades de ser e de estar no mundo. A partir do diálogo com a Sociologia da Infância e os Estudos Culturais, incorporando os Estudos de Gênero, conclui-se que o brincar constitui um espaço interseccional que contribui na produção das diferenças e identidades em constante negociação. Nesse sentido, discutir gênero na Educação Infantil significa reconhecer práticas já presentes no cotidiano das crianças e promover uma pedagogia acolhedora, amorosa e inclusiva.

Palavras-chave: Educação Infantil; Brincadeiras; Gênero; Identidades; Diferenças culturais.

ESCOLA: ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E DIFERENÇAS

Jhonny Ralphort Bial Mejia – UCDB
jhonnyralphort@gmail.com
Bolsista PROSUC/CAPEX

GT 5 – Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo é fruto da dissertação, em andamento, intitulada “Representações étnico-raciais produzidas a partir da obra “Escrava Isaura”: identificações e diferenciações”. Primeiramente será apresentada uma problematização sobre a Escola, ambiente que fornece a formação e o desenvolvimento de cada indivíduo em seus aspectos cultural, social e cognitivo, mas também é a responsável pela construção de identidades e diferenças. Em seguida trataremos da construção da identidade negra nas escolas, sobre a importância em capacitar e formar professores sobre diversidade racial, a partir dos estudos étnico-raciais, para finalmente tratar sobre a educação na perspectiva antirracista e como podemos contribuir numa discussão antirracista em sala de aula. É importante frisar que este artigo busca questionar o mito da democracia racial e o ideal de branqueamento no Brasil e como isso afeta a escola, local que fornece formação e o desenvolvimento de cada indivíduo, incluindo sua identidade racial. Todavia, este local que atua na formação do cidadão, também atua direta ou indiretamente na propagação de preconceito e discriminação. Por fim, a conclusão destaca a importância dos educadores se capacitarem e se atentarem para a pauta racial, porque a escola, pública ou privada, abarca inúmeras diversidades, então é compromisso social, político e ético dos professores promoverem o questionamento das relações raciais e de poder.

Palavras-chaves: Identidade negra; Diferença; Educação antirracista.

O MAPEADOR DE AUSÊNCIAS: IMAGINANDO PRESENCAS DESESTABILIZADORAS NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

Tainah Mota do Nascimento
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGEDU
Bolsista Capes
tainahmottanascimento@gmail.com

Carla Beatriz Meinerz
carlameinerz@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGEDU

GT 5 - Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência

Resumo: Este plano de trabalho, vinculado ao projeto BAOBÁ: Inspirações para o Enraizamento de Políticas Afirmativas, busca investigar os impactos das ações afirmativas nas trajetórias profissionais de egressas negras do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. O objetivo central é mapear e analisar os percursos

dessas mulheres, especialmente no campo da docência do Ensino Superior, evidenciando presenças que desafiam a hegemonia branca e masculina no espaço acadêmico. A pesquisa ancora-se em abordagens qualitativas, com análise documental, revisão de literatura e entrevistas semiestruturadas com egressas. O trabalho prevê a construção do Observatório *O Mapeador de Ausências: imaginando presenças destabilizadoras*, além da produção de artigo científico e organização de evento de extensão. O estudo pretende problematizar a pedagogia das ausências e destacar a relevância das políticas de cotas como mecanismos de reparação histórica e de democratização do acesso ao Ensino Superior. Ao tensionar os limites da representatividade e da excelência acadêmica, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre igualdade racial e de gênero, propondo caminhos de resistência e decolonização do conhecimento.

Palavras-chave: ações afirmativas; docência superior; mulheres negras; resistência.

O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: LUTAS E CONQUISTAS

Luana Melsa Cavalcante PPGE/UCDB
luanamelsa@hotmail.com

GT 5 – Gênero, Identidade, diferenças: protagonismo e visibilidade

Resumo: O artigo tem como objetivo principal, ressaltar a importância do movimento negro brasileiro e sua grande influência dentro na educação, sabemos que a história de resistência dos povos africanos escravizados no Brasil, deu origem ao movimento negro, movimento esse que somou um conjunto de ações políticas, culturais, religiosas e educacionais voltadas à superação do racismo e à valorização da cultura afro-brasileira. Mesmo sob a violência da escravidão, os negros encontraram na força coletiva uma forma de manter viva a luta por liberdade e justiça social. No cenário educacional, o movimento negro se destacou por promover o acesso à escolarização e contestar currículos colonizados. Com a criação do Movimento Negro Unificado (1978), o debate racial passou a incluir a crítica ao sistema educacional racista e excludente, defendendo a inserção da história africana nos currículos escolares e a produção de materiais didáticos antirracistas.

Palavras chaves: Educação. Racismo em ambiente escolar. Professores Negros. Movimento Negros.

OS ESTUDOS DE GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES PARA UM CURRÍCULO DECOLONIAL

Samira Spindola Cavaleiro - UCDB
ra190812@ucdb.br

Ruth Pavan - UCDB
ruth@ucdb.br

5. Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência

Resumo: Para os estudos de gênero, o currículo, além de colocar em circulação determinados conhecimentos, também produz e reproduz identidades de gênero. Considerando esse postulado, desenvolveu-se o artigo, fruto do plano de trabalho, Os estudos de gênero: contribuições para um currículo decolonial, resultado do projeto de pesquisa, Currículo e (de)colonialidade: Relações étnico-raciais, gênero e desigualdade social, com apoio do CNPq (Bolsa Produtividade). O objetivo do artigo é analisar os artigos publicados no periódico Série-Estudos (UCDB), do período 2014-2024, identificando as contribuições para um currículo decolonial. O primeiro momento consistiu na identificação de todos os artigos que tratavam de gênero publicados no periódico. O segundo momento, consistiu na leitura e análise dos artigos, salientando o que apontam em relação às relações de gênero e suas contribuições para um currículo decolonial. Os principais resultados foram: a) A colonização produziu identidades de gênero que continuam presentes nos currículos, portanto, as identidades de gênero não são naturais, mas construções históricas; b) É preciso decolonizar os currículos para que a pluralidade de identidades de gênero seja vivível; c) Nos currículos estão presentes estereótipos de gênero que geram opressões; d) É preciso problematizar sistematicamente as relações de gênero nos currículos. Pela análise efetuada, pode-se concluir que efetivamente os estudos de gênero têm contribuído para a construção de um currículo decolonial, sobretudo, pelo questionamento dos estereótipos, pelo combate à discriminação e pela afirmação das múltiplas identidades de gênero.

OS ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS- CONTRIBUIÇÕES PARA O CURRÍCULO DECOLONIAL

Helaine Rafaela Gonçalves Espíndola – UCDB
ra187636@ucdb.br

José Licínio Backes – UCDB
backes@ucdb.br

5. Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência

Resumo: Os estudos étnico-raciais nos últimos anos têm intensificado sua contribuição para a construção de currículos decoloniais. Sua luta histórica contra o racismo presente tanto na sociedade quanto nos currículos da educação, ganhou novo ímpeto com a Lei 10.639/2003 que instituiu a obrigatoriedade da história e cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis da educação. Considerando esse contexto, o objetivo do artigo é, analisar os artigos publicados no periódico Série-Estudos (UCDB) no período 2014-2024, identificando as contribuições para um currículo decolonial. Na primeira fase foram identificados os artigos do periódico que versavam sobre relações étnico-raciais. Na segunda fase os artigos foram analisados em conformidade com o objetivo. Os resultados indicam que: a) a luta do movimento negro tem sido central para a criação de currículos decoloniais; b) um currículo decolonial requer a desconstrução da branquitude e do racismo estrutural; c) para a criação de currículos decoloniais a formação de professores precisa incorporar as contribuições dos estudos étnico-raciais; d) Os currículos decoloniais mostram o protagonismo negro; e) Há várias experiências que indicam a

construção de currículos decoloniais; f) a Lei 10.639/2003 tem contribuído para a criação de currículos decoloniais e a superar o racismo nas escolas. Pela análise efetuada conclui-se que apesar dos currículos da educação ainda terem as marcas da colonização, esses estão sendo transformados, entre outros fatores, pelas contribuições dos estudos étnico-raciais.

Palavras-chave: Currículo decolonial; estudos étnico-raciais; racismo.

POVOS INDÍGENAS NA CIDADE DE BOA VISTA- A FORMAÇÃO SOCIAL E FAMILIAR DE CRIANÇAS E JOVENS INDÍGENAS MACUXI EM CONTEXTO URBANO

Eugenio Bento Cristovão - UFRR
eugenio.bento@yahoo.com

. Maxim Paolo Repetto Carreno – UFRR
maxim.repetto@yahoo.com

GT 5: Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência.

Resumo: O presente artigo possui como centro temático Povos indígenas na Cidade de Boa Vista, mas de modo particular da importância da formação social e familiar de crianças e jovens indígenas Macuxi. O artigo tem como objetivo conhecer, analisar e descrever os conhecimentos da identidade dos povos indígenas da etnia Macuxi em meio urbano, não se esquecendo dos desafios que a cidade impõe na preservação da identidade. Neste contexto, o tema sobre formação social e familiar surge como premissa para preservação da identidade indígena em contexto urbano. A pesquisa permitiu a seguinte consideração que alguns elementos identitários dos indígenas da etnia Macuxi são transmitidos de pais aos seus filhos (as) através da oralidade, da vivência, como é o caso da prática da defumação do Maruwai, transmitida às novas gerações no contexto urbano. Para tal, utilizando da riqueza do método indutivo intercultural, nos apropriando da pluralidade de vozes indígenas, incorporando também a pesquisa bibliográfica e a coleta de dados empíricos por meio de entrevistas ficou recheado o procedimento metodológico.

Palavras-chave: Povos indígenas na cidade; formação social; método indutivo intercultural.

QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA DOCENTE NAS CRECHES MUNICIPAIS DE TEIXEIRA DE FREITAS- BA

Viviane Rodrigues Novais – UFSB.
vivianernovais@hotmail.com

Paulo de Tássio Borges da Silva – UFF/UFFS.
paulotassio@id.uff.br

GT 5: Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência.

Resumo: O presente projeto nasce de uma pesquisa em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER), Campus Paulo Freire, pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). A pesquisa tem sido desenvolvida a partir de reflexões acerca das questões de gênero na Educação Infantil, analisando como tais questões são tratadas nas práticas e nos saberes pedagógicos de/das docentes em creches municipais na cidade de Teixeira de Freitas-BA. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com a pesquisa-ação, realizada através de um estudo de caso, tendo os dados produzidos por meio de análise documental e atividades interventivas com professores(as) na discussão do tema. Especificadamente, o projeto de pesquisa tem por finalidade identificar nos documentos oficiais a presença do tema de questões de gênero na primeira infância, investigar a existência de formação em serviço (docente) que contempla a temática na Educação Infantil, compreender como as relações de poder nas questões de gênero podem se estabelecer na escola desde a primeira infância, a reprodução de valores e ideologias introjetados pelo corpo docente e analisar os significados produzidos pelos professores e pelas professoras acerca das questões de gênero nas atividades desenvolvidas na Educação Infantil, em especial, nas creches municipais. Pesquisas

Palavras-chave: Gênero; Criança; Docência; Creche.

**RELAÇÕES INTERCULTURAIS EM UMA ESCOLA EM PONTA PORÃ,
MATO GROSSO DO SUL (MS) ONDE ESTUDAM CRIANÇAS BRASILEIRAS
E CRIANÇAS PARAGUAIAS QUE TAMBÉM TEM A NACIONALIDADE
BRASILEIRA E QUE TEM O PORTUGUÊS COMO SEGUNDA OU ATÉ
TERCEIRA LÍNGUA**

Maria Mical Ferreira Vidal - PPGE/UCDB
mariamicalferreira@gmail.com

GT 5 – Gênero, identidade, diferença e as estratégias de resistência

Resumo: A pesquisa está sendo realizada em uma escola na cidade de Ponta Porã-MS/Brasil, cidade gêmea com Pedro Juan Caballero-Amambay/Paraguay, constituída de fronteira seca, separada por uma rua, onde estudam estudantes com culturas distintas e com línguas diferentes, tendo que conviver e interagir nesse espaço de saber e vivências. Nesse contexto de cidades fronteiriças evidencia-se um contexto educacional onde as famílias paraguaias matriculam seus filhos e filhas em escolas em Ponta Porã, no lado brasileiro, com documentação brasileira obtido de diferentes maneiras, sabendo que para algumas crianças será o primeiro contato com o português. Nessa perspectiva a pesquisa é desenvolvida em uma escola de fronteira tendo alunas e alunos falantes de até três línguas, ou seja, o português, o espanhol e o guarani. A pesquisa está embasada nos Estudos Culturais, com abordagem qualitativa e tendo a autoetnografia como método, pois essa não apenas documenta as vivências, mas tenciona e problematiza os sentidos de identidade e diferença que emergem nesse território fronteiro. Ainda como instrumento de produção e análise dos dados é utilizado a entrevista semiestruturada, visando respostas livres e tendo a flexibilidade para abordar e aprofundar o objeto de estudo de uma forma leve proporcionando um clima de confiança entre entrevistadora e entrevistados, e bem como com análise dos documentos pedagógicos da escola e observação das relações interculturais emergida na escola pesquisada.

Palavras chave: Escola em região de Fronteira; Ponta Porã; Mato Grosso do Sul; Relações Interculturais.

RESISTÊNCIA DA MULHER GUATÓ NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA SUL-MATO-GROSSENSE

Bruna Mariane Gomes de Camargo
camargo.bruna@gmail.com

Edgar da Silva Queiros
edgar190799@gmail.com

Juarez Moreno de Camargo e Silva
juarezcarnargo@gmail.com

GT 5 - Gênero, Identidade, Diferença e as estratégias de resistência

Resumo: Mato Grosso do Sul possui a terceira maior população indígena do país, cujas etnias atualmente são Guarani, Terena, Kadiwéu, Ofaié e Guató. Historicamente, o povo Guató foi expulso de seu território devido ao processo de desterritorialização, sendo marcado pelo isolamento e pela semi-urbanização. Esse povo canoeiro — um dos mais antigos da região e organizado tradicionalmente em famílias nucleares matriarcais autônomas nos 11 Pantanaís — ocupa a periferia de cidades como Corumbá, Coxim, Ladário, Cáceres, Poconé, Cuiabá e Barão de Melgaço. Considerados extintos pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1950, foram excluídos de quaisquer políticas de assistência até 1976, quando foram reconhecidos na periferia de Corumbá. Objetiva-se discutir estratégias de resistência da mulher Guató na sociedade contemporânea sul-mato-grossense. Como metodologia, realiza-se uma tessitura bibliográfica-documental sobre identidades, saberes, cosmovisões e estratégias de resistência locais, utilizando como referencial teórico, juntamente aos saberes indígenas femininos, Hall, Guacira Lopes e Quijano. Nesse contexto, salienta-se que a mulher Guató sul-mato-grossense resiste por meio de líderes como Alessandra Alves de Arruda e de artistas como Gleycielli Nonato Guató, Jannah Guató e Mc Serena Guató, as quais propagam sua cultura e posicionamentos políticos em produções audiovisuais. Por fim, ao entrar em contato com a cosmovisão Guató de preservação do Pantanal, diante da adaptabilidade ecológica relacionada ao ritmo das águas, surge a possibilidade de uma outra educação, contrária às perspectivas neoliberais e neocolonizadoras, que evita causar uma pressão demográfica incompatível com a capacidade de suporte das áreas ambientais pantaneiras.

Palavras-chave: Cosmovisão Indígena Feminina; Povo Guató; Ancestralidade Feminina; Pantanal; Identidade Pantaneira.

**GT 6– TERRITÓRIO/TERRITORIALIDADE E AS ESTRATÉGIAS DE
RESISTÊNCIA**

**ANTROPOCENO E EMANCIPAÇÃO: TERRITORIALIDADES INDÍGENAS
COMO FRENTE DE RESISTÊNCIA**

Patricia B. A. Braga, (PPGAS/UFMS)
bragapba@gmail.com

Antonio Hilário Aguilera Urquiza (PPGAS/UFMS)
hilarioaguilera@gmail.com

GT6 - Território/territorialidade e as estratégias de resistência

Resumo: A presente reflexão propõe refletir sobre território e territorialidade como núcleos de resistência indígena diante do Antropoceno. Mais do que recortes espaciais, os territórios constituem arquivos vivos de saberes, práticas e cosmologias que se contrapõem à lógica extrativista e homogeneizadora que estrutura esse regime histórico. Ao situar a territorialidade indígena como prática política e pedagógica, evidencia-se sua potência para tensionar os limites do modelo civilizatório dominante e para inscrever o viver nas ruínas como projeto de emancipação, capaz de se afirmar como frente de resistência. Assim, o território não é apenas espaço de defesa, mas horizonte epistemológico que desestabiliza a universalização desse estado e abre caminhos para outros modos de habitar o planeta, servindo à educação climática.

Palavras-chave: Antropoceno; Territorialidade; Resistência.

**ANTROPOLOGIA DO CORPO E AS PRÁTICAS ASSURINI: TERRITÓRIO,
IDENTIDADE E RESISTÊNCIA**

Igor Silva de Barros – UEPA/DEEI
igortucballet@hotmail.com

GT 6 - Território/territorialidade e as estratégias de resistência.

Resumo: Este estudo parte da questão central de como as abordagens antropológicas sobre o corpo, da tradição clássica às teorias contemporâneas, contribuem para compreender as práticas corporais do povo Assurini do Trocará como expressão de identidade cultural, território e resistência. Tem como objetivo geral apresentar essas abordagens e analisar como rituais e práticas corporais Assurini se articulam à noção de corpo como território, configurando-se como estratégias de afirmação cultural. Para isso, busca revisar os debates da Antropologia, investigar os rituais Assurini e analisar o corpo-território como eixo de resistência frente às pressões externas. Na Antropologia clássica, o corpo foi visto como um dado natural, ora explicado pelo evolucionismo de Edward B. Tylor, que interpretava diferenças corporais e culturais como etapas de um suposto progresso humano, ora pelo funcionalismo de Bronislaw Malinowski e Alfred Radcliffe-

Brown, que entendiam o corpo como suporte da ordem social. Nesse contexto, o determinismo biológico e racial reforçava hierarquias e práticas de exclusão. A ruptura ocorre com Marcel Mauss, em *As técnicas corporais* (1935), ao mostrar que gestos cotidianos, como andar, nadar ou cumprimentar, são aprendidos socialmente, evidenciando o corpo como produto cultural moldado por normas e valores. A partir dessa perspectiva, este artigo analisa a relação entre corpo, ritual, território e identidade cultural do povo Assurini do Trocará, evidenciando como tais práticas corporais não apenas estruturam a vida comunitária, mas também se configuram como estratégias de resistência e afirmação territorial frente às pressões externas que ameaçam sua cultura.

Palavras-chave: Assurini do Trocará; Educação; Corpo; Cultura; Identidade.

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA CLIMÁTICA: O CASO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS DO PANTANAL DE MATO GROSSO DO SUL E MATO GROSSO

Cely Regina França dos Santos Queiroz Medeiros –
Comissão de Direitos Humanos da OAB - Sub-seção Mato Grosso do Sul –
celyfranca@gmail.com

GT 6 – Território/territorialidade e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo apresenta resultados iniciais de uma pesquisa que busca entender se os direitos humanos dos pescadores profissionais artesanais na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso tem sido violado em função da opção dos governos desses estados pela modalidade de pesca desportiva baseada no pesque e solte com a justificativa de que essa opção contribui com a conservação desse bioma conhecido internacionalmente, através da manutenção de seu estoque pesqueiro, desconhecendo a importância dos conhecimentos tradicionais desses sujeitos no tocante a justiça ambiental e a justiça climática. Na perspectiva das metodologias decoloniais a pesquisa utiliza o diálogo direto com os sujeitos da pesquisa através de rodas de conversas e também através da participação em reuniões presenciais dos mesmos. Assim a pesquisa aponta para a importância dos pescadores profissionais artesanais do Pantanal de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso para a conservação desse importante bioma, mostrando alguns dos principais impactos que as políticas públicas na área da pesca e do turismo vêm causando a essa categoria bem como as contribuições desses pescadores para a conservação do Pantanal e, portanto, para manutenção de sua rica biodiversidade, bem como do importante estoque pesqueiro presente nesse bioma.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Justiça climática; Pantanal; pescadores profissionais.

**JUSTIÇA CLIMÁTICA: COMO AS MUDANÇAS DO CLIMA VEM
AFETANDO A VIDA DA ETNIA TERENA DO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA
-MS**

Elisangela Castedo Maria do Nascimento
Secretaria Estadual de Educação (SED)
Bolsista FUNDECT
ecmcastedo@gmail.com

Heitor Queiroz de Medeiros
Universidade Católica dom Bosco (UCDB)
4668@ucdb.br

GT 6 - Território/territorialidade e as estratégias de resistência

Resumo: Procuramos nessa pesquisa, entender se e como as mudanças climáticas têm afetado a vida e a cultura da etnia Terena; assim como buscamos valorizar e apreender com intuito de contribuir na ótica da Justiça Climática e Educação Ambiental numa perspectiva decolonial. A pesquisa foi ancorada no método da história oral com entrevista não estruturada como ferramenta. Os entrevistados foram anciãos e professores Terena dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Indígena Marcolino Lili. Mesmo com dificuldades, não desistiram da relação harmônica com o meio ambiente porque entendem que a natureza é a mãe que supre todas suas necessidades de vida. A comunidade Terena ainda pratica dentro do possível técnicas sustentáveis aprendidas no decorrer das gerações. Dentro do possível, pois as mudanças climáticas têm interferido bastante, na prática, e produção da agricultura familiar, ou roça como chamam. Mesmo tendo essa dificuldade, não desistiram da relação harmônica com o meio ambiente porque entendem que a natureza é a mãe que supre todas suas necessidades de vida.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Justiça Climática; Calendário Tradicional

**QUANDO O AMBIENTE SE VESTE DE SAGRADO: AS RELAÇÕES COM O
AMBIENTE, A SUSTENTABILIDADE E OS PROCESSOS PRÓPRIOS DE
APRENDIZAGEM DO POVO TERENA DA ALDEIA BANANAL DA TERRA
INDÍGENA TAUNAY-IPEGUE / MS**

Rodrigo da Silva Bezerra Pinheiro de Almeida Reis – PPGE/UCDB
rsb.silves@gmail.com

GT6 - Território/territorialidade e as estratégias de resistência

Resumo: O estudo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, insere-se na Linha de Pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena e busca refletir sobre a crise socioambiental contemporânea, marcada pela exploração dos recursos naturais e pela marginalização dos saberes tradicionais. Considera-se que práticas educativas voltadas à sustentabilidade e à justiça climática são essenciais, mas ainda

pouco se discute o papel dos povos originários nesse processo. A pesquisa concentra-se nos saberes do povo Terena da Aldeia Bananal (Terra Indígena Taunay-Ipegue/MS), analisando como seus processos próprios de aprendizagem contribuem para o cuidado ambiental, a preservação e a construção de alternativas de futuro. Metodologicamente, adota-se abordagem qualitativa, fundamentada na perspectiva decolonial e nos estudos culturais. Utilizam-se revisão bibliográfica, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas com liderança e anciões da comunidade, priorizando a escuta e o respeito às memórias coletivas. O estudo está em andamento, ainda sem resultados empíricos, mas busca compreender o saber ancestral como “saber sagrado”, capaz de inspirar práticas que possibilite dialogar quanto à justiça climática diante das mudanças ambientais globais. Conclui-se que a pesquisa é fundamental para descolonizar concepções, valorizar conhecimentos indígenas e propor novos paradigmas educativos que reconheçam desigualdades e fortaleçam a luta socioambiental.

Palavras-Chaves: Saber Tradicional; Terena; Aldeia Bananal; Mato Grosso do Sul

TERRITÓRIOS E VOZES ORIGINÁRIAS: EMERGÊNCIA CLIMÁTICA EM ABYA YALA

Carine Josiéle Wendland- Universidade de Santa Cruz do Sul
carine.josiele@gmail.com

GT 6 – Território/territorialidade e as estratégias de resistência

Resumo: O presente trabalho discute os sentidos atribuídos ao território a partir das vozes e experiências originárias de Abya Yala, articulando conceitos como **territorialidade, Tekoá, emergência climática, perdas e danos e geografia como escrita da terra**. O território, compreendido não como mero espaço físico, mas como corpo, memória e espiritualidade, constitui horizonte de existência e resistência. A nomeação de Abya Yala, em contraposição à América, revela um gesto político de reapropriação e afirmação de que o continente é terra em florescimento. Nesse contexto, a noção guarani de **Tekoá** expressa um modo integral de viver, no qual aldeia, espiritualidade, cultura e território se entrelaçam. As mudanças climáticas, enquanto expressão de uma crise civilizatória, produzem perdas e danos que ultrapassam o plano material, atingindo dimensões imateriais e espirituais. A destruição de uma floresta, de uma fonte de água ou de um espaço de ritual significa também a ruptura de vínculos ancestrais e comunitários. A partir de Boff (1995, 1996), Krenak (2019), Kusch (1976) e Melià (1991), argumenta-se que a geografia pode ser compreendida como escrita da terra, onde mitos, cantos, grafismos e os próprios ciclos naturais constituem registros de memória e resistência. A defesa dos territórios originários aparece, assim, como condição inegociável para a Justiça Climática e para a continuidade da vida.

Palavras-chave: Territórios; Povos Originários; Emergência Climática; Educação.

**GT 7 – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS ESTRATÉGIAS DE
RESISTÊNCIA**

A ESCOLA NÃO É AMIGA DAS CRIANÇAS

Rosalina de Carvalho Pantoja Nascimento - UCDB

saronr97s@gmail.com

GT-7 – Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: A escola nem sempre se configura como amiga das crianças, pois ainda existem lacunas na formação docente que precisam ser preenchidas por meio da formação continuada. Tal processo fortalece os saberes dos professores e os capacita a adotar práticas que favoreçam experiências significativas de aprendizagem na Educação Infantil. Esta pesquisa, de caráter bibliográfico e abordagem qualitativa, utiliza como suporte teórico os pressupostos da Sociologia da Infância e da Educação Democrática. Nessa perspectiva, a escola deve tornar-se um espaço de acolhimento, em que as crianças possam aprender, brincar, explorar e se socializar ativamente, assumindo o papel de protagonistas de sua aprendizagem. Os resultados evidenciam que a instituição precisa deixar de ser apenas um local de instrução e passar a configurar-se como um ambiente acolhedor e estimulante, capaz de promover ludicidade, participação infantil e desenvolvimento integral.

Palavras-chave: Sociologia da Infância; Criança; Formação de Professores

**A JUVENTUDE COMO CATEGORIA SOCIAL: CONSTRUÇÕES
HISTÓRICAS E CULTURAIS DESDE O SÉCULO XVIII ATÉ A ERA DAS
TECNOLOGIAS DIGITAIS**

Valdênia Rodrigues Fernandes Eleotério – UCDB

valdeniaeleoteriouflms@gmail.com

Maria Cristina Lima Paniago-UCDB

cristina@ucdb.br

GT-7 – Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Neste artigo, que é parte da tese de doutorado em educação de tema: *ciberstalking* na compreensão dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental de uma escola municipal de Campo Grande-MS, a concepção de juventude como categoria social é discutida e o recorte temporal que utilizamos para dialogar sobre a temática se dá a partir do século XVIII. A pesquisa é de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico. De acordo com os resultados, foi a partir da revolução industrial, impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico, que se deu o nascimento da juventude como categoria social e essa concepção tornou-se uma questão pública devido aos efeitos que permeiam os processos de socialização, trabalho e educação.

Palavras-chave: Educação; Juventude; Tecnologias Digitais.

A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUAM NAS EMEIS DE CAMPO GRANDE – MS EM RELAÇÃO AO INÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Elisângela Rodrigues Furtado – UCDB
elisfurtado@hotmail.com

GT7 – Práticas Pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo integra uma pesquisa de doutorado cujo tema é: *O professor de Educação Física nas EMEIs de Campo Grande – MS: (im)possibilidades para o protagonismo infantil*. O objetivo do texto é descrever a percepção dos professores de Educação Física que atuam no Grupo 3 das EMEIs de Campo Grande – MS em relação ao início da docência na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito professores de Educação Física. Os dados obtidos foram transcritos e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. O Grupo 3 é composto por crianças de 3 a 4 anos. Os principais achados indicam percepções positivas que foram: parceria com as assistentes e equipe pedagógica; iniciar a docência no período de pandemia, pois oportunizou tempo para estudar e conhecer mais sobre criança e infância; ao retornar as aulas presencias o número de crianças ser reduzido. Já as percepções negativas se referem: a falta de conhecimento sobre essa etapa da Educação Básica; salas lotadas; pouca colaboração da equipe técnica, para iniciar numa sala sem experiência e conhecimentos; falta de repertório de atividades para aquela faixa etária e indisciplina das crianças.

Palavras-chave: Protagonismo infantil; Educação Física; Educação Infantil.

A RELAÇÃO ENTRE A ALFABETIZAÇÃO HUMANIZADORA E O PROTAGONISMO INFANTIL NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Vanessa Janaína Viana de Oliveira - UCDB
nessa3502@gmail.com

Marta Regina Brostolin - UCDB
brosto@ucdb.br

GT7. Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Esta pesquisa envolve práticas pedagógicas humanizadoras em processos de alfabetização que valorizam o protagonismo infantil. Desse modo discute-se a relação entre a alfabetização humanizadora e o protagonismo infantil no contexto educacional para uma formação crítica e cidadã das crianças, potencializando um movimento dialógico entre adultos e crianças. Considera-se que esse trabalho pode colaborar no campo social e acadêmico com as discussões acerca do protagonismo da criança no seu processo de alfabetização tendo como foco as práticas pedagógicas de professores alfabetizadores. Essa é uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, a qual tem como suporte teórico para análise dos dados, os pressupostos da Sociologia da Infância de Sarmento (2011, 2013). Os resultados indicam que as práticas pedagógicas

humanizadoras precisam considerar a criança como sujeito ativo e participativo no processo escolar, que favoreça a escuta e o protagonismo da criança nas vivências no cotidiano escolar valorizando suas ideias e contribuições na construção de saberes e cultura.

Palavras-chave: Práticas humanizadoras; Sociologia da Infância; Protagonismo; Alfabetização.

AÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO CONTINUADA NO ESPAÇO ESCOLAR

Gislaine Andrade Silva - UCDB
prof.gislaineandrade@gmail.com

GT 7: Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo apresenta os resultados da pesquisa de mestrado intitulada “A atuação do coordenador pedagógico na formação continuada dos professores da Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Campo Grande/MS”, que investigou a atuação de coordenadoras pedagógicas na formação continuada dos professores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino (REME). Participaram do estudo sete coordenadoras, atuantes nas sete regiões da cidade, que responderam a questionários e participaram de entrevistas semiestruturadas. A análise de conteúdo, fundamentada em Bardin (1977), revelou uma diversidade de práticas formativas que, embora apresentem variações, convergem em aspectos essenciais, como o aproveitamento das formações oferecidas pela SEMED, a organização de momentos de planejamento coletivo, rodas de conversa, estudo de documentos oficiais e acompanhamento individualizado. Foram identificados desafios recorrentes, como sobrecarga de funções, escassez de tempo e ausência de condições estruturais adequadas. A fundamentação teórica de autores como Tardif (2010), Gomes (2009), Placco, Almeida e Souza (2011) permitiu compreender tanto as potencialidades quanto as dificuldades dessas práticas, destacando seus reflexos na qualidade da Educação Infantil. Um ponto de atenção foi a ausência de menções consistentes ao uso de tecnologias como ferramenta formativa, sinalizando a necessidade de investimentos nessa área. O estudo reforça a importância de retomar a formação continuada no espaço escolar, com enfoque renovado e alinhado às demandas contemporâneas da Educação Infantil.

Palavras-chave: Coordenador pedagógico; Formação continuada; Espaço escolar; Educação Infantil.

APENAS O BRANCO PRODUZ FILOSOFIA- UMA ANÁLISE DO (NÃO) CUMPRIMENTO DA LEI 11.645-08 NO ENSINO DE FILOSOFIA DA REDE ESTADUAL DE TEIXEIRA DE FREITAS.

João Pedro Conceição Oliveira - UFSB
joaopedrojpco28@gmail.com

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este texto analisa a escolha e construção dos materiais didáticos de Filosofia utilizados nas escolas de educação básica da rede estadual de Teixeira de Freitas, no Extremo Sul da Bahia. A investigação parte da provocativa pergunta “Apenas o branco produz filosofia?”, questionando a ausência de diversidade nos conteúdos filosóficos abordados. O estudo tem como foco verificar a efetivação da Lei 11.645/08, que determina o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. A análise dos materiais indica a predominância de perspectivas eurocêntricas, sem contemplar outras visões filosóficas, especialmente aquelas oriundas de povos indígenas. Conclui-se que há um descumprimento da legislação, perpetuando uma lógica de apagamento da filosofia indígena — o que a autora Sueli Carneiro (2005) denomina como epistemicídio. Assim, o texto evidencia a urgência de rever e diversificar os materiais didáticos, promovendo uma educação mais inclusiva e representativa, como forma de desconstruir o imaginário que apenas o branco que produz a filosofia.

Palavras-chave: filosofia indígena; epistemicídio; educação básica.

APRENDIZAGENS LEITORAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Elika Oliveira de Lana - (SEMEC/Aripuanã MT)
laneolyveyra@yahoo.com.br

Elaine de Oliveira de Lana - (SEDUC/MT)
nanelana11@gmail.com

GT7. Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: O Artigo apresenta uma discussão teórica sobre as aprendizagens consideradas leitoras na educação infantil, pautando o processo de desenvolvimento da criança, desde a vida intrauterina e avança problematizando este processo. Como referencial teórico foi utilizado basicamente o texto que deu origem ao título: *Aprendizagens leitoras & leituras alfabetizadoras*, e os textos de Consulta Pública do Ministério da Educação, elaborados para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, aprovadas em 17 de dezembro de 2009. Neste texto prioriza-se o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança na educação infantil, no que diz respeito ao processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Está dividido em duas seções, na primeira discute o que chamamos de: um ambiente brincante na educação infantil e a contribuição deste contexto, pautado pelas diferentes linguagens, no desenvolvimento leitor da criança pequena. Na segunda seção apresenta o processo de desenvolvimento leitor da criança, especialmente por meio da linguagem oral e escrita. Finalizando, o texto exibe uma síntese, mostrando que a proposta leitora não prospera independente das brincadeiras na Educação Infantil e enfatiza que o aprendizado da leitura e da escrita em sua fase inicial, passa por todas as linguagens.

Palavras-chave: Educação Infantil; Ambiente Brincante; Aprendizagens leitoras.

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E A FORMAÇÃO DOCENTE- ALGUMAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Fabiana Rodrigues Marques -UCDB
marquesfabiana0283@gmail.com

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência.

Resumo: O artigo de pesquisa intitulado “As tecnologias digitais e a formação docente: implicações na prática pedagógica” está vinculado à Linha de Pesquisa Formação de professores da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). O objetivo deste trabalho é compreender como a utilização das TDIC– Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação pode auxiliar na Formação docente e quais são as suas implicações na sua prática pedagógica de sala de aula, influenciando no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. A TDIC pode servir como um recurso para a modernização dos processos de ensino e aprendizagem, na medida em que podem ampliar e agilizar o acesso às informações, tanto para docentes quanto para discentes. Entretanto, sua efetiva utilização depende da garantia de recursos tecnológicos disponíveis nas escolas (computadores e acesso à internet) e que o professor tenha um processo formativo que o capacite para sua utilização adequada no processo de ensino e aprendizagem. Ela é um conjunto de ferramentas e recursos tecnológicos usados para transmitir, processar e armazenar informações. O artigo se aproxima do campo teórico crítico, por isso, o estudo se alia à Teoria Crítica da Tecnologia de Andrew Feenberg, que propõe analisar e transformar a relação entre a tecnologia e a sociedade. Ao invés de ver a tecnologia como algo neutro ou inevitavelmente dominador, ele defende que ela é socialmente construída e ambivalente, com potencial tanto para reforçar hierarquias sociais quanto para promover a democratização. Já Edgar Morin, através da Teoria da Complexidade, questiona os limites do pensamento cartesiano e propõe uma visão integradora para os processos de aprendizagem. Trata-se de pesquisa bibliográfica à princípio, reportando-nos a teóricos, que contribuíram para os primeiros estudos críticos, como Nóvoa, Freire, Feenberg e Morin.

Palavras-chave: Formação de professores; Práticas Pedagógicas, TDIC; Teoria da Complexidade.

AS TEORIAS CRÍTICAS DA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES INICIAS

Franciele Caroline Pavão Garcia – UCDB
fran_pedago@yahoo.com.br

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo é fruto da tese, em andamento, intitulada “O processo de pesquisa-formação com professoras da Educação Infantil”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Especificamente neste artigo, apresentamos um recorte do referencial teórico, em que discutimos as teorias críticas da educação. O objetivo é contextualizar a teoria crítica da educação como possibilidade para uma educação questionadora e que apresente uma

proposta de transformação para a prática pedagógica face aos desafios da sociedade capitalista. Metodologicamente, o estudo constitui-se em pesquisa exploratória e bibliográfica. Assim, apresentamos alguns elementos históricos e conceituais das teorias críticas da educação e finalizamos com algumas considerações, nas quais destacamos, entre outros, que a perspectiva da teoria crítica da educação, conforme os autores discutidos no artigo, consiste numa abordagem teórica pertinente para entender o cenário contemporâneo e analisar a práxis educativa. Ela é um instrumento de questionamento do modelo social dominante, propondo sua ruptura, possibilitando, efetivamente, uma educação que não apenas classifica e ranqueia, mas que contribui para transformar a sociedade.

Palavras chave: Teoria crítica da educação; práxis; tecnicismo/neotecnicismo.

CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA LIBERTADORA CONTRA OS DISCURSOS DE ÓDIO: VAMOS INSURGIR!

Fernando Campos Peixoto – UCDB
fernandocampos@salesiano.br

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma discussão teórica acerca da propagação do discurso de ódio e de seus “valores” no cenário educativo por meio da concepção pedagógica conservadora e propõe um convite à insurgência, vivenciando a concepção pedagógica libertadora. Para tanto, optamos por uma pesquisa bibliográfica que com base em diferentes autores, com destaque para Freire (1997, 2015, 2021a, 2021b), Arroyo (2013), Chacon (2024), Penna (2017), Candau e Santos (2025), entre outros, que defendem o processo educativo libertador, amoroso, dialógico, humanizado e insurgente contra o ódio. Na introdução, apresentamos as motivações para a escrita do artigo. Em seguida, abordamos algumas das principais ideias e valores defendidos pela concepção pedagógica conservadora. Posteriormente apresentamos a concepção de educação libertadora, com base em Freire (2021), como possível convite à insurgência frente ao ódio, violência e manipulação. Finalizamos o artigo ressaltando que apesar dos tempos difíceis, defendemos a concepção pedagógica libertadora como antídoto contra todo e qualquer discurso, postura e atitude de ódio.

Palavras-chave: discurso de ódio; insurgir; educação libertadora; humanização; Paulo Freire.

CONHECIMENTO TRADICIONAL DE POVOS E COMUNIDADES RIBEIRINHAS COMO FERRAMENTA DE ENSINO-APRENDIZAGEM ÉTNICO RACIAL- DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Paloma Serafim Pereira – UFSB
pserafim.2017.17@gmail.com

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Como o conhecimento de comunidades ribeirinhas, imbuídos de ciência e uma gama de aprendizados guardados pelo poder da oralidade, podem apoiar o ensino-aprendizagem étnico racial na formação de estudantes da escola pública? Este é o questionamento mote que introduz esta pesquisa, a ser realizada em Caravelas, no extremo sul da Bahia, e que busca pensar caminhos para construir outros fluxos para a educação, evidenciando conhecimentos de mar e maré de comunidades ribeirinhas e sua conexão com a natureza, que desembocam num grande mar de possibilidades para outros aprendizados. Desta forma, partindo da necessidade e importância da aplicação da Lei Nº 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de História e culturas Afro-brasileiras e Indígenas na educação básica, pretende-se realizar um processo de escuta e conexão entre comunidade ribeirinha e comunidade escolar, especialmente com estudantes dos anos finais do ensino fundamental II, para construir coletivamente novos aprendizados, e posteriormente, partilhar esses conhecimentos no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação básica; Conhecimento tradicional; Aprendizagem étnico racial; Ribeirinho;

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS XIKRIN PARA CRIANÇAS NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA BEP KAROTI

Bep Kô Xikrin – Universidade do Estado do Pará
bepkoxikrin83@gmail.com

Pangra Xikrin - Universidade do Estado do Pará
pangraxikrin30@gmail.com

Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar- Universidade do Estado do Pará –
joelmaalencar@uepa.br

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência.

Resumo: Este trabalho tem como tema a contação de histórias Xikrin como eixo para a construção de uma pedagogia intercultural. As mães e avós Xikrin contam histórias para os bebês e crianças pequenas utilizando uma linguagem simples e ritmada. As histórias são frequentemente acompanhadas de gestos e movimentos corporais, que ajudam a transmitir a mensagem. Os temas para os bebês e crianças pequenas são geralmente sobre a família e as práticas sociais do povo. Para os Xikrin a oralidade não é um simples meio de comunicação, mas a estrutura primeira da cosmologia e pedagogia própria. O objetivo principal foi analisar a contação de histórias como um mecanismo por meio do qual se propaga ensinamentos morais, explicações sobre a origem do mundo, conhecimentos sobre a fauna e a flora, e se orienta o modo de vida coletivo do povo Xikrin da Terra Indígena Kateté. Os procedimentos metodológicos foram os estudos da bibliografia disponível sobre o tema, levantamento de registros documentais com pessoas da comunidade e as conversas com os mais velhos, em que eles contaram as seguintes histórias do povo Xikrin: história de marimbondo, história do casamento, história de aruanã, história da caçada Xikrin, história do jabuti que sabia cantar e a história do cacique. Também, foram realizadas práticas pedagógicas com os alunos do 1º Ano do

Ensino Fundamental da Escola Bep Karoti, que teve como resultado a produção de um material didático ou, mais precisamente, de um registro pedagogicamente orientado das contações de histórias Xikrin, em língua Xikrin e português.

Palavras-chave: Contação de Histórias; Povo Xikrin; Educação Escolar Indígena; Escola; Práticas Pedagógicas Interculturais.

CURRÍCULO ESCOLAR: A PRESENÇA/AUSÊNCIA DA DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL

Luciane Toledo Monteiro (PPGE/UCDB)
Bolsista CAPES
Lucianetoledo12@gmail.com

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência.

Resumo: Este artigo é fruto da tese de doutorado, em andamento, intitulada Relações étnico-raciais: o que pensam os estudantes do 4º ano? Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este artigo, tem como objetivo problematizar e analisar a presença/ausência da discussão étnico-racial no currículo escolar e de como sua ausência contribui para a reprodução de desigualdades entre os diferentes grupos socioculturais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em referenciais críticos sobre currículo e relações étnico-raciais. Para a elaboração deste artigo, realizou-se pesquisa bibliográfica, contemplando artigos científicos, livros, dissertações e teses. Como resultados destacamos, a invisibilidade das questões étnico-raciais no currículo escolar e os desafios e perspectivas para a inclusão das relações étnico-raciais no currículo escolar. Por fim, apresentamos algumas conclusões em que apontamos a importância das discussões étnico-raciais no currículo para romper com perspectivas excludentes e promover um currículo que valorize as múltiplas identidades e saberes, contribuindo para a consolidação de uma sociedade plural, crítica e democrática.

Palavras-chave: Currículo escolar; Relações étnico-raciais; Diversidade cultural.

CURRÍCULO, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA: A FEIRA INDÍGENA CULTURAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERCULTURAL

Silvana Alves de Sá - (UEMS)
coordenadora.silvana.sa@gmail.com

Léia Teixeira Lacerda - (UEMS)
leia@uems.br

GT 7 – Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre a realização da 26ª Feira Indígena Cultural (FIC), desenvolvida na Escola Municipal Sullivan Silvestre Oliveira - Tumune Kalivono “Criança do Futuro”, situada no Loteamento Indígena Marçal de Souza, em Campo Grande/MS. A atividade envolveu toda a comunidade escolar, estudantes indígenas e não indígenas, professores (as), famílias e lideranças. A programação conta com apresentações culturais, produção artesanal, culinária tradicional e valorização das memórias orais dos anciãos e anciãs. Com base em uma abordagem qualitativa, sustentada em referenciais da interculturalidade crítica, da fenomenologia e dos estudos pós-coloniais, o trabalho visa analisar como a FIC tem se consolidado como uma prática pedagógica intercultural que fortalece as identidades étnico-culturais, valoriza saberes tradicionais e ressignifica o currículo desta escola. Os resultados evidenciam que iniciativas como essa são fundamentais para a execução da Lei nº 11.645/2008, tendo em vista que promove práticas interculturais vivenciadas, construídas em diálogo com a comunidade e com protagonismo indígena, amplia as possibilidades formativas, rompe com estereótipos e afirma as diferenças como eixo estruturante de uma educação antirracista e democrática.

Palavras-chave: Interculturalidade. Currículo. Identidade. Práticas pedagógicas. Lei nº 11.645/2008.

DOM BOSCO, E O SISTEMA PREVENTIVO: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE EDUCAR

Francisco de Assis Cipriano -UCDB
cipriano@salesiano.br

GT 7: Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo é um recorte da dissertação intitulada “Educação Salesiana no contexto atual”, vinculada a Linha de Pesquisa Práticas Pedagógicas e suas Relações com a Formação Docente, do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE-UCDB), defendida em fevereiro de 2025. O objetivo, deste artigo, é apresentar uma análise bibliográfica acerca da prática pedagógica desenvolvida pelo educador Dom Bosco e o desenvolvimento do Sistema Preventivo. No decorrer do artigo vamos dialogar com os autores que analisam o pensamento de Dom Bosco e a sua atualidade na educação. Por fim, trazemos o método de educar de Dom Bosco, o Sistema Preventivo no tripé: razão, religião e amorevollezza, nos escritos do próprio Dom Bosco e nos autores que se debruçam sobre a sua forma de educar e estar presente no processo educativo dos jovens. Ao olhar a história da educação salesiana, percebemos a presença significativa das ideias de Dom Bosco na formação humana das novas gerações.

Palavras-chaves: Educação Salesiana, Salesianos, Dom Bosco, Sistema Preventivo

DO TERRITÓRIO COMUTÁRIO À ESCOLA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE RESISTÊNCIA COM BASE NO MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL

Maxim Repetto, (PPGSOF, PGEDA-UFRR),
maxim.repetto@yahoo.com.br

Marielys Briceño, (PGEDA-UFRR),
mariel_bri@gmail.com.

José Valdo de Sousa, (UFRR), ,
josevaldodesouza1@gmail.com

GT7. Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: A educação escolar indígena, sob a perspectiva intercultural, tem orientado propostas de resistência às políticas de assimilação, mas muitas vezes desarticuladas dos processos político-culturais comunitários e das pedagogias indígenas utilizadas nos processos de formação social. Em Roraima, algumas comunidades e escolas indígenas envolvidas na mobilização social indígena, têm buscado metodologias de ensino alinhadas aos objetivos político-culturais de defesa do território e de maior participação na vida política. Nesse cenário, o Método Indutivo Intercultural (MII) chega ao encontro destas comunidades como referencial que articula práticas comunitárias integradas à natureza com conhecimentos curriculares oficiais. Nessa perspectiva, o planejamento pedagógico inicia-se a partir das práticas comunitárias dos sujeitos da ação, envolvendo a explicitação de conhecimentos indígenas sobre as suas atividades sociais, mas também sobre valores, regras e afetividades a elas relacionados. Assim, as comunidades que adotam o MII como base para a prática pedagógica, buscam fortalecer suas culturas e línguas, mas também consolidar a organização político-comunitária e promover melhorias educacionais e de vida de acordo com seus próprios interesses e necessidades. Esta busca, configura estratégias concretas de resistência indígena aos interesses de dominação social, política e econômica nacional.

Palavras chave: Propostas Pedagógicas Interculturais; Método Indutivo Intercultural; Articulação de Conhecimentos; Organização Político-Cultural; Estratégias de Resistência.

EDUCAÇÃO(ÕES) E(M) MOVIMENTO(S) E A ARTICULAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Benicio Backes – Universidade Feevale
benicio@feevale.br

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Estudo sobre questões que remetem aos sujeitos envolvidos, às epistemologias e às experiências de vida que se tecem em movimento(s) e que se articulam como práticas pedagógicas nos cenários da educação brasileira. Tem o objetivo de identificar

olhares/modos/jeitos de fazer/pensar a educação, de docentes engajados em movimento(s) social(is), a partir da seguinte questão norteadora: Como articular práticas pedagógicas na Educação Básica a partir dos saberes e das práticas voltadas à produção de conhecimento, à produção de vida e à produção de cultura, de comunidades e/ou populações, em suas lutas por humanização e afirmação cultural e política? A produção de dados aconteceu mediante entrevista interativa com quatro professoras negras, militantes da causa negra e comprometidas com práticas de inserção de questões étnico-raciais e da História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica, na segunda metade dos anos 10 (séc. XXI), em escolas públicas municipais da cidade de Novo Hamburgo/RS. São práticas que, ao mesmo tempo em que tensionam relações de saber/poder, questionando-as em sua historicidade, procurando desconstruí-las em suas pretensões hegemônicas, fomentam/viabilizam outros dispositivos de saber/poder com ênfase em uma compreensão de culturas no plural, favorecendo ressignificações e redimensionamentos do vivido como experiência concreta, além de desnaturalizar inferiorizações e subalternizações produzidas pela modernidade/colonialidade em torno de diferenças raciais e culturais.

Palavras-chave: Movimento Social; Educação Básica; Lei 10.639/2003; Interculturalidade Crítica.

ESTADO DO CONHECIMENTO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO TRABALHO DOCENTE NO ATENDIMENTO A ALUNOS COM TEA

Raquel Pyrâmides Barbosa - Bolsista PROSUC/CAPES - UCDB
raquel.pyramides@gmail.com

Flavinês Rebolo - UCDB
7868@ucdb.br

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência.

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise preliminar do estado do conhecimento sobre o trabalho docente em relação a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), vinculado à pesquisa de mestrado intitulada “O trabalho docente na Educação Inclusiva: enfrentando desafios e explorando possibilidades no ensino de alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA”. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, caracterizando-se como uma revisão bibliográfica do tipo estado do conhecimento. Para a realização deste estudo, foram selecionados os seguintes bancos de dados: SciELO, Revista Série Estudos (UCDB) e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. O levantamento dos dados foi realizado em três etapas: seleção de repositórios, definição de palavras-chave e análise dos trabalhos encontrados. Ao todo, foram encontrados noventa e dois trabalhos (92), dos quais vinte e quatro (24) foram selecionados para compor o corpus de análise do estudo, sendo quatro (4) artigos e vinte (20) dissertações. Os trabalhos analisados indicaram que, apesar dos desafios iniciais, a experiência de inclusão de alunos autistas nas escolas pode ser realizada com sucesso, desde que haja o apoio adequado dos envolvidos e adaptação das práticas pedagógicas, contribuindo para a desmistificação do tema e para a obtenção de uma escola mais justa, eficaz e inclusiva para todos.

Palavras-chave: Estado do Conhecimento; Professor; TEA; Desafios.

**ESTADO DO CONHECIMENTO DO GRUPO DE TRABALHO - GT - 19 -
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-
GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED**

Irineu Ricardo Filho – Bolsista CAPES/UCDB
iriprof@gmail.com

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada em uma disciplina do curso de Mestrado em Educação vinculado ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco. A pesquisa teve como objetivo fazer um estado do conhecimento dos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho de Educação Matemática, pertencente a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. O recorte temporal do estado do conhecimento contempla os anos de 2019, 2021 e 2023, respectivamente a 39ª, 40ª e 41ª reunião anual. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que efetuou o levantamento do número e tipos de trabalhos apresentados por reunião, além da sua origem por região geográfica, agência financiadora, palavras-chave e suas recorrências. Também destacamos o tipo de metodologia utilizada nos trabalhos apresentados. Com base na pesquisa foi possível concluir que os trabalhos apresentados possuem, majoritariamente, uma preocupação com a formação dos professores de Matemática e o exercício de sua docência.

Palavras-chave: ANPED, Educação Matemática, GT-19.

**ESTADO DO CONHECIMENTO EM BEM-ESTAR E DESENVOLVIMENTO
DOCENTE NO CONTEXTO DAS ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO**

Maria Eugênia Bordignon Nachif / UCDB
magenachif@gmail.com
Bolsista PROSUC/CAPES

Flavinês Rebolo / UCDB
7868@ucdb.br

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência.

Resumo: O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada de modo complementar ao projeto de pesquisa de mestrado intitulado “Bem-Estar e Desenvolvimento Profissional de Docentes na Educação Especial: Um Estudo Sobre o Centro Estadual De Atendimento Multidisciplinar para Altas Habilidades/Superdotação – CEAM/AHS de Mato Grosso Do Sul”. Com o objetivo de realizar um panorama das publicações realizadas a respeito da temática desde o ano de 2014 até 2025, a pesquisa foi realizada a partir da metodologia do Estado do Conhecimento (EC) e utilizou os textos publicados no repositório de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além do portal da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e da revista Série-Estudos, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Foram encontrados 272 trabalhos a partir dos descritores utilizados, e selecionados 47

materiais contemplados nos critérios de inclusão da pesquisa. Conclui-se que o tema da pesquisa de mestrado irá unir vários temas que são tratados de forma isolada, abarcando um contexto não muito explorado.

Palavras-chave: Estado do Conhecimento; Altas Habilidades ou Superdotação; Bem-estar docente; Desenvolvimento Profissional

ESTADO DO CONHECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE POSSIBILIDADES PARA OS (DES) CAMINHOS DA FORMAÇÃO DOCENTE

Marcela dos Santos Ortiz (Bolsista Capes) PPGE –UCDB
marcelasortiz1@gmail.com

GT 7 Práticas Pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo deriva da tese em desenvolvimento intitulada “Conhecimentos decoloniais e os cursos de licenciatura: tensões, avanços, recuos”, vinculada à Linha de Pesquisa “Práticas Pedagógicas e suas Relações com a Formação Docente” do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. O artigo tem como objetivo apresentar um recorte do Estado do Conhecimento que compõe a tese. Para isso, apresenta inicialmente algumas notas introdutórias que demarcam o lugar teórico que norteia a análise, em seguida as teses pesquisadas e por fim uma breve conclusão. A partir do mapeamento do Estado do Conhecimento (EC), o artigo mostra a análise de teses que discutem diferentes percursos investigativos que explicitam como a articulação entre formação docente e decolonialidade tem sido abordada. Como resultado podemos apontar que ainda que não mais colonizados fisicamente, permanecemos presos a formas coloniais de pensar e existir. Em nossa análise também foram perceptíveis práticas decolonizadoras emergentes, entretanto, a epistemologia eurocêntrica ainda ocupa posição hegemônica nos espaços educativos. Tal constatação reforça a necessidade de (re)pensar a formação docente não apenas como adequação curricular, mas como um deslocamento epistêmico que enfrente estruturas coloniais ainda vigentes. Por fim, nossa análise mostra que a decolonialidade se revela como uma alternativa possível para práticas pedagógicas mais democráticas, igualitárias e inclusivas.

Palavras-chave: Formação de professores; decolonialidade; diferença.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS POSSIBILIDADES DECOLONIAIS

Henrique Rezende Untem – PPGE/UCDB
henrique.untent@gmail.com

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo é fruto da tese, em andamento, intitulada “A (não) presença das perspectivas da decolonialidade e interculturalidade nos cursos de Pedagogia: o que

dizem os estudantes? ”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Este artigo, especificamente, tem como objetivo analisar como os estudantes se relacionam entre si, com destaque para as formas como lidam com as questões das diferenças. Para isso, trazemos inicialmente algumas reflexões introdutórias em que explicitamos o lugar teórico da análise, bem como a escolha metodológica. Em seguida, a partir da abordagem qualitativa, analisamos os dados levantados nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os estudantes. A forma como buscam se relacionar com respeito, como tentam garantir que ninguém se sinta excluído, e como reconhecem as diferenças dentro da turma são indícios de que há uma ruptura com os modos coloniais de ser, saber e poder. Nas considerações finais, ressaltamos que há um esforço em garantir que não haja formas de subalternização no espaço universitário por parte dos estudantes. Acreditamos que a decolonialidade não se faz apenas no discurso acadêmico, ela se constrói nos territórios, na resistência, nos silêncios e todas as outras formas que desafiam a colonialidade, mesmo que isso não esteja nomeado teoricamente, pelos estudantes.

Palavras-chave: Decolonialidade; Estudantes de Pedagogia; Formação de professores.

FORMAÇÃO E PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ATUANTES EM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UM ESTADO DO CONHECIMENTO

Andreia Silva dos Santos - UCDB

ra867900@ucdb.br

Bolsista PROSUC/CAPES

GT 7 – Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência.

Resumo: Este artigo apresenta o estado do conhecimento realizado como etapa inicial da pesquisa de Doutorado em Educação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). O estudo tem como objetivo mapear e analisar os estudos já realizados sobre a formação continuada e as práticas pedagógicas dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). A metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, exploratória, descritiva e analítica com levantamento bibliográfico nas seguintes bases de dados: SciELO, Revista Série Estudos/UCDB e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A análise dos dados apoia-se na articulação entre o Estado do Conhecimento e a Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), complementada por contribuições teóricas de Imbernón (2011), Tardif e Lessard (1997), Kohls-Santos e Morosini (2021), entre outros. Os resultados indicam que, embora haja produção acadêmica relevante sobre o AEE e as SRM, persiste uma lacuna significativa em estudos que integrem os eixos da formação docente, das práticas pedagógicas e da atuação nas SRM. Observa-se uma predominância de enfoques normativos e técnicos. Conclui-se que há necessidade de aprofundamento teórico-metodológico das investigações na área, especialmente quanto à formação inicial e continuada dos professores do AEE e aos desafios enfrentados em sua prática cotidiana.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Formação Docente; Prática Pedagógicas.

GESTÃO ESCOLAR HUMANIZADA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA CRÍTICA SOBRE OS CAMINHOS PARA A SATISFAÇÃO DOCENTE

Noêmia Franco Ajala Alves Bolsista Capes/UCDB
noemiafrancoalves@gmail.com

GT 7: Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo fundamenta-se na epistemologia crítica, compreendendo o conhecimento como uma construção historicamente, socialmente e politicamente situada, em contraposição às abordagens tecnicistas e neutras da educação. Com base em autores como Freire, Saviani, Tesser, Lück, Rebolo e Jesus, reconhece-se o saber docente como produto das vivências cotidianas, das tensões institucionais e das interações interpessoais no espaço escolar. No campo da gestão, propõe-se a superação de práticas autoritárias, enfatizando a escuta ativa, a valorização dos sujeitos e processos de transformação organizacional. O objetivo geral da pesquisa é analisar de que maneira uma gestão humanizada pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos docentes da educação básica, tornando o ambiente escolar mais inclusivo, participativo e colaborativo. A metodologia adotada consiste na análise bibliográfica, ancorada nos referenciais da educação crítica e nas obras dos autores citados, com foco na relação entre gestão escolar humanizada e a satisfação profissional docente. Espera-se que os resultados da investigação subsidiem a formulação de práticas de gestão mais democráticas e sensíveis à realidade dos professores, além de fomentar reflexões críticas sobre os modelos tradicionais de autoridade escolar, promovendo maior bem-estar e engajamento no cotidiano educacional.

Palavras-chave: Gestão Humanizada, Satisfação Docente, Epistemologia Crítica.

IDEIAS PARA ADIAR O FIM DA NARRATIVA- KRENAK, SONTAG E A CRISE DE ESCUTA OCIDENTAL

Juarez Moreno de Camargo e Silva – UFMS
juarezcamargo@gmail.com

Bruna Mariane Gomes de Camargo – UFMS
camargo.bruna@gmail.com

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: A "morte do narrador" diagnosticada por Walter Benjamin não é universal, mas uma expressão de uma crise de escuta específica do mundo ocidental. Por meio do diálogo entre Ailton Krenak e Susan Sontag, busca-se demonstrar que narrativas comunitárias sobreviveram à margem da percepção europeia, revelando que a crise nunca foi o fim das histórias, mas a universalização de uma surdez localizada. O estudo se estrutura sobre a filosofia da narrativa benjaminiana, o conceito sontaguiano de "transparência" contra a interpretação excessiva, e a cosmologia krenak que dissolve separações entre sujeito-objeto. Mobiliza-se ainda a tradição decolonial (Quijano, Rivera Cusicanqui) para situar

geograficamente a "crise da experiência" moderna, analisando estratégias indígenas de resistência epistêmica desenvolvidas através de dissimulação ritual, educação clandestina, territorialidade simbólica e apropriação tática da escrita. Emerge daí o conceito de "transparência xamânica" — forma de conhecimento que não interpreta o mundo mas participa ritualisticamente dele. A obra krenakiana, lida sob a ótica de Sontag, revela que intelectuais indígenas contemporâneos (Kopenawa, Xakriabá) desenvolveram "tecnologias de sobrevivência" que mantêm mundos inteiros através da linguagem. A pesquisa conclui que nunca houve morte do narrador, apenas recusa sistemática de certas tradições a reconhecer narradores operando segundo outras lógicas. "Adiar o fim da narrativa" significa descobrir múltiplos mundos coexistentes, em que a crítica ocidental pode aprender com a sabedoria xamânica sem instrumentalizá-la, criando espaços onde diferentes formas de conhecer coexistam sem aniquilação mútua.

Palavras-chave: Decolonial; Xamanismo; Benjamin; Epistemologia; Cosmologia

INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Marcia Pires dos Santos – SEMEC Bonito, MS - PPGE/UCDB
profmarciapires@hotmail.com

Heitor Queiroz de Medeiros – Professor no PPGE/UCDB
heitor.medeiros@ucdb.br

GT 7. Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este trabalho resulta de uma pesquisa de doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), vinculada à Linha de Pesquisa “Diversidade Cultural e Educação Indígena” e ao Grupo de Pesquisa “Diversidade Cultural, Educação Ambiental e Arte”. A investigação teve como objetivo analisar o processo de inclusão e/ou exclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil durante a pandemia da COVID-19, com foco nos Centros de Educação Infantil Laura Vicunã e Hermínia Teixeira Siqueira, localizados no município de Bonito (MS), no período de 2020 a 2021. A suspensão das aulas presenciais e a adoção do ensino remoto evidenciaram desigualdades históricas no acesso à educação, aprofundando os desafios da inclusão escolar. Neste artigo, apresenta-se a introdução da tese, com a contextualização do problema, a justificativa da pesquisa e o delineamento teórico-metodológico adotado, de modo a contribuir para o debate sobre as implicações da pandemia na efetivação da educação inclusiva. A pesquisa apontou que é fundamental compreender que a construção de uma educação inclusiva não se resume a garantir acesso à escola, mas passa pelo reconhecimento da pluralidade de identidades, saberes e modos de existir das crianças. Essa construção exige políticas públicas consistentes, currículos flexíveis e, sobretudo, a escuta atenta daqueles que, historicamente, foram silenciados.

Palavras-chave: Inclusão/exclusão; Educação Infantil; Criança com deficiência; Pandemia da COVID-19.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E EDUCAÇÃO SOB O PENSAMENTO COMPLEXO: DIÁLOGOS, RETORNOS E DANÇA HOLOGRAMÁTICA

Rosenilda Marques da Silva Felipe (PPGE/UCDB)
rosenildafelipe@gmail.com

Maria Cristina Lima Paniago.
cristina@ucdb.br

GT7: Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência.

Resumo: Este texto apresenta uma revisão teórica bibliográfica que teve como objetivo analisar a inserção da Inteligência Artificial no âmbito da Educação sob as lentes do Pensamento Complexo de Edgar Morin com foco na dialogicidade, recursividade e hologramaticidade, considerados os elementos organizadores dessa forma de pensar. À partir da leitura da obra Introdução ao Pensamento Complexo esses conceitos foram visitados em busca de um entendimento sobre a incorporação da Inteligência Artificial (IA) no contexto educacional a fim de se construir um referencial integrado que permita a compreensão dos desafios e potencialidades dessa interação, destacando a importância de reconhecer incertezas e imprevistos como inerentes aos fenômenos complexos que ora agem como produtos e ora como produtores num processo de constantes transformações, que demanda práticas flexíveis, críticas e reflexivas. Reforça também que a IA não deve ser interpretada como uma ferramenta de inovação isolada, mas como parte de um sistema aberto e dinâmico em que as partes se influenciam mutuamente, ressaltando a necessidade de abordagens que incorpore as inovações emancipatórias e assim possam contribuir para uma educação mais inclusiva e ética.

Palavras chaves: Inteligência Artificial; Pensamento Complexo; Dialogicidade; Recursividade; Hologramaticidade;

INTERAÇÕES NA CRECHE E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Claudia Aparecida do Nascimento e Silva (SEMECEL/ROO/MT)
ucdb2021@gmail.com

José Licínio Backes (PPGE/UCDB)
backes@ucdb.br

GT7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência.

Resumo: O Artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de doutorado em educação, que problematiza o processo de branqueamento na creche e mostra as brincadeiras tematizadas pelas crianças como estratégias de resistência na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa etnográfica de abordagem qualitativa. O referencial teórico-metodológico emprega os Estudos Culturais, articulados aos Estudos das Relações Étnico-Raciais. O local da pesquisa foi um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no município de Rondonópolis, em Mato Grosso, MT. A principal técnica utilizada foi a observação participante, realizada por um período de dez meses. Os sujeitos da pesquisa foram as crianças de 3 anos de uma única turma (3º Agrupamento vespertino),

a professoras e a estagiária. Os resultados indicam que a Educação Infantil brasileira ainda se apresenta como um espaço de representação unilateral, que exhibe o branco como referência de beleza a ser alcançada, num processo de branqueamento, com imagens que anunciam a brancura e negam a pretura, por meio de cartazes e artefatos culturais. Contudo, nota-se sinais de ruptura e de resistência, pois as experiências das crianças com bonecas pretas, suas interações e brincadeiras apontam para novas possibilidades de acolhimento às crianças negras, com oportunidades de se verem representadas. Nesse sentido, todas as crianças ganham: as brancas pela oportunidade de conviver, brincar e interagir com bonecas pretas e com crianças negras, desenvolvendo a empatia por todas as pessoas e as negras por sentirem-se acolhidas e respeitadas no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação Infantil, Estratégias de resistência, Empatia

INTERCULTURALIDADE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE CORUMBÁ (MS) NA REGIÃO DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Evelin Rodrigues dos Santos Maccarini – PPGE/UCDB
evelin.maccarini@yahoo.com

GT 7 – Práticas Pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo versa sobre a produção de uma dissertação vinculada ao Mestrado em Educação (PPGE/UCDB) está ligada a linha de Pesquisa III – Diversidade Cultural e Educação Indígena. Para tal finalidade, desenvolvemos uma pesquisa, em andamento, que tem como lócus uma escola municipal de Corumbá (MS). Está orientada pelos fundamentos teóricos dos Estudos Culturais e na perspectiva de intelectuais latino-americanos que versam sobre a temática da modernidade/colonialidade. Como problema de pesquisa, quer conhecer como esta escola, que atende alunos brasileiros, além de alunos descendentes de bolivianos e de outros povos, tem trabalhado a interculturalidade em suas práticas pedagógicas, bem como a diversidade cultural característica desta região fronteira. Orientada pelas metodologias pós-críticas, que propõem a superação de modelos educacionais tradicionais, valorizando identidades, diferenças e promovendo uma escola inclusiva e transformadora, esta investigação contempla uma revisão do estado do conhecimento, com base em publicações recentes para a produção de dados empíricos. Serão realizadas entrevistas com profissionais da escola e também realizada análise documental da legislação educacional aplicável às regiões de fronteira e ao município, bem como dos documentos pedagógicos da escola, e ainda observações das interações entre os alunos durante as atividades escolares, visando compreender as dinâmicas interculturais presentes no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Interculturalidade; Fronteira Brasil-Bolívia; Escola Municipal; Estudos Culturais.

INTERCUTURALIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Kelly Cristina Baracho Sousa, UFMT.
kellybarachosousa@gmail.com

Beleni Saléte Grando, UFMT.
belenigrando@gmail.com
Agência de Fomento: CAPES

GT7 – Práticas Pedagógicas e as Estratégias de Resistência

Resumo: Esta pesquisa de mestrado do Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso se insere na linha de pesquisa Movimentos Sociais, Povos Originários, Comunidades Tradicionais, Relações Étnico-Raciais e Educação. Faz parte do Projeto " Análise da Formação-ação-intercultural e pedagogias decoloniais no ensino das histórias e culturas indígenas no Centro-Oeste brasileiro, sob coordenação da Doutora Beleni Saléte Grando. O objetivo é compreender os processos racializados das relações entre os nova-xavantineses e os Xavante que constituem a comunidade escolar local. Os objetivos específicos incluem: 1) compreender as relações entre estudantes indígenas e não indígenas nas aulas de Educação Física; 2) analisar como as práticas corporais presentes nessa disciplina influenciam as dinâmicas de interação; 3) identificar desafios e possibilidades para a promoção de relações interculturais; 4) elaborar uma proposta pedagógica que valorize os saberes indígenas e combata o racismo escolar. A base teórica fundamenta-se em autoras e autores como Beleni Saléte Grando (2004; 2010; 2020), Sandra Benites (2020), Suely Castilho (2002), Paulo Freire (1916), Berta Ribeiro (1981), Vera Candau (2010), entre outros. A metodologia adotada será a pesquisa-ação participativa, de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e cunho descritivo, utilizando-se os procedimentos para coleta de dados: observação participante e entrevistas, análise bibliográfica e documental, e rodas de conversas com os estudantes. Ainda em fase de aprofundamento teórico-metodológico, a pesquisa busca propor práticas pedagógicas interculturais no ensino da Educação Física que contribuirão para a decolonização e interculturalidade das relações entre os estudantes a fim de envolver/comprometer a comunidade com práticas antirracistas na cidade.

Palavras-chave: Interculturalidade. Educação Física. Povos indígenas. Racismo. Práticas pedagógicas.

LITERATURA INDÍGENA UMA ABORDAGEM A PARTIR DA LEI 11.645/2008

Marinês Soratto - UCDB / SEMED
marines.soratto@gmail.com

Eliane Gonçalves de Lima- UCDB / SEMED
eliterena2018@gmail.com

GT 7. Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo tem como objetivo fazer algumas discussões acerca da Lei 11.645/2008, em específico no que diz respeito à literatura indígena. Um tema que ainda carece de estudos e entendimento na área da educação, principalmente em relação à prática pedagógica. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, em que foram realizados estudos a partir de escritores indígenas, tais como: Andrade (2019), Baniwa (2016), Dorrico (2020) e Danner (2020) no diálogo com a Lei 11.645/2008 e o Parecer CNE/CP nº 14/2015, que orientam a obrigatoriedade da abordagem da história e cultura indígena no currículo escolar. As análises são sustentadas na perspectiva de pesquisadores que investigam a temática indígena (Bergamaschi, 2012; Calderoni, 2016; Candau, 2011), que defendem a educação numa perspectiva intercultural, na qual tanto os saberes indígenas quanto os conhecimentos ocidentais se enriquecem e se transformam mutuamente. Além disso, dialogamos com a concepção clássica de Antônio Cândido (1987), que compreende a literatura como um direito humano, essencial à formação integral do sujeito. Desse modo, ao dialogar entre as produções literárias indígenas e as diretrizes legais, buscamos identificar possibilidades e desafios para a efetivação de um currículo que valorize os saberes indígenas como parte constitutiva da formação da sociedade brasileira. Assim sendo, observa-se que é preciso compreender que a literatura indígena deve ser integrada ao ensino escolar como uma ferramenta para promover o diálogo intercultural, ampliando os conhecimentos sobre a diversidade cultural e fortalecer o respeito às narrativas indígenas.

Palavras-chave: Literatura indígena; Lei 11.645/2008; Interculturalidade.

MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE GESTÃO ESCOLAR HUMANIZADA E SATISFAÇÃO DOCENTE

Noêmia Franco Ajala Alves - UCDB
noemiafrancoalves@gmail.com

GT 7: Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: A construção do estado do conhecimento configura-se como um elemento essencial para a sustentação teórico-metodológica da pesquisa, legitimando-a diante da comunidade científica e aprofundando sua relevância acadêmica. Ao concentrar-se na gestão escolar humanizada e na satisfação dos docentes da educação básica, o trabalho propõe uma abordagem reflexiva sobre os mecanismos institucionais que impactam diretamente o bem-estar dos profissionais da educação. A investigação percorreu três repositórios reconhecidos: Portal de Periódicos da CAPES, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Periódico Série-Estudos (UCDB), a fim de identificar produções recentes que dialogam com os descritores “clima organizacional”, “gestão escolar” e “gestão escolar humanizada”. Essa escolha metodológica reforça o compromisso com a qualidade e a atualidade da revisão bibliográfica. Os resultados obtidos revelam a importância de uma atuação gestora ética e afetiva, capaz de enfrentar os desafios cotidianos da escola com sensibilidade e diálogo. A valorização docente, nesse cenário, emerge não apenas como objetivo político-pedagógico, mas como condição para práticas educativas significativas. Assim, o estudo contribui para ampliar os debates sobre modelos de gestão que promovem ambientes escolares mais humanos, comprometidos com a escuta ativa e a construção coletiva de soluções que respeitem a dignidade do profissional docente.

Palavras-chave: Satisfação Docente, Gestão Escolar Humanizada, Estado do Conhecimento.

O CURRÍCULO EM DISPUTA: ALFABETIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA DOCENTE EM FACE DA AVALIAÇÃO EXTERNA

Luís Felipe Cristaldo Gonçalo - PPGE/ UCDB
lipecristaldo@gmail.com

GT7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre as tensões entre as políticas de avaliação em larga escala e a prática pedagógica em um contexto de vulnerabilidade social. A análise dos resultados das avaliações externas revela uma contradição estrutural no sistema de ensino: a tentativa de reduzir a educação a números e indicadores de desempenho convive com o êxito de práticas pedagógicas construídas no vínculo e na criatividade docente. Os avanços notáveis observados em Matemática e Língua Portuguesa não são apenas dados estatísticos, mas a materialização de uma pedagogia que se opõe à lógica da homogeneização imposta. Nesse contexto, a atuação dos professores se configura como uma pedagogia da resistência. Ao adaptar materiais, recorrer à colaboração e valorizar o contexto de vida dos alunos, os docentes praticam a desobediência epistêmica, subvertendo a visão de um conhecimento padronizado e tecnicista. Eles demonstram que a escola, mesmo em contextos de vulnerabilidade, pode ser um espaço de invenção e de emancipação. Em última análise, essa abordagem reafirma a centralidade do humano no processo educativo e aponta para a possibilidade de uma educação decolonial: aquela que resiste ao controle, reconhece os sujeitos em sua inteireza e valoriza os saberes que emergem da experiência, como um direito fundamental à existência.

Palavras-chave: Avaliação Externa; Currículo; Alfabetização; Resistência; Prática Pedagógica; Educação decolonial.

O SIGNIFICADO ATRIBUÍDO PELOS ESTUDANTES AO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Sintia Fabiana Alves de Mello Câmara
sintiacamara@hotmail.com

GT 7. Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo, vinculado à dissertação de mestrado intitulada Educação de Jovens e Adultos (EJA): Alfabetização e Cidadania, apresentada à Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), tem como objetivo analisar os significados atribuídos pelos estudantes da EJA ao processo de alfabetização e suas implicações para o exercício da cidadania. A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal de ensino, localizada em uma

capital da região Centro-Oeste do Brasil, atendendo estudantes de diferentes fases da EJA. A abordagem qualitativa foi adotada como metodologia, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas. Os dados evidenciam que os estudantes reconhecem a alfabetização como uma prática libertadora, capaz de promover transformações individuais e coletivas, superando a concepção restrita de aprender a ler e escrever. A alfabetização é percebida como meio de ampliação da autonomia, de fortalecimento da identidade e de inserção no mundo do trabalho e na vida social, revelando sua profunda articulação com a construção da cidadania.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Alfabetização. Cidadania. Prática pedagógica. Autonomia.

O TRABALHO PEDAGÓGICO E O BEM-ESTAR DOCENTE

Andréa Neves Azevedo - UCDB
professoraandreaazevedo10@gmail.com

GT7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: O trabalho do professor demanda tempo e esforço mental; pode ser considerado um trabalho estressante, mas que também pode propiciar o bem-estar. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é discutir como o bem-estar docente está relacionado com o desempenho profissional e a qualidade da educação oferecida. Para produção de dados foi utilizada pesquisa bibliográfica a partir de artigos científicos, livros, dissertações e teses que tratavam da importância do bem-estar docente no cumprimento de suas funções. O recorte temporal da pesquisa foi delimitado entre 2014 a 2024, um período de dez anos, pois permite observar possíveis tendências e transformações sociais, educacionais e de políticas públicas, bem como a relação entre o bem-estar docente e o desempenho profissional e a qualidade da educação oferecida ao longo do tempo. A análise dos estudos sobre o tema foi conduzida por uma pesquisa qualitativa. Concluiu-se que o ambiente escolar, as interações complexas no trabalho, a satisfação e a saúde mental dos professores estão diretamente relacionadas com o bem-estar, com o desempenho profissional e com as relações interpessoais na escola.

Palavras-chave: Trabalho; bem-estar docente; qualidade de ensino.

OS ANIMAIS DO TERRITÓRIO MUNDURUKU: SABERES ANCESTRAIS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERCULTURAIS, SUSTENTABILIDADE E FORTALECIMENTO CULTURAL

Rosiane Kaba Munduruku – PPGEEI/UEPA
roseanekaba.5@gmail.com

Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar- PPGEEI/UEPA
joelmaalencar@uepa.br

GT 7 – Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência.

Resumo: O objetivo principal analisar de que forma os saberes ancestrais relacionados aos animais do território Munduruku podem fortalecer a sustentabilidade comunitária e ser desenvolvidos em práticas pedagógicas interculturais da Educação Escolar Indígena na Escola Kaba Biwun. Pretende-se colaborar para a preservação da cultura indígena e das práticas tradicionais de produção de remédios, especialmente aqueles elaborados a partir de animais, como banha de anta, jacaré, galinha, tatu, tartaruga, paca, entre outros. Do ponto de vista teórico, a pesquisa se pauta em autores indígenas como Gersem Baniwa (2006), Ailton Krenak (2019) e Paulo Freire (1996). Observa-se uma carência de estratégias para o fortalecimento cultural do povo Munduruku, sobretudo no que diz respeito à incorporação desses saberes aos processos pedagógicos da escola. A perda de biodiversidade, aliada à diminuição de práticas sustentáveis e de relações harmônicas com o meio ambiente, torna evidente a importância de integrar saberes ancestrais à educação e às estratégias de conservação. Esta pesquisa pretende servir como um incentivo à comunidade, ao estimular o acesso e a valorização dos conhecimentos tradicionais, reafirmando identidades e fortalecendo o sentimento de pertencimento étnico. A crescente degradação ambiental, intensificada pelo avanço do desmatamento e pela pressão sobre os territórios indígenas, tem impactos diretos na qualidade de vida das comunidades Munduruku. Os procedimentos metodológicos estão orientados por uma abordagem qualitativa, com a aplicação de conversas direcionadas a alunos e professores. A partilha dos mais velhos Munduruku dos saberes sobre os animais são fundamentais para a elaboração de um livro didático.

Palavras-chave: Saberes Munduruku; Animais; Práticas Pedagógicas; Interculturalidade; Sustentabilidade.

PARA ALÉM DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA PENSARMOS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ricardo Henrique de Souza – Bolsista CNPq/UCDB
rigenri@gmail.com

GT7- Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo discute as práticas de leitura e escrita na Educação Infantil à luz do pensamento de Paulo Freire, com o objetivo de problematizar a permanência de vieses escolarizantes e indicar caminhos pedagógicos que atribuam sentido, criticidade e ludicidade às experiências com a linguagem escrita. Metodologicamente, trata-se de um estudo teórico, de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica de algumas obras de Freire (1967, 1987, 1989 e 1996), articuladas a aportes sobre letramento com Soares (2021); Educação Infantil com Barbosa (2009), normatividade da infância com Sarmento (2011) e Losso e Marchi (2011), e leituras contemporâneas freirianas com Pavan (2018) e Vasconcelos e Brito (2006). Os resultados indicam: (i) a persistência de uma lógica de educação bancária vinculada à normatividade da infância, que antecipa a escolarização e reduz a linguagem à decodificação; (ii) a potência dos princípios freirianos (dialogicidade, problematização, autonomia e leitura de mundo) para conceituar leitura e escrita como práticas sociais; e (iii) implicações pedagógicas concretas: centralidade do diálogo e da escuta; valorização da literatura, oralidade e

brincadeira; escrita com finalidade real (professor como escriba/mediador); organização intencional de tempos, espaços e materiais; e avaliação formativa. Conclui-se que retomar Freire recoloca a criança como sujeito de direitos e produtora de cultura, deslocando o foco da preparação para o futuro para a vivência significativa do presente. Aponta-se, por fim, a necessidade de investigações empíricas (estudos de caso e análises longitudinais) que examinem efeitos dessas diretrizes na prática cotidiana.

Palavras-chave: Paulo Freire; Educação Infantil; Letramento.

PERSPECTIVAS DECOLONIAIS E DE RESISTÊNCIA NA CONCEPÇÃO DA LÍNGUA INGLESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Camilla Ortega Flores Gomes – UCDB
camilla_ortega@hotmail.com

GT 7 – Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência.

Resumo: A expansão da língua inglesa é relacionada aos movimentos colonizatórios e ao processo de globalização. A conexão entre o idioma e a globalização é intrínseca, no entanto, destaca-se que por meio da língua inglesa discursos insurgentes podem ser potencializados e alcançar mais pessoas, apropriando-se dela e utilizando-a como uma língua contra hegemônica. No desenvolvimento da disciplina na educação básica brasileira, associamos a concepção de Língua Inglesa como Língua Franca, que implica em um idioma descentralizado de um território específico e que é caracterizado pelo seu uso na comunicação intercultural, entre pessoas de diferentes origens. Objetivamos compreender o processo de ensino-aprendizagem de língua inglesa a partir de uma visão decolonial e intercultural. Para isso, conectamos a ação de apropriação da língua, no ato de tornar a língua sua o estudante a ressignifica em seu contexto local e a imbuí com sua própria identidade a partir de ações reflexivas no processo de ensino aprendizagem, em uma educação libertadora e decolonial. Esta produção integra a dissertação de mestrado em desenvolvimento pela autora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). A metodologia desenvolvida tem caráter qualitativo e apoiou-se na pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Decolonialidade; Língua Franca; Interculturalidade.

PERTENÇAS EM DIÁLOGO - CONFRONTANDO A INTOLERÂNCIA.

Alenice Souza França - UFSB
alenicefranca@hotmail.com

GT.7 Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: O artigo traz em sua constituição reflexões sobre a cultura afrodiaspórica com ênfase na religião/credo. O texto busca elucidar os nzós/terreiro como comunidade estruturada a partir de códigos socioculturais. Para estruturar a produção buscou-se

refletir sobre o direito que propicia as comunidades de terreiros serem vistas e respeitados como comunidades estruturadas a partir de códigos socioculturais; identificar em seus adeptos pertencimentos de credo em comunidade sociocultural e dialogar com o espaço da escola os saberes étnicos que atravessam os portões das escolas em meio aos signos e pertença. A produção faz parte de estudos realizados em Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico Raciais cuja metodologia está voltada para a pesquisa-ação com foco na formação de professores e com sugestão de diálogo.

Palavras chaves: Códigos socioculturais; Religiões de Matrizes Africanas ;Saberes.

PRÁTICA DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA E SEUS ENTREMEIOS COM A PERSPECTIVA INCLUSIVA

Luis Henrique Domingues Verão das Neves – UFMS

luis.verao@ufms.br

Josiane Luana da Silva – UFMS

josiane.luana@ufms.br

Marina Brasiliano Salerno - UFMS

marina.brasiliano@ufms.br

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência.

Resumo: O presente manuscrito, excerto de um trabalho concluído a nível de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (CPAQ/UFMS), tem como objetivo delinear aspectos didáticos-metodológicos de professores/professoras de Educação Física referente à organização didática e seus entremeios para desenvolvimento de aulas inclusivas. O estudo de caráter qualitativo, descritivo e exploratório contou com a participação de treze docentes da área, todos/todas professores/professoras da Rede Estadual de Ensino do estado de Mato Grosso do Sul. Para o levantamento de dados, realizou-se entrevista de modo presencial e/ou remoto pela plataforma *Google Meet*. Posteriormente, realizou-se a transcrição com o uso da Inteligência artificial, especificamente do programa *Transkriptor*. Construímos um eixo temático-analítico para difusão dos dados obtidos. As entrevistas realizadas nos subsidiaram para analisar dados referentes à prática docente que é multifacetada. Isso significa dizer que possui influência de elementos pessoais, profissionais/institucionais que refletem diretamente no momento prático da aula, que se materializa, inicialmente, pelo planejamento escolar.

Palavras-chave: Diferenças. Alteridades. Educação Física escolar inclusiva.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NA EJA: UMA NARRATIVA DE TERRITÓRIO-SABER

Joselaine Oliveira dos Santos - PUCRS
joselaine.oliveira@edu.pucrs.br

Iara Tatiana Bonin - PUCRS
iara.bonin@pucrs.br

GT 7. Práticas Pedagógicas e estratégias de resistência

Resumo: Este trabalho traz para o primeiro plano vivências na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola pública da região metropolitana de Porto Alegre/RS, focalizando práticas que produção de um saber situado e voltado a entender como os conhecimentos dos povos originários estão presentes em nossa vida cotidiana. Nesse sentido, o texto problematiza bases eurocêntricas na construção e validação do conhecimento escolar, afirma a existência de epistemologias plurais e convida a uma aprender por meio da conversa, da escuta, da pesquisa e da produção colaborativa da experiência. Os aportes teóricos incluem escritos de Kaká Werá Jecupé, Daniel Munduruku, Paulo Freire, bell hooks e Patrícia Hill Collins, e mobilizam os sentidos de pedagogia engajada, resistência, ancestralidade e saber situado. A metodologia, de viés qualitativo, emprega a conversa como metodologia de pesquisa e advoga pela produção colaborativa de conhecimentos. A culminância deste processo assumiu a forma de Feira, espaço em que as aprendizagens geradas foram visibilizadas, e, junto a elas, a potência das epistemologias indígenas. O estudo possibilita pensar na EJA como território de resistência e de reconexão das pessoas com memórias, histórias e ancestralidades que, em uma organização curricular de base eurocêntrica, são silenciadas ou invalidadas como formas de conhecimento.

Palavras-chave: Epistemologias; Saber situado; Resistência; Ancestralidade; Educação de Jovens e Adultos (EJA)

PRESENÇA INDÍGENA NOS CONTEXTOS URBANOS NO BRASIL E O CUMPRIMENTO DA LEI 11.645/2008

Kleber Gomes – Semed Campo Grande/MS
klebereandressa@gmail.com

Beatriz dos Santos Landa – UEMS
bialanda@uems.br

GT 7 – Práticas Pedagógicas e as Estratégias de Resistência

Resumo: Os/as indígenas que se deslocam dos territórios tradicionais para cidades brasileiras o fazem por inúmeros motivos, os quais devem ser analisados, para compreensão daquilo que faz esses indivíduos deixarem seus locais originários para novos territórios, nos quais prosseguem com práticas tradicionais em relação à cultura, à produção alimentar e às interações sociais, a despeito dos desafios que as cidades

apresentam para a continuidade da escrita de sua história. Esses estudos precisam ser ampliados e aprofundados, para que haja um conhecimento mais significativo e geração de dados para confecção de material didático direcionado ao ensino de História, incluído o conhecimento a respeito de passado e presente dos povos originários e o cumprimento da Lei Federal 11.645/2008, a qual traz a obrigatoriedade no Ensino Fundamental e no Ensino Médio por todo o país do ensino da história e da cultura dos povos originários. Os exemplos de presenças indígenas nos contextos urbanos do Brasil, com destaque para Mato Grosso do Sul, Porto Alegre/RS e Brasília/DF, demonstram como os povos originários prosseguem na escrita de existência e resistência, mesmo distantes dos territórios de origem representando uma grande oportunidade para professores/as inserirem, nas práticas pedagógicas da Lei 11.645, o assunto em seus planejamentos e aulas.

Palavras-chave: Indígenas em contexto urbano; Lei 11.645/2008; História Indígena.

PRODUÇÕES AUTORAIS INDÍGENAS- GUIA COMPLEMENTAR PEDAGÓGICO

Erica Andrade Ferreira- UFSB
eaferreira.pdg@uesc.br

GT7. Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência.

Resumo: A escola é um espaço fundamental para a valorização da diversidade cultural e o combate a práticas discriminatórias. No entanto, a implementação da Lei 11.645/2008, que estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, ainda enfrenta desafios, entre eles a ausência de produções autorais indígenas nos materiais didáticos. Tal lacuna perpetua estereótipos e invisibiliza os povos originários enquanto sujeitos históricos e produtores de conhecimento. Compreender a relevância desses povos enquanto sujeitos históricos, produtores de cultura e de conhecimento é essencial para superar currículos eurocêntricos e promover uma educação intercultural crítica, inclusiva e representativa. Este projeto tem como objetivo construir e validar um guia educacional de complementação pedagógica fundamentado em produções autorais indígenas, destinado ao ensino fundamental I. Para isso, a pesquisa adota abordagem qualitativa, com procedimentos bibliográficos, documentais e de campo. Serão realizadas buscas de obras autorais indígenas em diferentes linguagens (literatura, música, artes visuais), análise de documentos oficiais e entrevistas com professores, lideranças e membros da comunidade indígena. O produto final consistirá em um guia em formato digital, com versão impressa opcional, organizado por categorias e acompanhado de propostas pedagógicas práticas que respeitem a autoria indígena. O material será validado por professores e especialistas em educação indígena, garantindo representatividade e pertinência cultural. Espera-se que este guia contribua para fortalecer a identidade cultural indígena, promover práticas pedagógicas interculturais e oferecer subsídios aos professores na construção de uma educação mais inclusiva e representativa.

Palavras-chave: Educação escolar indígena; Produções autorais; Interculturalidade; Identidade cultural.

PROJETO DE EXTENSÃO: TRILHAS FORMATIVAS PARA APRENDIZAGEM INCLUSIVA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS INTELECTUAIS POR MEIO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Laura Camila Furtado Cordeiro – UFMS

laura.furtado@ufms.br

GT 7 – Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: O presente trabalho apresenta os resultados parciais de um projeto de extensão que busca promover a aprendizagem inclusiva de alunos com deficiências intelectuais, como TEA, TDAH e altas habilidades, por meio do uso de inteligência artificial em ambientes escolares. A iniciativa envolve o desenvolvimento de uma plataforma educativa interativa, composta por módulos adaptativos, jogos digitais e ferramentas de reconhecimento de voz e imagem, com o objetivo de enriquecer o vocabulário e personalizar o processo de ensino. As atividades realizadas incluíram o mapeamento das necessidades da comunidade escolar, oficinas com professores, alunos e famílias, além da coleta de feedback contínuo para aprimoramento dos recursos. Os resultados preliminares indicam aceitação positiva da proposta e evidenciam o potencial da inovação pedagógica como estratégia de resistência às barreiras históricas de exclusão educacional. Ao propor práticas pedagógicas mediadas por tecnologia, o projeto contribui para ampliar a equidade, fortalecer o engajamento dos alunos e estimular a participação das famílias no processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Seminário; Inclusão; Inteligência Artificial; Sustentabilidade; Ensino Adaptativo.

QUANDO A FLORESTA É A ESCOLA: PRÁTICAS PARA RESISTIR E SENTIR A FLORESTA

Janelene Freire Diniz – IFRO

janelene.diniz@ifro.edu.br

Carlos Augusto Silva e Silva – IFRO

augusto.carlos@ifro.edu.br

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência.

Resumo: Trata-se de um relato de experiências constituído a partir de uma experiência educativa junto à indígenas do povo Ikólóéhj – Gavião de Rondônia (povo guerreiro). Esse rico momento de aprendizado ocorreu durante o Fórum Internacional da Amazônia – Regional Rondônia. Aqui, buscamos refletir a potência dos aprendizados construídos por meio de um dia de vivências junto à comunidade indígena localizada na Terra Indígena Igarapé Lourdes - município de Ji-Paraná, estado de Rondônia. Na ocasião, foi possível nos aproximar da sabedoria dos indígenas desse povo que gentilmente nos recebeu. As vozes das lideranças deste povo originário evocaram o respeito à floresta em pé, reverberaram a luta contra o Marco Temporal e a importância do diálogo entre os

povos para juntos defender a vida no planeta. Na roça da comunidade, os anciãos com muita sabedoria narravam suas práticas ancestrais que possibilitam a diversidade e eficiência das produções por meio de sistemas de agrofloresta. Todos os participantes do evento em comunidade se encontravam reunidos com alegria, nutrida na força ancestral, para apresentar os frutos do trabalho que vem sendo desenvolvido coletivamente. Também, marcaram esse encontro com a ancestralidade originária do povo, um canto e uma dança tradicional, ali todos nós de mãos dadas, em roda, com gratidão à floresta, cantamos e dançamos em comunhão. Essa experiência junto a esse povo ancestral, revelou uma grande potencialidade, na busca de práticas que produzam modos de viver mais ecológicos, sadios e solidários, abrindo caminhos para pensar uma Educação Ambiental que preze pelo respeito e conexão com a floresta.

Palavras-chave: Vivências; Floresta; Povo Gavião de Rondônia; Educação Ambiental.

QUANDO O TRABALHO NÃO É MAIS SATISFATÓRIO: O ADOECIMENTO DOCENTE

Karolina da Silva Riquelme- UCDB
karolinarique.02@gmail.com

GT 7 - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: O presente artigo é parte integrante de uma pesquisa de Mestrado em Educação intitulada “Construindo um tecido de significados e sentidos: relações interpessoais entre gestores e professores e o bem-estar ou mal-estar docente”, que objetivou “compreender as implicações das relações interpessoais entre professores e gestores como potencial fonte propiciadora do estado de bem-estar e/ou mal-estar no trabalho docente, por meio de pesquisa do tipo Estado do Conhecimento” (Riquelme, p. 17, 2024). A dissertação foi realizada sobre o estado do conhecimento de teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos científicos publicados no Brasil em repositórios digitais, com recorte temporal entre o ano 2000 ao ano 2021. O tema do esgotamento ocupacional docente surge com a recorrência dos fatores de insatisfação com a profissão provocada pelo estado de mal-estar docente. A partir dos estudos, fica evidente que a insatisfação é uma realidade na profissão que pode afetar diretamente a vida profissional, pessoal e, por extensão, o sucesso educacional dos alunos, causando grandes prejuízos como alto índice de estresse, doenças físicas e psíquicas, mal-estar docente e burnout, um estágio avançado de esgotamento profissional.

Palavras-chave: adoecimento docente; bem-estar e mal-estar docente; estado do conhecimento.

SABERES INDÍGENAS XAVANTE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A EDUCAÇÃO DO CORPO NAS ESCOLAS DE BARRA DO GARÇAS/MT

Lais Cristina Barbosa Silva -PPGE/UFMT
lalacrisbarbosa@hotmail.com

GT 7. Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: O Grupo de Pesquisa Corpo, Educação e Cultura (Coeduc), baseia-se, em ações formativas, no enfrentamento do racismo estrutural presente no Centro-Oeste brasileiro. Para tanto, o Projeto Análise da Formação-ação-intercultural e pedagogias decoloniais no ensino das histórias e culturas indígenas no Centro-Oeste brasileiro coordenado pela Beleni Saléte Grando, aprovado pelo CNPq, se fundamenta na perspectiva teórico-metodológica da formação-ação-intercultural e propõe investigar processos de formação de professores em escolas não indígenas, em articulação com as secretarias de educação. O projeto de doutorado, Saberes Indígenas Xavante na Educação Física Escolar: A Educação do Corpo nas Escolas de Barra do Garças/MT, estará sendo desenvolvido dentro do projeto aprovado pelo CNPq, propõe reconhecer e valorizar os saberes tradicionais do povo Xavante no contexto escolar. Seu objetivo central é investigar de que maneira os saberes indígenas Xavante podem ser incorporados às práticas pedagógicas da Educação Física escolar, valorizando a educação do corpo sob a ótica indígena e fortalecendo uma perspectiva intercultural. O estudo encontra-se em fase de aprofundamento teórico-metodológico e tem como público professores e estudantes indígenas do ensino médio de escolas estaduais urbanas de Barra do Garças/MT. A base teórica fundamenta-se em autores como Grando (2004; 2010; 2020; 2022), Candau (2010, 2011, 2012), Maldonato (2021), Mundukuru (2016), Walsh (2006, 2007, 2009) dentre outros. Metodologicamente, adota-se a pesquisa-ação participativa, de caráter aplicado, qualitativo e descritivo, utilizando observação participante, entrevistas e análise bibliográfica. Espera-se, com isso, propor práticas pedagógicas interculturais que contribuam para a decolonização curricular e para relações mais inclusivas entre professores, estudantes e comunidade escolar.

Palavras-chave: Interculturalidade; Educação Física; Práticas pedagógicas; Povos Indígenas.

TEORIAS DO CONHECIMENTO: UMA BREVE TRAJETÓRIA SOBRE OS ESTUDOS DA CRIANÇA

Tuany Inoue Pontalti Ramos - UCDB/UEMS
Tuany.pontalti.prof@gmail.com

Marta Regina Brostolin -UCDB
brosto@ucdb.br

GT 7. - Práticas pedagógicas e as estratégias de resistência

Resumo: O presente artigo é resultado dos estudos realizados na disciplina de Teorias do Conhecimento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado – PPGE/Universidade Católica Dom Bosco. O trabalho segue uma metodologia bibliográfica, realizado por meio de revisão dos artigos trabalhados no decorrer das aulas. Objetivamos debater os temas abordados na disciplina de Teorias do Conhecimento, aprofundando as investigações sobre a epistemologia presente na tese da autora. Neste sentido, descrevemos as correntes epistemológicas discutidas em sala e pontuamos a teoria da Sociologia da Infância. Organizamos o estudo em seções relacionadas a construção do conhecimento sobre o racionalismo, empirismo, fenomenologia, materialismo histórico-dialético, teoria crítica, pós-crítica e estudos

culturais; aspectos da fenomenologia e do materialismo histórico-dialético e as relações dessas teorias para a construção do conhecimento; perspectiva crítica e pós-crítica num viés de transformação da educação; estudos culturais e por fim a Sociologia da Infância, evidenciando os aspectos dos estudos das criança e infância. Consideramos que cada corrente epistemológica possui a sua importância e singularidade, nos aspectos mencionados no decorrer do artigo podemos compreender os aspectos da formação do saber humano, possibilitando a reflexão sobre nossos próprios métodos de pesquisa.

Palavras-chave: Teorias do conhecimento; Crianças. Infâncias; Agenda crítica.

GT 8 – POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA.

A ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: NOTAS PARA AS PESQUISAS EM POLÍTICA EDUCACIONAL

Edgar da Silva Queiros – UCDB
edgar190799@gmail.com

Walace José de Lima – UCDB
walacetico88@gmail.com

GT 8 - Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: O objetivo desta pesquisa é discutir o ciclo de políticas como abordagem para análise de políticas educacionais. Essa discussão é desencadeada pelos escritos de Stephen J. Ball, colaboradores e Mainardes em livros e artigos. A tessitura bibliográfica neste artigo divide-se em três partes: caracterização e contextualização; limitações e contribuições; e notas para as pesquisas no campo da política educacional. Destarte, considera-se que o uso do ciclo de políticas pode ser utilizado como abordagem epistemológica nas pesquisas em políticas educacionais. No entanto, sua utilização como abordagem é possível para compor a metodologia, estruturar e organizar as pesquisas e, juntamente a apropriação do referencial teórico, identificar as possibilidades de aplicação em relação ao objeto de pesquisa.

Palavras-chave: Pesquisas em Educação; Pesquisa em Política Educacional; Abordagem do Ciclo de Políticas.

A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E DA INCLUSÃO ESCOLAR NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL E DO CHILE: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA

Paola Gianotto Braga – Egressa UCDB
pgpsico@hotmail.com

GT8. Política Educacionais e as estratégias de resistência.

Resumo: O artigo analisa o percurso histórico-legal da educação especial no Brasil e no Chile, com ênfase na formação das políticas educacionais inclusivas. Adota abordagem qualitativa, de caráter documental e bibliográfico, sustentada na perspectiva histórico-crítica, examinando marcos constitucionais, leis, decretos e diretrizes produzidos em diferentes períodos. Os resultados indicam que, em ambos os países, a formulação das políticas de Educação especial foi marcada por tensões entre modelos segregacionistas e propostas de inclusão, com avanços normativos importantes, mas acompanhados de assimetrias no desenvolvimento. Identificam-se limites estruturais e políticos — financiamento, formação docente e oferta de serviços de apoio — que dificultam o desenvolvimento da inclusão plena nos sistemas educacionais. A análise dos marcos normativos permite relacionar transformações históricas e influências internacionais às singularidades de cada contexto, evidenciando convergências em princípios e divergências em arranjos institucionais e mecanismos de garantia de direitos. Conclui-se que o fortalecimento da inclusão requer articulação entre legislação, gestão e práticas escolares, com monitoramento contínuo da efetividade das políticas.

Palavras-chave: Educação especial; Inclusão escolar; Políticas educacionais; Brasil; Chile; Análise documental.

A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL SÃO JULIÃO – CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E EDUCACIONAL

Andrew Vinícius Cristaldo da Silva – PPGE/UCDB
andrew.biologia@yahoo.com.br

Nadia Bigarella – PPGE/UCDB
nadia@ucbd.br

GT 8 - Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: Durante o governo de Getúlio Vargas, no contexto da política de interiorização e desenvolvimento do Centro-Oeste, foi construída em 1941 a Colônia de Leprosos São Julião, em Campo Grande (MT), com o objetivo de isolar e tratar pacientes com hanseníase, substituindo o antigo hospital de Cuiabá. Inicialmente bem estruturado, o hospital entrou em decadência após a transferência de sua administração para o Estado, resultando em abandono, más condições de vida, violência e exclusão social dos internos. A partir de 1969, com a atuação do Frei Hermano Hartmann, da Irmã Silvia Vecélio e de voluntários da Operação Mato Grosso, iniciou-se um processo de recuperação física e humanização do hospital, que passou a ser administrado pela Associação de Auxílio e Recuperação dos Hansenianos (AARH), tornando-se referência no tratamento da doença e símbolo de resistência e solidariedade. Esta é uma pesquisa de recorte de Tese de Doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Católica Dom Bosco.

Palavras-chave: História da educação, Hospital para Leprosos, Políticas Educacionais.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA- UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL- ALCANCE E DESAFIOS

Tânia Mara dos Santos Bassi- UCDB
tmbassi66@gmail.com

Gt 8. Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: A Educação de Jovens e Adultos (EJA), prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), é uma modalidade da educação básica voltada a sujeitos que não concluíram a escolarização na idade regular. A EJA destaca-se pela diversidade de seu público, nesse bojo alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE), na perspectiva inclusiva. Este artigo discute a inclusão do PAEE na EJA, recobrando políticas públicas educacionais voltadas à equidade, que embasam sua escolarização. A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamenta-se em análise bibliográfica e documental, utilizando dados do INEP, IBGE e da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande/MS, no recorte 2017–2023 (2024). Os resultados revelam avanços e retrocessos na oferta da EJA, com ênfase na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande, evidenciando tensões e lacunas na articulação com a Educação Especial. Constatam-se fragilidades na efetivação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e na restrição de unidades ofertantes da EJA, o que compromete o princípio da inclusão. O estudo reafirma o papel do Estado na garantia dos direitos educacionais, destacando desafios para a consolidação de práticas inclusivas efetivas.

Palavras-chave: EJA; Educação Especial; Inclusão.

A ELEIÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE-MS

Adão Luiz de Jesus Almiron – UCDB
adaoalmiron@hotmail.com

GT 8 - Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: Este trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado - da Universidade Católica Dom Bosco, com o objetivo de analisar o processo de construção da autonomia da gestão escolar na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande-MS, após a sanção da Lei n.6.023 de 2018, que institui a Gestão Democrática e dispõe sobre a eleição direta para diretores e diretores adjuntos das unidades do Município de Campo Grande-MS. A investigação abrangeu o período de 2018 a 2022 e a metodologia compreendeu revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, com sete diretores - um de cada região urbana da cidade. Este recorte foca a eleição como uma dimensão importante da gestão da democrática e autonomia escolar. Os resultados indicam que, o processo eleitoral movimenta a escola e fortalece o vínculo com a comunidade. A eleição

direta é vista pelos entrevistados como um mecanismo que garante maior segurança na função e aproxima a gestão da comunidade escolar. Conclui-se que a escolha do diretor por meio de eleição, abre espaços de participação, porém, não é suficiente para garantir a gestão democrática sendo necessário articular outras dimensões, como a colegialidade e a tomada de decisões, para a construção da autonomia escolar.

Palavras-chave: gestão democrática; eleições diretas; Rede Municipal de Ensino.

A INCLUSÃO LINGÜÍSTICA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS DE MIGRANTES E REFUGIADOS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

Sophia de Azevedo Nogueira - UFMS
sophia_nogueira@ufms.br

César Augusto Silva da Silva –UFMS
cesar.a.silva@ufms.br

GT 8 - Política Educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: A mobilidade internacional de migrantes e refugiados tem aumentado nas últimas décadas devido a crises humanitárias, políticas, econômicas e ambientais. No Brasil, esses grupos enfrentam desafios que dificultam sua integração, como barreiras linguísticas e limitações no acesso à justiça e a serviços públicos. Esta pesquisa busca compreender esses obstáculos e propor soluções que promovam os direitos humanos desses indivíduos. O objetivo é analisar os entraves institucionais, destacando o ensino da língua portuguesa como instrumento central de integração social e efetivação de direitos. A metodologia adotada é qualitativa, dedutiva, descritiva e exploratória, com base em pesquisa bibliográfica e documental, evidenciando que a barreira linguística, embora muitas vezes invisível, afeta concretamente a cidadania e dignidade dos migrantes. Os resultados mostram que a dificuldade com o português compromete comunicação, acesso à informação, serviços públicos e relações sociais cotidianas (Souza, 2021). Observa-se o esforço da sociedade civil e da academia, especialmente pelo projeto UEMS ACOLHE, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que desde 2017 oferece ensino gratuito de português para migrantes e refugiados. Conclui-se que a inclusão linguística é fundamental para assegurar igualdade de tratamento, acesso a direitos e efetivação dos direitos humanos, conforme previsto no artigo 5º da Constituição Federal.

Palavras-chave: Migração; Língua Portuguesa; Universidades.

A PROTEÇÃO JURÍDICA DO DIREITO À EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS IMIGRANTES ESTRANGEIRAS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

Thaís Xavier Ferreira da Costa – UCDB

thais.costa@insted.edu.br

GT 8- Políticas Educacionais e as estratégias de resistência.

Resumo: A presente pesquisa examina a proteção jurídica do direito à educação de crianças imigrantes estrangeiras no Brasil, destacando sua configuração como direito público subjetivo, o que assegura a possibilidade de exigibilidade judicial e reafirma o dever estatal de garantir o acesso universal à educação. Ressalta-se a centralidade da educação como instrumento de promoção da dignidade humana. O objetivo central consiste em investigar os fundamentos normativos que asseguram a inclusão desses estudantes na educação básica, à luz da Constituição Federal de 1988, da legislação infraconstitucional e dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, com especial enfoque no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). A metodologia adotada é de natureza dedutiva, apoiada em revisão bibliográfica exploratória de doutrinas e artigos científicos que tratam das garantias jurídicas e dos desafios práticos à efetivação do direito à educação. Os resultados evidenciam que, embora exista sólido amparo jurídico para a inclusão educacional de crianças imigrantes estrangeiras, persistem obstáculos de ordem administrativa, cultural e social que dificultam sua plena concretização, revelando a necessidade de políticas públicas e de ações estatais integradas para assegurar a universalidade e a efetividade do direito à educação.

Palavras-chave: direito à educação; crianças imigrantes; inclusão escolar; proteção jurídica.

AS CONTRADIÇÕES DO ENSINO DOMICILIAR NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RE 888815/RS)

Ariadne Celinne de Souza e Silva – UCDB

ariadnecelinne@outlook.com

Regina Tereza Cestari de Oliveira – UCDB

reginacestari@ucdb.br

GT 8 - Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de Doutorado em andamento. Está sendo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. De caráter bibliográfico e documental, sob uma perspectiva dialética, tem por objetivo analisar as contradições

presentes no debate sobre o Ensino Domiciliar no Supremo Tribunal Federal (STF). O direito à educação é um direito social, sendo as crianças e adolescentes sujeitos de direitos e, portanto, titulares desse direito, Cabe aos pais ou responsáveis a obrigação de matricular os filhos na escola. O ensino domiciliar foi considerado uma modalidade de ensino não regulamentada no ordenamento jurídico brasileiro. Por meio do recurso extraordinário n. 888815/RS, o STF fixou os elementos necessários para uma possível regulamentação do tema por meio de lei federal. Em meio aos embates no Supremo Tribunal Federal e à tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional, as famílias que se autodenominam “educadoras” continuam a prática do ensino domiciliar de forma irregular. Há uma disputa para legitimar as práticas educacionais do ensino domiciliar e deslegitimar a obrigação solidária estabelecida constitucionalmente, entre o Estado e a família. As contradições tornam-se evidentes, uma vez que a decisão do STF tem sido utilizada como fundamento na defesa da constitucionalidade do ensino domiciliar por seus adeptos, ainda que essa modalidade no país permaneça não regulamentada.

Palavras-chave: Direito à Educação; Contradições; Ensino Domiciliar; *Homeschooling*; Supremo Tribunal Federal.

AUTONOMIA DA GESTÃO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS

Gilvano Kunzler Bronzoni- PPGE/UCDB
professorgilvano@gmail.com

GT- 8 Políticas Educacionais e as Estratégias de Resistência

Resumo: Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado em andamento, que tem como objetivo analisar a autonomia da gestão nas Escolas de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino (REME) de Campo Grande-MS (CG/MS), no período de 2018 a 2024. Está vinculada à Linha de Pesquisa “Política, Gestão e História da Educação” e ao Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas e Gestão da Educação” (GEPPE), do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). A discussão baseia-se na Lei Municipal n. 6.023, de 15 de junho de 2018, que institui a Gestão Democrática e dispõe sobre a eleição direta para diretores e diretores adjuntos nas escolas da REME. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, documental, com ênfase na análise de normativas produzidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Campo Grande-MS. O texto focaliza o levantamento bibliográfico realizado por meio de consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) referente a temática autonomia da gestão escolar. Os resultados parciais indicam que a eleição de diretores constitui um tema estratégico para a compreensão da autonomia escolar. Apesar de avanços legais, observa-se que a autonomia escolar é um processo ainda em construção, limitado por questões estruturais e conjunturais.

Palavras-chave: autonomia das escolas; gestão democrática; educação infantil

CONTEXTO DE INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Arão Davi Oliveira - Universidade Anhanguera-Uniderp
arao.d.oliveira@cogna.com.br

GT - 8 Política Educacionais e as estratégias de sobrevivência.

Resumo: Este artigo discute o contexto de influência das políticas de formação de professores no Brasil no período de 1990 a 2010. Essas políticas são interpretadas como manifestações de políticas sociais resultantes de disputas e negociações entre diversas forças sociais e agentes públicos e privados. As discussões apresentadas consideram elementos como a globalização neoliberal, as transformações na organização do Estado brasileiro, as recomendações de organismos internacionais, as organizações empresariais nacionais e o terceiro setor impactaram a formação docente a partir da década de 1990. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada na teoria do Ciclo de Políticas de Ball (1994), com ênfase no contexto de influência. Os resultados indicam que, incentivada pelas demandas do mercado capitalista e pela teoria do capital humano, a educação passou a ser vista como contribuinte econômico. Organismos internacionais, juntamente com o empresariado nacional e o terceiro setor, exerceram forte pressão para reformas que reestruturaram o Estado, promoveram a descentralização e a privatização, e impuseram um ideário de gestão e performatividade no trabalho docente e nos currículos. Essas influências globalizadas alinharam as políticas de formação de professores às diretrizes que valorizam competências, competitividade e empregabilidade.

Palavras-chave: Políticas de Formação de Professores; Ciclo de Políticas; Contexto de Influência.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SONORA, MATO GROSSO DO SUL (MS)

Clotilde de Sousa Silva Castro –PPGE/UCDB
clotildecastro@hotmail.com

GT 8 - Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: A pesquisa aborda a importância da Educação Ambiental (EA) nas escolas como espaço privilegiado para formar cidadãos conscientes e responsáveis pelo meio ambiente. Diante de desafios globais como mudanças climáticas, desmatamento e perda de biodiversidade, a EA busca desenvolver o senso crítico dos estudantes, promovendo atitudes sustentáveis. O estudo analisa como as políticas públicas federal, estadual e municipal de Sonora são implementadas no ensino fundamental, destacando a necessidade de integrar práticas pedagógicas que respeitem a natureza e os saberes locais. O objetivo geral é compreender como programas, projetos e atividades de EA são trabalhados por professores do ensino fundamental nas escolas públicas de Sonora.

Buscamos caracterizar a Secretaria Municipal de Educação, analisar a formação docente e avaliar as ações de EA desenvolvidas na rede municipal. A metodologia possui abordagem qualitativa, baseada em Teorias Pós-Críticas, que valorizam a democracia cultural e a subjetividade na produção de conhecimento. A pesquisa envolveu professores de quatro escolas municipais de Sonora, município com 14.822 habitantes (IBGE, 2024), focando na Educação Ambiental crítica e decolonial. Dados foram produzidos por meio de entrevistas e documentos, permitindo uma análise flexível e profunda dos fenômenos sociais. Até o momento observamos que o maior desafio é a formação continuada.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Práticas pedagógicas; Ensino fundamental; Município de Sonora, MS

EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO – UMA ANÁLISE DOS TRABALHOS PUBLICADOS NAS EDIÇÕES 39, 40 E 41, GT16, DA ANPED – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Cezar Luiz Vendas Galhardo – PPGE/UCDB
cgalhardo@gmail.com
Bolsista PROSUC/CAPES

GT 8 - Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: O presente artigo apresenta uma análise dos 84 trabalhos publicados do evento ANPEd, GT16 – Educação e Comunicação, edições 39, 40 e 41. Este artigo é fruto de trabalho desenvolvido dentro do programa de Mestrado da Universidade Católica Dom Bosco. A partir de dados coletados e categorizados conforme temas, metodologias, referenciais teóricos, resultados obtidos, fonte financiadora e origem (UF). Os trabalhos foram analisados e agrupados de forma quantitativa, possibilitando entender tendências, desafios e potencialidades acerca da temática abordada em cada edição do evento. O estudo utiliza como base as informações consolidadas, buscando compreender como as pesquisas têm dialogado com as demandas formativas, as políticas públicas e as práticas inovadoras no campo educacional e comunicacional.

Palavras-chave: Educação; Comunicação, ANPEd.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS (2015-2024)

Karla Franciellen Ortiz Espindola – UCDB
Karla.Ortiz@ufms.br

GT- 8 Políticas Educacionais e as Estratégias de Resistência

Resumo: Este trabalho apresenta resultados de uma dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco

(UCDB), cujo objetivo é analisar o processo de materialização das políticas de inclusão escolar voltadas aos estudantes da Educação Especial nas Escolas em Tempo Integral (ETI) da Rede Municipal de Ensino (REME) de Campo Grande-MS, no período de 2015 a 2024. A metodologia foi de natureza bibliográfica e documental, assim como entrevistas semiestruturadas. Este texto focaliza o processo de constituição das escolas em tempo integral na REME e o atendimento à Educação Especial. Os resultados indicam que, após a aprovação das duas primeiras ETIs na REME, em 2009, com projetos específicos, houve uma interrupção de dez anos, na expansão do modelo. Esse processo foi retomado após a aprovação do Plano Municipal de Educação (PME) 2015-2025, com a criação de três novas unidades. Entre 2015 e 2024, foram registradas 326 matrículas de estudantes da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas ETIs da REME, o que representa um aumento gradativo, embora ainda insuficiente. Conclui-se que, embora as ETIs constituam uma proposta diferenciada para assegurar o direito à educação em tempo integral, a inclusão dos estudantes da Educação Especial configura-se como um processo em construção.

Palavras-chave: Educação especial; Inclusão escolar; Escola em tempo integral.

ESCOLA FRANCISCANA IMACULADA CONCEIÇÃO E SUA ATUAÇÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO ESTUDANTE EM DOURADOS- MT (1955-1975)

Adriana Renata Santos PPGE UCDB
adriana@escolaimaculada.com.br

GT 8 - Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: A pesquisa em andamento vincula-se à Linha de Pesquisa Política, Gestão e História da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Política de Formação e Trabalho Docente (GEHFORT), coordenado pela Prof^a. Dr^a. Celeida Maria Costa de Souza e Silva. É uma pesquisa bibliográfica e documental. E, tem por objetivo analisar a história e a atuação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no processo de formação integral dos estudantes na Escola Franciscana Imaculada Conceição, em Dourados-MT, no período de 1955-1975. Justifica-se o ano inicial do recorte temporal por ser o ano da chegada das Irmãs Franciscanas em Dourados e início da atuação das Irmãs à frente da missão educativa e o ano final, 1975 marca a última criação dos cursos técnicos. Na sociedade local, a Instituição é referência em educação pelos valores Cristãos presentes nos serviços educacionais, na formação continuada dos profissionais de educação e nas ações formativas aos estudantes e famílias.

Palavras-chave: História da Educação; Formação Integral; Escola Franciscana Imaculada Conceição; Dourados-MT

ESPAÇO FÍSICO ESCOLAR E O DIREITO À EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DAS NORMATIVAS NACIONAIS E ESTADUAIS EM MATO GROSSO DO SUL

Tânia Cristina Barreto de Souza - UCDB
ra867749@ucdb.br

Nádia Bigarella – UCDB
4561@ucdb.br

GT 8. Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo é um produto final da disciplina de Teorias do conhecimento, ministrada no Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco e tem como objetivo refletir sobre o espaço físico escolar como um componente fundamental na garantia do direito à educação no Brasil, com ênfase na análise da legislação que normatiza esse aspecto, especialmente no contexto do estado de Mato Grosso do Sul (MS). O objetivo é realizar um estudo dos documentos legais que tratam do espaço físico escolar, investigando de que forma esses normativos garantem ou limitam os direitos à educação. A reflexão é fundamentada nas contribuições teóricas de Marx, Saviani, Escolano, Frago, Cury dentre outros autores, além de considerar os marcos legais estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelas normativas específicas do estado de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Espaço físico escolar; Direito à educação; Legislação educacional.

EVOLUÇÃO DO PERFIL DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE PRELIMINAR E COMPARATIVA (2010-2022)

Davi Luís Bartz Benatti - UFGD
davi.benatti95@gmail.com

Michele Serafim dos Santos - Sed/MS
micheleserasantos.ms@gmail.com

Taís Bortoletto - UFGD
tais.bortoletto022@academico.ufgd.edu.br

GT 8 - Políticas educacionais e as estratégias de resistência.

Resumo: O presente estudo teve como objetivo realizar uma análise preliminar das mudanças no perfil de alfabetização da população indígena de Mato Grosso do Sul, por meio da comparação de dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022. A partir de

dados secundários do IBGE, foram calculadas as taxas de alfabetização e suas variações segundo município, sexo e faixa etária. Para a visualização dos dados, elaboraram-se análises gráficas, incluindo mapas temáticos e diagramas de densidade. Os resultados indicam um aumento generalizado nas taxas de alfabetização no período. A análise desagregada aponta que os maiores incrementos ocorreram nas faixas etárias mais jovens (15 a 39 anos). Observou-se, ainda, uma alteração na disparidade de gênero: o avanço na alfabetização foi superior entre as mulheres, resultando em uma redução substancial do hiato anteriormente favorável aos homens. Estes resultados preliminares indicam uma reconfiguração no perfil educacional da população analisada, com implicações para a equidade de gênero e o desenvolvimento educacional das novas gerações, e apontam para a necessidade de estudos aprofundados sobre os fatores associados a esta evolução.

Palavras-chave: Alfabetização; População Indígena; Análise Preliminar; Censo Demográfico; Mato Grosso do Sul.

HISTÓRIA E CULTURA ESCOLAR DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL (2003-2020)

Heloisa Silva Seraphim (PPGE/UCDB)
hss.heloisa@gmail.com

Celeida Maria Costa de Souza e Silva (PPGE/UCDB)
celeidams@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa em andamento tem como objetivo analisar a atuação da Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso do Sul (EJEMS), no processo de promoção da educação política e do exercício da cidadania, no período de 2003 a 2020, sob a perspectiva da cultura escolar. O recorte temporal inicia-se com a criação da EJEMS pela Resolução n. 269/2003 do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul (TRE/MS) e encerra-se com a Resolução n. 23.620/2020 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que regulamenta as Escolas Judiciárias Eleitorais. Os objetivos específicos são: discutir as principais diretrizes e normativas do TSE para as EJES tomando como referência a Resolução n. 21.185/2002; verificar o processo de criação da EJEMS; examinar a atuação da EJEMS, no período de 2003 a 2020. É uma pesquisa qualitativa que compreende pesquisa bibliográfica, pesquisa documental em fontes oficiais, nacionais e estaduais, impressas e nas páginas eletrônicas do TSE, TRE/MS, dentre outras. A relevância desta pesquisa está em investigar como a EJEMS tem atuado junto à sociedade a fim de promover a educação política e o exercício da cidadania. Parte-se do entendimento que a EJEMS, ainda que situada fora da estrutura tradicional de ensino, desempenha uma função pública e política essencial na construção de uma sociedade democrática e participativa.

Palavras-chave: história da educação; escola judiciária eleitoral de Mato Grosso do Sul; cultura escolar.

HISTÓRIA E CURRÍCULO DO ENSINO DE FITOTERAPIA NOS CURSOS SUPERIORES EM SAÚDE NO BRASIL

Andre Luiz Dinis Bordim
Universidade Anhanguera-Uniderp –
andre.bordim@cogna.com.br

Erlinda Martins Batista
Universidade Anhanguera-Uniderp
erlinda.batista@cogna.com.br

Arão Davi Oliveira
Universidade Anhanguera-Uniderp –
arao.d.oliveira@cogna.com.br

GT - 8 Política Educacionais e as estratégias de sobrevivência.

Resumo: Este artigo discute o histórico, as políticas nacionais e o currículo no ensino de fitoterapia nos cursos superiores de saúde no Brasil. A fitoterapia, com raízes em medicinas milenares e no conhecimento popular de diversas culturas, como a chinesa, indiana, egípcia, grega, africana e indígena, vivenciou um declínio com a industrialização e o avanço dos fármacos sintéticos, mas ressurgiu nas últimas décadas como prática terapêutica. A crescente prevalência do uso e da automedicação com fitoterápicos pela população brasileira reforça a necessidade de regulamentação e validação científica. A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), instituída pelo Decreto nº 5.813/2006 e detalhada pela Portaria Interministerial nº 2.960/2006, tem como objetivo garantir o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade e o desenvolvimento da cadeia produtiva nacional. Esta é uma pesquisa bibliográfica e documental baseada nos pressupostos de Barros *et al.* (2019), Alves (2013), e Tomazzoni *et al.* (2016). Com base nos dados analisados pode-se afirmar que o ensino da fitoterapia nos currículos de saúde, embora introduzido em cursos como Farmácia, Nutrição, Biomedicina e Medicina, ainda enfrenta desafios relacionados à falta de estudos rigorosos e à integração eficaz entre o saber popular e o conhecimento científico. Destaca-se a importância da valorização do conhecimento popular, exemplificada pela iniciativa Farmácia Viva e por experiências pedagógicas que buscam formar profissionais mais preparados para uma saúde inclusiva e sustentável, que respeite as práticas culturais e promova a educação científica de forma acessível.

Palavras-chave: Fitoterapia; Plantas Medicinais; Políticas Públicas; Ensino em Saúde.

MATRÍCULAS EM ALTA, INCLUSÃO EM DISPUTA- TENSÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL

Karolinne Santos de Aguiar Paz – UCDB
karolinne.ss@hotmail.com

GT 8 – Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo discute a oferta educativa destinada aos estudantes da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande (REME), em diálogo com a Meta 4 do Plano Municipal de Educação (PME), vigente entre 2014 e 2024. A pesquisa fundamenta-se em análise bibliográfica e documental, com base em fontes oficiais, complementada por levantamento e interpretação de dados educacionais. A Educação Especial no município, voltada a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, organiza-se por meio da Divisão de Educação Especial (DEE), responsável pelas ações de inclusão, e pelo Centro Municipal de Educação Especial Inclusiva (CMEEI), que oferece atendimento educacional especializado. O estudo busca compreender tanto as condições atuais de oferta educativa quanto a trajetória histórica da modalidade, que antecede a criação do estado de Mato Grosso do Sul, analisando como se articulam às políticas públicas recentes. Os resultados apontam crescimento no número de matrículas, que passou de 1.923 em 2015 para 4.971 em 2024, evidenciando avanços no acesso. Entretanto, o aumento quantitativo não assegura, por si só, a efetividade da inclusão, uma vez que barreiras estruturais, pedagógicas e de permanência ainda desafiam a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva na rede municipal.

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão; Rede Municipal de Ensino.

O DIREITO À EDUCAÇÃO DE MIGRANTES INTERNACIONAIS NO BRASIL: ENTRE A LEGISLAÇÃO E AS DIFICULDADES

Walace José de Lima-UCDB
walacetico88@gmail.com

GT 8-Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: Esta pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Analisa o direito à educação dos migrantes internacionais no Brasil à luz dos principais marcos legais e das dificuldades encontradas na efetivação desse direito. O objetivo da pesquisa é compreender em que medida a legislação brasileira garante o direito à educação dos migrantes internacionais e quais desafios precisam ser superados para que esse direito seja efetivamente cumprido. A pesquisa adota como epistemologia o Ciclo de Políticas de Stephen Ball e Richard Bowe, considerando os contextos de influência e de produção de texto. A metodologia compreende pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, com consulta em fontes oficiais, nacionais, impressas e nas páginas eletrônicas. São examinados documentos legais como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRF88), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (Lei n. 9.394/1996), a Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017), e a Resolução CNE/CEB n. 1/2020. Embora a legislação brasileira reconheça a educação como um direito universal e assegure igualdade de acesso a migrantes, ainda existem barreiras significativas, como o preconceito, a xenofobia, a burocracia, o desconhecimento das normas pelas instituições de ensino e a ausência de políticas intersetoriais efetivas. Conclui-se que a efetivação do direito à educação dos migrantes internacionais exige ações coordenadas entre legislação, práticas escolares e políticas públicas comprometidas com a equidade, o acolhimento e o reconhecimento da diversidade cultural.

Palavras-chave: migração internacional; direito à educação; políticas educacionais.

O FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL EM UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

Jair Marques de Araújo
jairmarques@missaosalessiana.org.br

GT 8 Políticas Educacionais e as Estratégias de Resistência

Resumo: Este trabalho, um recorte da tese de doutorado em andamento na Linha de Pesquisa “Política, Gestão e História da Educação” do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), tem como objetivo analisar os movimentos de materialização da política de financiamento da educação superior no Brasil, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em Instituições de Educação Superior (IES) sem fins lucrativos, e suas implicações para o acesso e a permanência de estudantes nesse nível de ensino. Este texto focaliza o processo de constituição do FIES na UCDB, uma universidade confessional e comunitária, no período de 2010 a 2018. A metodologia adotada abrange pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise de dados obtidos em documentos do Ministério da Educação (MEC), do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (SEMESP) e da instituição comunitária selecionadas para estudo. Os resultados parciais indicam que a participação do FIES na receita da universidade passou de 3% em 2010 para 34% em 2014; de 31,5% em 2015 para 24,3% em 2018, evidenciando-se um declínio, resultante das mudanças legais estabelecidas no período. Conclui-se que os recursos do FIES podem proporcionar o acesso de estudantes que não obtiveram vagas em IES públicas a uma universidade comunitária, que possui uma visão educacional distinta das IES mercantis de fins lucrativos.

Palavras-chave: financiamento da educação superior; Fundo de Financiamento Estudantil; instituição superior comunitária.

O PIBID E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES- REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO NA UFGD

Lúcia da Silva Silveira- UFGD
luciasilvasilveira73@outlook.com

Márcia Bueno Gomes- UEMS/UFGD
marciagomes@uems.br

Maria Alice de Miranda Aranda- UFGD
mariaaranda@ufgd.edu.br

GT 8 - Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: O presente estudo objetivo apresentar uma reflexão sobre a formação inicial docente, com foco no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no âmbito do subprojeto de Pedagogia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no período de 2013 a 2017. A metodologia utilizada incluiu a análise documental e a revisão de literatura, com fundamentação teórica em autores referência na área da formação de professores, como Pimenta (1999) e Tardif (2010). Os resultados apontam que o PIBID se constitui como um elo fundamental entre a universidade e a escola pública, proporcionando ao licenciando uma imersão na realidade da educação básica. Esta vivência permite a articulação simultânea entre teoria e prática, contribuindo significativamente para a qualificação da formação inicial e para o desenvolvimento de saberes docentes. A experiência na UFGD demonstrou que o programa cumpre seus objetivos de aprimorar a formação de futuros professores e a formação continuada dos docentes da escola, gerando impactos positivos na relação ensino-aprendizagem e possibilitando que os acadêmicos se tornem protagonistas de sua formação. Conclui-se que a iniciativa é uma política educacional de grande relevância, apesar dos desafios enfrentados com os cortes de recursos.

Palavras-chave: Política Educacional; Formação inicial docente; relação escola e universidade.

O PROGRAMA “MS ALFABETIZA” E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES

Roberto Silva Pereira
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
robertospereira@hotmail.com

Regina Tereza Cestari de Oliveira
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
reginacestari@hotmail.com

GT 8 - Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: Este estudo, recorte de uma pesquisa de doutorado, tem como objetivo analisar a materialização do Programa “MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança” no contexto das relações intergovernamentais entre o Estado e os municípios de Mato Grosso do Sul, com base no regime de colaboração. O texto concentra-se na avaliação dos estudantes e na premiação da “Escola Destaque”, previstos no âmbito do programa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de análise bibliográfica e documental, fundamentada em literatura especializada, normativas e dados disponibilizados pela Secretaria de Estado de Educação de MS (SED/MS). Instituído pela Lei nº 5.724/2021, o programa visa fortalecer a aprendizagem e elevar os indicadores educacionais por meio da alfabetização adequada à etapa escolar. Os resultados indicam adesão total dos municípios ao programa e que a avaliação externa, conduzida pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica de Mato Grosso do Sul (SAEMS) em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), orienta a concessão de prêmios financeiros às escolas com melhor desempenho. Observa-se a atuação de organizações privadas na execução das ações, o que revela elementos de privatização da gestão escolar e reforça uma lógica meritocrática baseada em indicadores de desempenho. Tal lógica pode gerar pressões por resultados, induzir práticas competitivas e acentuar desigualdades, ao deslocar o foco da educação como direito social para uma perspectiva de responsabilização. Conclui-se que o programa, ao reforçar mecanismos de avaliação por resultados e incentivos, suscita questionamentos sobre a autonomia escolar, a regulação estatal e os impactos para a equidade educacional.

O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD): O PAPEL DO PROFESSOR NA ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO

Francisco Eduardo da Silva do Carmo – UCDB
fesc171180@gmail.com

GT 8 - Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo discute a participação do professor no processo de escolha do livro didático, no período da ditadura civil-militar (1964-1985), até o final da década de 1980, marcada pela abertura democrática. Trata-se de um recorte da pesquisa de doutorado em andamento, que investiga o processo de materialização do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A metodologia empregada inclui pesquisa bibliográfica, fundamentada em produções acadêmicas sobre o PNLD, e pesquisa documental, com análise de fontes disponíveis em sites governamentais, especialmente do Ministério da Educação (MEC), do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), assim como de normativas oriundas do governo municipal. O estudo considera o livro didático como uma ferramenta pedagógica relevante, instituída como política pública de apoio aos estudantes e professores da educação básica no Brasil por meio do PNLD.

Palavras-chave: Política educacional; Livro didático; Papel do professor.

POLÍTICA ANTIRRACISTA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO- ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Rosilane Silva dos Santos-PPGE/UCDB
ra867728@ucdb.br

GT8. Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: O artigo visa apresentar e tecer algumas considerações sobre a Política Pública de Educação Antirracista do Estado de Mato Grosso, implantada na rede estadual de ensino no ano de 2025. A Política Pública de Educação Antirracista do Estado de Mato Grosso, ampara-se na promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, na Lei nº 11.645/2008, que amplia essa obrigatoriedade, incluindo também a História e Cultura Indígena nos currículos escolares, foi consolidada com a Lei nº 12.288/2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial, além de outras normativas estaduais e federais. Outra ação governamental que impulsionou a política afirmativa estadual foi a Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024, publicada pelo Ministério da Educação, que institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Ao valorizar a diversidade cultural e histórica, a Política Pública de Educação Antirracista do Estado de Mato Grosso objetiva promover uma educação pública democrática e emancipatória. Esta Política Antirracista consiste em um conjunto de ações educacionais voltadas a temática da diversidade étnico-racial em todos os componentes curriculares.

Palavras-chave: Educação antirracista; Relações étnico-raciais; Recurso didático pedagógico.

POLÍTICA EDUCACIONAL: PLANEJAMENTO E A INSTITUIÇÃO DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL

Carmen Lígia Caldas Haiduck –UCDB
c-ligia@uol.com.br

GT8-Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: Pesquisa desenvolvida no curso de doutorado em educação no âmbito da Linha de Pesquisa Política, Gestão e História da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Contou com financiamento da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (FUNDECT). Analisou-se a influência do Plano de Ações Articuladas (PAR), um instrumento de planejamento estratégico decorrente do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, instituído pelo governo federal por meio do Decreto n. 6.094/2007, na criação de Conselhos Municipais de Educação (CME) no período de 2007 a 2014, especificamente em dois municípios sul-mato-grossenses: Três Lagoas e

Sidrolândia. Os procedimentos metodológicos compreenderam pesquisa bibliográfica; pesquisa documental, por meio de fontes provenientes do governo federal e dos governos locais; e entrevista de caráter semiestruturado com técnicos responsáveis pelo PAR e representantes do CME desses municípios. Constatou-se que o PAR induziu à criação do CME, por meio do Indicador “Existência, composição e atuação do Conselho Municipal de Educação”. Em ambos os municípios não houve consulta e mobilização abrangendo a comunidade educacional, sendo o processo organizado pelo governo municipal. Nos dois municípios as funções atribuídas foram: normativa, deliberativa e consultiva com composição de sete conselheiros, quantidade insuficiente quanto à pluralidade representativa. As situações registradas no período analisado demonstraram fragilidades institucionais quanto à autonomia na formulação de políticas educacionais acarretando resposta lenta no processo de construção da gestão democrática da educação.

Palavras-chave: Política educacional; Plano de Ações Articuladas (PAR); Conselho Municipal de Educação

POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ESTUDANTES MIGRANTES INTERNACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE-MS (2017-2024)

Mariley Braga da Rocha Bezerra – PPGE/UCDB
ra867727@ucdb.br

Celeida Maria Costa de Souza e Silva – PPGE/UCDB
celeidams@gmail.com

GT 8 – Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: Esta pesquisa em andamento, vincula-se à Linha de Pesquisa Política, Gestão e História da Educação e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Políticas de Formação e Trabalho Docente (GEHFORT), da Universidade Católica Dom Bosco. Tem como objetivo analisar as políticas educacionais voltadas a estudantes migrantes internacionais da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande-MS, entre os anos de 2017 a 2024. Os objetivos específicos são: discutir o direito à educação dos estudantes migrantes internacionais com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988); verificar diretrizes e normativas que garantem esse direito no âmbito municipal; e examinar as ações da Secretaria Municipal de Educação (SEMED/CG) voltadas a esse público nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIIs). A escolha do recorte temporal justifica-se pela promulgação da Lei de Migração (n. 13.445/2017) e pela recente aprovação do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Apoio aos Migrantes Internacionais e Refugiados (Lei n. 7.271/2024). A metodologia inclui pesquisa bibliográfica e documental, com análise de legislações, planos e relatórios institucionais. A proposta insere-se no campo das políticas públicas educacionais e busca contribuir para o debate sobre o direito à educação das crianças migrantes internacionais nas Escolas Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande-MS.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Migração Internacional; Direito à Educação; Educação Infantil; Rede Municipal de Ensino de Campo Grande-MS.

PRESSUPOSTOS EPISTEMOLOGICOS NA PERSPECTIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO PARA UMA ANÁLISE EM GESTÃO EDUCACIONAL E AS CONSEQUÊNCIAS DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA

Marcelo Brito dos Santos - (PPGE/UCDB)
m.brito1974@gmail.com

GT 08 – Políticas Educacionais e estratégias de resistência

Resumo: Este texto é resultado preliminar das discussões da tese intitulada “Política de Avaliação em Larga Escala na Educação Básica e as implicações na Gestão Escolar: Os simulados da Reme de Campo Grande-MS”, em desenvolvimento na linha de pesquisa Política, Gestão e História da Educação. Vincula-se ao Grupo de Pesquisa sobre Políticas Públicas e Gestão da Educação (GEPPE), no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE/UCDB), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROSUC CAPES). Tem por objetivo apresentar uma reflexão inicial acerca dos pressupostos teóricos para análise do objeto de estudo da tese em andamento. A metodologia pauta-se nos seguintes procedimentos: revisão bibliográfica e análise documental. O referencial teórico-epistemológico está vinculado ao materialismo histórico-dialético, com base nos pensadores Marx (1968, 1983), Gramsci (1987), Mészáros (2008, 2011) e em autores que discutem o movimento da sociedade capitalista, o papel do Estado e os processos avaliativos como Afonso (2000, 2012), Dale (2010) e Peroni (2009). Os resultados serão apresentados por meio do relatório de tese quando da banca de defesa organizada para este fim.

Palavras-chave: Política educacional; Nova Gestão Pública; Educação Básica; Avaliação.

RELATO DE EXPERIÊNCIA- SATISFAÇÃO E INSATISFAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO NA PERSPECTIVA DO APOIO TÉCNICO

Luciane de Jesus Velasquez- UCDB
velasquez.lu@hotmail.com

GT 8 – Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo apresenta um relato de experiência profissional a partir da atuação como assessora técnica do Núcleo de Educação Especial e Inclusão da Secretaria Municipal de Educação de Corumbá-MS. O estudo busca evidenciar a heterogeneidade dos profissionais de apoio e seu papel no fortalecimento das práticas inclusivas, atuando diretamente com estudantes público-alvo da Educação Especial, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O objetivo é descrever as experiências relacionadas às funções do assessor técnico, às atribuições dos profissionais de apoio e às particularidades de sua atuação nas unidades escolares, destacando percepções de satisfação, desafios e insatisfações dos profissionais que atuam em sala de aula diretamente com o aluno com deficiência. Os relatos apontam aspectos de satisfação e insatisfação inerentes à função, reforçando a importância da formação continuada e da articulação entre família, docentes, equipe gestora e coordenação

pedagógica como condição essencial para a efetivação de práticas inclusivas no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação especial; profissional de apoio; assessoria técnica; Inclusão.

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E O USO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA: MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E INCLUSÃO

Cidnei Amaral de Mello – UCDB
cidneiamaralmello@gmail.com

Maira Cristiane Benites – UCDB
mairacris76@gmail.com

GT 8: Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo examina o desenvolvimento das salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado e o uso de tecnologia assistiva no contexto da educação escolar, que tem como público-alvo os estudantes da educação especial. A análise de documentos envolve especialmente a legislação que versa sobre a temática abordada, buscando entender quais e como as iniciativas e indicações oficiais que objetivam promover a inclusão e acessibilidade e o desenvolvimento do estudante com transtornos globais de desenvolvimento e Altas habilidade e/ou superdotação na rede regular de ensino, frente às resistências processos contraditórios inclusão X exclusão, os quais incluem no espaço escolar, mas por vezes isolam e/ou incapacitam a pessoa deficiente de participar, mas não vivencia plenamente o acesso a cidadania e não tem seus direitos resguardados. Entende-se, que a tecnologia assistiva é um recurso fundamental, tanto do de alto como o de baixo custo, tanto do de alto como o de baixo custo, para o desenvolvimento deste público. Ressalta-se a tecnologia de baixo custo erve como forma de resistência para mostrar a necessidade desta tecnologia, bem como, mostrar que a inclusão de educandos com deficiência precisa se tornar uma realidade. Considerando que a tecnologia assistiva de alto custo nem sempre estará à disposição do discente e do docente, chama-se a atenção para a apropriação destes meios e/ou recursos para fortalecerem a aprendizagem e as identidades deste público, bem como os processos de luta por uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Salas de Recursos Multifuncionais; Tecnologia Assistiva; Inclusão; Resistência.

TRAJETÓRIAS INVISÍVEIS: ALTAS HABILIDADES E SUBJETIVIDADE EM UMA CARTA DE EX-ALUNA DE UNIVERSIDADE PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL

Célia Mirian da Silva da Silva Nogueira – UCDB
nogueiraceliamiriam@gmail.com

Priscilla Basmage Lemos Drulis – UCDB
pribasmage@gmail.com

GT 8 - Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: Este artigo apresenta um olhar sensível sobre as Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), a partir da narrativa autobiográfica de uma pessoa com AH/SD, que relata sua trajetória enquanto estudante de graduação em uma universidade pública do estado de Mato Grosso do Sul. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi conduzida com base na análise de conteúdo segundo a abordagem de Laurence Bardin. O texto aborda temas como subjetividade, a importância das narrativas na formação docente e a compreensão do lugar de fala da pessoa identificada com AH/SD. Ressalta-se que as necessidades desse público vão além de adaptações curriculares e pedagógicas, exigindo atenção às dimensões subjetivas e emocionais para que a inclusão seja efetiva e significativa. A narrativa é articulada com aportes teóricos de especialistas na área e destaca-se, como principal contribuição, a relevância de escutar e dar voz aos sujeitos, reconhecendo suas vivências no contexto educacional em que estão inseridos. Considera-se que embora o tema das Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) esteja ganhando visibilidade na educação brasileira, ainda há lacunas significativas na formação inicial e continuada dos professores quanto à inclusão desse público. As narrativas das pessoas com AH/SD revelam desafios vivenciados por esses estudantes, especialmente no ensino superior, onde enfrentam incompreensão, invisibilidade e exigências de adaptação que comprometem sua subjetividade e criatividade.

Palavras-chave: Educação Superior; Formação inicial e continuada; Altas Habilidades; Subjetividade.

VAAR: ANÁLISE DA CONDICIONALIDADE I EM REDES MUNICIPAIS DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL (2021-2024)

Leila Aparecida Rocha – UCDB
leylarocha73@gmail.com

GT8 - Políticas educacionais e as estratégias de resistência

Resumo: Este trabalho, vinculado à dissertação de Mestrado em Educação, em andamento na linha de pesquisa em Política, Gestão e História da Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), tem como objetivo analisar a implementação da Condicionalidade I do Valor Aluno Ano por Resultado (VAAR), do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em três redes municipais de ensino de Mato Grosso do Sul, no período de 2021 a 2024. Essa condicionalidade refere-se à definição de mecanismos para provimento do cargo ou função de gestor escolar, nas redes públicas, sendo requisito para que os municípios recebam a complementação da União ao FUNDEB. A pesquisa foca nas estratégias de gestão educacional adotadas, na adequação dos instrumentos normativos locais e nos mecanismos de participação institucional acionados para atender à exigência legal. O VAAR, instituído pela Lei nº 14.113/2020, introduz uma lógica de financiamento baseada no cumprimento de metas e condicionalidades específicas. A relevância do estudo reside em compreender como essa configuração normativa tem sido interpretada e materializada nos contextos locais. A metodologia adotada é qualitativa,

com base em pesquisa bibliográfica, documental e na realização de entrevistas semiestruturadas. As fontes incluem a legislação educacional vigente, o Decreto n. 10.656/2021, a Portaria MEC nº 2.787/2021 e as resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para a compreensão dos desafios e avanços da gestão educacional frente às exigências do FUNDEB.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Gestão Educacional; Financiamento da Educação. FUNDEB; VAAR;